



ÍROHIN

Brasília, ano XII, nº 20

Os profetas do terror



Enquanto os negros reivindicam o direito à vida, o fim da brutalidade policial, terra para os quilombolas, acesso à saúde, ao emprego, à universidade e o fim da intolerância religiosa, temas reais relacionados a indicadores concretos da exclusão que vivenciam, a reação alucinada das elites e dos setores médios, que a grande mídia representa, revela o abalo no edifício da dominação racial. As últimas semanas testemunharam uma explosão de terrorismo cultural e político no Senado, nos editoriais e reportagens, livros e noticiários de TV, alardeando a 'guerra racial', o 'ódio racial' e acusando os negros de racismo. Essa reação é ideológica e sua ampla e irresponsável difusão conta com a cumplicidade e a omissão de muitos. Reaja, fortaleça a mídia negra, lute por seus direitos. Editorial, p.2.

Leia também: Nei Lopes, Jônatas Conceição, Luíza Erundina, Rebeca Oliveira, Yeda Pessoa de Castro, Péricles Cunha, Cezar Britto Aragão, Jurema Werneck, Jamile Menezes, Ana Flávia Magalhães Pinto, Fela Kuti e muitos outros.

Irohìn - Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

Profetas do **terror** e a distorção da história

"O passado nunca está morto, ele nem mesmo passou", disse William Faulkner, e no mês de maio pudemos comprovar o acerto da feliz expressão do laureado romanista norte-americano.

Os principais veículos da grande mídia, de forma articulada, descarregaram suas baterias com tal intensidade que me fizeram evocar as "profecias de terror" com que os escravistas resistiram aos abolicionistas no século XIX, segundo relato de José do Patrocínio e outros.

Já não se fala, como no passado, em aniquilamento da colheita, em retração do capital e diminuição da renda. Os profetas do terror contemporâneo se dizem acuados por fantásticas falanges negras neonazistas que disseminam o racismo e ameaçam botar fogo no inestimável patrimônio do Grande País Miscigenado, pondo em risco o mérito e a qualidade do ensino superior e jogando no mercado profissionais despreparados.

Temos poucos meios de reação e de defesa contra uma avalanche desse porte, que envolve veículos poderosos e se dissemina em rede nacional, repontando ainda aqui e ali em um vasto subconjunto de meios de comunicação subordinados, auxiliares e complementares.

Vejam a pérola que encontrei em um veículo dessas redes subsidiárias. Trata-se da Revista de História da Biblioteca Nacional (Ano 2, nº 20, maio de 2007, p.88), que circula em todas as bancas do país. Sob o título "Negros colonizadores", uma pequena nota interroga os leitores: "A colonização européia do Brasil foi obra exclusiva dos brancos, certo? Errado – pelo menos segundo Gilberto Freyre. O sociólogo relatou o caso de negros que fugi-

ram para as matas no século XVIII, passaram a roubar mulheres indígenas de suas tribos e com elas tiveram filhos. Uma expedição enviada para dispersá-los encontrou uma situação inusitada: ex-escravos dirigindo uma grande população de cafuzos, com plantações, criação de animais e fabricação de tecidos (...). Prova de que a nossa história não é feita de mocinhos e bandidos".

Não duvide o (a) leitor (a) do Irohìn, a intenção da Revista de História da Biblioteca Nacional foi mesmo a de demonstrar, com a evidência de 'provas', que os negros também participaram da 'colonização européia'. Um caso contado por Gilberto Freyre, sim senhor. Um caso reproduzido assim, displicentemente, pela publicação da prestigiosa Biblioteca Nacional. Displicentemente, porque não se alude à obra, não existe referência de lugar, não se avalia a importância do empreendimento 'colonial' negro para o conjunto do sistema colonial português. Um fiapo de contraditório, porém, se insinua na qualificação da situação como 'inusitada'. Que significa, afinal, que o 'caso' relatado não era corrente e fugia a padrões costumeiros.

O fato é que, durante o mês de maio, aqueles que contra-argumentam afirmando a impossibilidade de se reconhecer quem é negro hoje na sociedade brasileira (para fins de implementação de políticas públicas, fique isso bem claro) ampliaram, digamos assim, os limites de sua cegueira, intensificando esforços para empreender uma 'radical' revisão historiográfica que pudesse colocar de ponta-cabeça o tráfico negreiro, a exploração escravista colonial e a gênese do capital industrial.

O quadro abominável resultou



Ligações perigosas: as distorções históricas e o terror disseminado pela mídia e intelectuais acadêmicos acabam estimulando resistências e ações abertamente racistas como a registrada pela foto da UFRGS. Não estamos diante de um mero caso de boicote, mas sim de uma negação e interdição absolutas, que não contemplam nenhuma modalidade de acesso ao ensino superior. Só e somente existe um lugar possível para o negro na universidade, a cozinha do restaurante.

assim: (1) os negros foram os principais responsáveis pelo tráfico de escravos; (2) os negros foram senhores de escravos no Brasil; (3) sem uma série histórica delimitada nitidamente pela linha de cor, não se justificam reparações, nem políticas públicas focalizadas; e, finalmente, (4) com as ações afirmativas, os negros disseminam racismo e querem, na visão de uns, reconstruir Auschwitz, e, na visão de outros, implantar o regime de **apartheid**.

Todos os intelectuais mobilizados em maio alisaram o banco da ciência, como dizia minha mãe. Mas nenhum demonstrou a menor preocupação com a exatidão de fatos históricos. O rodapé de seus artigos, pelos vínculos que anunciam com despudor, comprometem sem dúvida as mais prestigiosas instituições de ensino e pesquisa do país. Trata-se de uma grosseira campanha difamatória e reacionária que quer 'explicar' aos contemporâneos, pela deformação do passado, as razões pelas quais os negros não devem ser

beneficiados por políticas públicas.

Nesse ritmo de sinfonia amalucada, podemos esperar para breve o anúncio do resultado de rigorosas pesquisas, desenvolvidas na região de Campos, no estado do Rio de Janeiro, que comprovarão a existência de uma enorme fazenda de café, propriedade de um senhor negro impiedoso que explorava um plantel numeroso de escravos brancos, derrubando assim de uma vez por todas a outrora rígida linha de cor da escravidão brasileira.

Diante das reivindicações negras, justas e legítimas, a resposta da elite branca desnudou, no mês de maio, o enorme recuo dos 'padrões de objetividade' das ciências sociais no Brasil. Nenhum crédito pode ser dado à pesquisa e opinião de historiadores, sociólogos e antropólogos cuja avaliação 'crítica' mantém-se dentro dos limites ideológicos definidos com rigor pelo "Jornal Nacional".

Edson Lopes Cardoso.
edsoncardoso@irohin.org.br

IROHÌN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 16 mil exemplares - Esta edição foi impressa em 27 de julho de 2007

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohìn: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luíza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Daniela Giovana, Darlete Arruda Oliveira, Elisabete Lopes Cardoso,

Fernanda Felisberto, Jamile Menezes, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Pérciles Cunha, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (*Oxé de Xangô*): J. Cunha

Site: www.irohìn.org.br

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford



Projeto político de reparações: luta e reforma

A nossa luta por reparações é a luta por mudanças profundas nas instituições políticas e arranjos criados e mantidos para a perpetuação de uma elite branca, patriarcal e proprietária.

Rebeca Oliveira Duarte*

Diante das diversas discussões e proposições não sistematizadas sobre reparações à população negra no Brasil, vemos pouco avanço no sentido de uma compreensão mais realista dessa bandeira – e de seus conseqüentes encaminhamentos. Seria necessário, para tanto, constituir análises mais aprofundadas sobre pelo menos três dimensões da viabilidade da reparação à população negra: a viabilidade político-social, a viabilidade jurídica e a viabilidade econômica.

O que acontece é que a questão da viabilidade político-social vem na esteira das viabilidades jurídica e econômica, que servem de justificativas atordoadas para a não-elaboração de uma compreensão mais séria e propositiva do tema. Assim, as reparações à população negra acabam por serem revestidas de uma alegoria folclórica do Movimento Negro radical – e não se fala mais nisso.

Um exemplo dessa abordagem está no procedimento realizado pelo Ministério Público Federal – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo, por iniciativa de representação da vereadora Claudete Alves, ao postular o ajuizamento de ação coletiva em defesa de direito individual homogêneo para condenar a União a “indenizar os negros afro-brasileiros, eleitores e residentes de São Paulo, pelos danos materiais e morais causados no processo de escravidão, bem como nos processos de abolição e pós-abolição com repercussões atuais aos negros afro-brasileiros”. Apesar do esforço do então procurador regional dos direitos do cidadão, Dr. Sérgio Suiama, em avaliar os vários pontos da questão, inclusive com a ouvida do Movimento Negro e da representação do Estado, produziu-se um docu-

mento que não avança para a elaboração de um debate apropriado.

O interessante é que a inviabilidade jurídica do pedido – dado que não compete ao MPF pleitear indenizações individuais nem assumir matéria de competência legislativa, como a constituição de um fundo público de reparação – não impediu que o representante do MPF vislumbasse a possibilidade de se debater o mérito da questão. Certamente, isso se deu por uma compreensão correta da atuação fundamental do Ministério Público na defesa de direitos difusos e coletivos da população negra e no reconhecimento das desigualdades raciais presentes.

No entanto, os caminhos assumidos foram tortuosos por terem presumidamente criado argumentos técnicos e teóricos que poriam por terra a viabilidade das reparações à população negra no Brasil.

Começando seu parecer por tratar, rápida e insatisfatoriamente, da inviabilidade jurídica e econômica do pedido, retorna ao estudo da viabilidade político-social, porém ainda na esteira da perspectiva da inviabilidade jurídica e econômica das reparações. Reconhecendo, com base na normativa internacional de direitos humanos e nas estatísticas diversas, as desigualdades raciais sócio-econômicas decorrentes de “origens pretéritas”, propõe no lugar das reparações o monitoramento das ações afirmativas, em posição de cobrança a uma “efetiva coordenação dos programas de promoção da igualdade racial em execução no país” pela SEPPIR, com a mudança do objeto da representação que instaurou o procedimento para um “acompanhamento das ações afirmativas em matéria racial desenvolvidas pela Administração Pública Federal”.

Certamente, é posição adequada ao Ministério Público monitorar o Estado na execução de suas políticas públicas; não é adequado, contudo, o MPF inferir uma conclusão lógica que considere que, dado a Administração Federal vir “se empenhando na execução de ações afirmativas em matéria racial, (...) não é igualmente imprescindível a constituição de um fundo para a promoção da igualdade entre brancos e negros” (relatório final do PRDC/SP). É aí que percebemos quando na boa intenção mora distraidamente o perigo: o parecer do MPF quer constituir uma solução concreta para a demanda das reparações, atropelando questões cruciais para o debate – quais sejam, a natureza histórica das reparações, seus reais objetivos, as três dimensões interdependentes de sua viabilidade e a própria condição política do projeto de ações afirmativas no Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, como a representação da vereadora Claudete Alves demonstrou, a proposta de reparações não vem do nada. Ela encontra apoio na experiência de outras reparações de violação aos direitos humanos de segmentos específicos, como das vítimas do nazismo, dos pracinhas da Segunda Guerra Mundial e seus dependentes, anistiados políticos, familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar. Em nenhum momento, evocou-se dessas experiências a forma e o método de viabilização das reparações, simplesmente adotando-se o argumento da inviabilidade econômica: a população de pretos e pardos é de cerca de 47% nesse país colossal. A simplificação do problema também não evocou um dado irônico da nossa história econômica: as elites brasileiras não somente enri-

queceram com o escravismo colonial, mas com o próprio processo de preparação da substituição da mão-de-obra escravizada pela assalariada, através da constituição de um Fundo de Emancipação que indenizava os proprietários de escravizados/as, e também pela constante manutenção da opressão racial através da, digamos, “não-cidadanização” da massa negra. O que há, em verdade, é a ocultação de que o Brasil é fruto maduro de um projeto planejado de Estado racista e desigual, e que esse projeto não se acabou com a “abolição”. Pelo contrário.

Daí que entra também o maior equívoco nas justificativas dadas contra as reparações e as ações afirmativas. A compreensão de que as desigualdades raciais são meras conseqüências de um passado escravista pressupõe uma República no máximo distraída quanto aos problemas raciais. Se começarmos com um maior estudo da legislação preparatória à substituição da mão-de-obra e seguirmos com a análise da preparação e organização da estrutura formal da República brasileira, bem como os seus ordenamentos jurídicos até a atualidade, veremos que a República manteve a ideologia de repressão racial bem como construiu mecanismos ainda mais sofisticados de racismo que no próprio escravismo – o que é explícito, por exemplo, no louvor à mestiçagem durante a sistemática de genocídio do povo negro brasileiro, seja pelo extermínio causado por braço armado do Estado, seja pelos óbitos conseqüentes do completo descaso em hospitais públicos, seja pela fome e desnutrição que atinge prioritariamente a infância negra.

As reparações à população negra, portanto, não vêm para “cor-

rigir" nem para "compensar" discriminações "pretéritas". A proposta deve ser bem outra – e aí é necessário que também o próprio Movimento Negro observe que se trata de um projeto de reforma político-econômica racial. Trata-se de repensar o acesso a bens e renda no país e o processo de concentração econômica, focalizando uma população que está historicamente submetida a processos constantes de expropriação. E que, como toda reforma política, como, por exemplo, a reforma agrária, quer mexer justamente nas instituições políticas e arranjos criados e mantidos para a perpetuação de uma elite branca, patriarcal e proprietária. Significa, nada menos, atingir a atual noção de propriedade e de direitos no país. Por isso mesmo, é uma proposta radical, mas nada alegórica, que requer

as mesmas colunas em marcha que o Movimento Sem Terra organiza pela reforma agrária. Somente a partir desse local – do projeto de reparações como um projeto de reforma, não meramente indenizatória – pode-se pensar nas dimensões de sua viabilidade, projetando soluções transformadoras da realidade de opressão atual.

As reparações também não devem ser dissociadas do conteúdo e prática das ações afirmativas. Apesar de algumas definições superficiais e apropriações governamentais intencionalmente equivocadas, o sentido das ações afirmativas é que sejam elas espécies do gênero *reparações*, que, se não atua estritamente do ponto de vista distributivo, atinge o aspecto político do reconhecimento de direitos da população negra. Não devem ser,

portanto, ações pontuais nem transversais de governos, mas integrantes de um projeto político complexo que, partindo do projeto de reparações, assuma o combate político às desigualdades. Por este ponto de vista, o argumento de que cotas nas universidades seriam voltadas apenas a uma elite negra cai por terra, quando, em verdade, por não estarem isoladas desse combate político, elas devem servir ao fortalecimento de uma consciência de grupo contra a opressão racial.

Estamos todos, militantes do movimento negro, responsabilizados e responsabilizados a desenvolver de modo mais realista e complexo o projeto de reforma social pelas reparações. Não devemos nos limitar aos conceitos formalistas e jurídicos que, eles próprios, justificaram até hoje o racismo, a expro-

priação, as desigualdades. Isso significa dizer que não deverá ser o Ministério Público – apesar de ser fundamentalmente um órgão essencial às nossas ações jurídicas e políticas contra a discriminação – a decidir se considera legítima ou não, possível ou não, as nossas demandas por reparações. Por nossas próprias bandeiras, falar de reparações é exigir o respeito de não se reproduzirem teorias sem a fala de nossa experiência, de nosso conhecimento e de nossa luta – porque, como já disse um famoso detrator das ações afirmativas, queremos mesmo é "fundar um novo Brasil".

Sim, é exatamente isso que queremos.

***Advogada e cientista política, ativista do Observatório Negro (PE).**



Foto: Carlos Moura

O horizonte parece propício. A economia estabilizou-se sob fundamentos mais ou menos sólidos: o real valorizado fazendo as vezes de moeda forte, os juros em queda (mas ainda altos), a inflação inusitadamente baixa. O governo tem feito bem o seu dever de casa, ainda que se possa criticar a excessiva ênfase na política de base ortodoxa. Paciência. Assim vamos e assim iremos, pelo menos no futuro próximo.

Este ano é ano de PPA. De quatro em quatro anos, o governo elabora os marcos gerais de sua ação: o Plano Plurianual. No último, de 2004-2007, a redução das desigualdades raciais ganhou destaque, tendo sido alçada à posição de grande desafio governamental. A inclusão desse desafio no PPA 2004-2007 ganhou destaque no recém-lançado Relatório da OIT sobre Discriminação no Mundo do Trabalho, que identifica ainda avanços nesses últimos anos, com a criação da Seppir (Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), assim como a implementação de iniciativas de promoção da igualdade racial.

Na prática, acompanhamos a ação governamental no quadriênio e vimos que as coisas não foram assim tão bem. De fato, a questão racial foi timidamente tratada: poucos recursos, quase nenhum envolvimento dos ministérios setoriais e excessiva ênfase na questão quilombola (ao que parece, o assunto mais palatável dentre aqueles existentes no âmbito da questão racial no Brasil).

Mas a expectativa que se apresenta neste momento é: o próximo PPA vai manter a redução da desi-

E a Ação?

Uma política de promoção da igualdade racial precisa de metas quantificáveis, recursos financeiros e da ação coordenada das esferas de governo.

Mário Theodoro*



Matilde Ribeiro, ministra da Igualdade Racial

Foto: Agência Senado

igualdade racial como um desafio governamental? E, como tal, qual será a posição dos ministérios setoriais? Qual a dotação de recursos para as políticas de igualdade racial? E a Seppir, vai, enfim, lograr, efetivamente, gerir uma política de redução da desigualdade racial que envolva os diferentes setores governamentais? E os recursos, vão sair da casa dos R\$ 10 milhões para um patamar que tenha significado em termos de políticas públicas.

As lições do quadriênio estão aí. Uma política de promoção da igualdade racial necessita de um aporte significativo de recursos financeiros, do envolvimento dos

ministérios e dos órgãos setoriais da administração pública, da ação coordenada com as demais esferas de governo, do estabelecimento de metas quantificáveis de redução das atuais diferenças entre negros e brancos nas mais diversas áreas (saúde, educação, saneamento básico, trabalho e renda, etc.).

Os instrumentos estão à mão: há a Seppir, há um discurso governamental em favor de uma maior igualdade racial, há o Estatuto da Igualdade Racial – no qual se insere a proposta do Fundo de Promoção da Igualdade Racial – aguardando votação na Câmara, sem esquecer as iniciativas de introdução das cotas para negros no serviço público, assim como nas universidades.

O leque de oportunidades está posto. Resta a ação.

***Doutor em Economia e consultor do Senado Federal. mario@irohin.org.br**



Negros evangélicos debatem racismo e discriminação nas igrejas

Jamile Menezes*

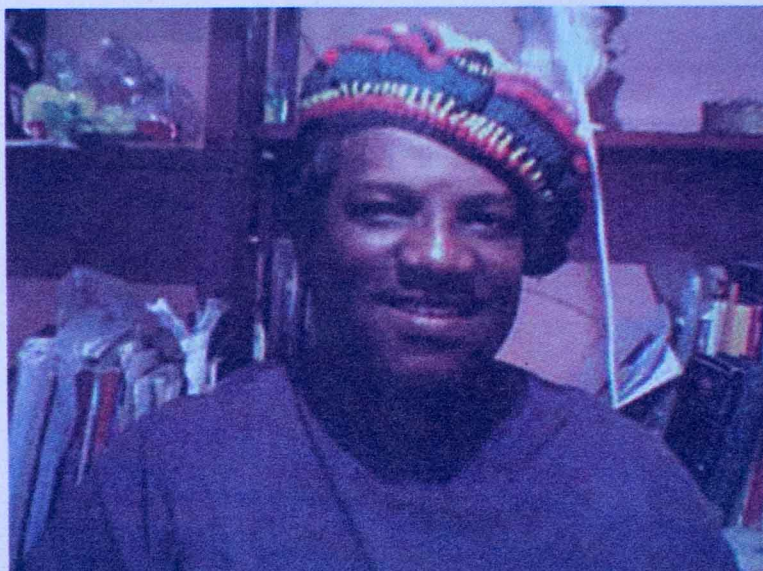
“São 15 milhões de pessoas pretas de cabeça baixa nas igrejas, achando que são descendentes do continente do demônio”, afirmou o teólogo Walter Passos, no I Encontro Nacional de Negras e Negros Cristãos, realizado em Salvador no mês de abril. A iniciativa foi do Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos (CNNC), organização que vem debatendo a questão racial em diversas igrejas evangélicas em todo o país há cerca de um ano. Passos preside o CNNC, que é composto por fiéis de igrejas como a Presbiteriana, Batista, Adventista, Assembléia de Deus e a Metodista tendo a participação, até então, de estados como Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Bahia. Criado a partir de debates e discussões por e-mails, o Conselho hoje vem promovendo encontros regionais, levantando o tema entre jovens e adultos negros - homens e mulheres evangélicas pelo país. Em entrevista, o presidente do CNNC falou ao Ìrohìn sobre este debate. Confira.

Ìrohìn - São 15 milhões de evangélicos negros no Brasil. O que pensa este contingente hoje quanto às suas identidades negras?

Walter Passos - Os evangélicos são os que têm um processo de negação maior quanto ao seu pertencimento à comunidade negra. A pobreza e a desorganização, além da falta de políticas públicas, fazem com que nosso povo procure o mínimo de bens materiais através dos sacrifícios (ofertas), negando seu próprio ser. A discriminação em nenhum momento é questionada e nas igrejas históricas, o racionalismo branco é imitado. Em todas as três correntes do protestantismo no Brasil, a máscara branca está desfigurando a essência dos pretos e pretas e esse fato é um anti-evangelho de Yeshua (Jesus), que foi o mais importante preto da história da humanidade.

Ìrohìn - De que forma isso é visto nas igrejas?

Walter Passos - No comportamento dos (as) pastores (as), por exemplo, que se explica na formação teológica: as faculdades e seminários são formadores de teologias excludentes, baseadas no medo e na negação das raízes africanas. Os sermões, que seriam o grande alimento das comunidades,



Walter Passos, presidente do CNNC

se tornaram mecanismos de dominação através da palavra e demonização das culturas africanas. Há um processo de branqueamento escandaloso nas lideranças pastorais negras. O mais difícil de encontrar é pastores pretos casados com mulheres pretas, porque o padrão de beleza europeu é propagado dentro das comunidades. Tudo que é belo é branco e tudo que é demoníaco é preto, por exemplo. A direção das igrejas não está

com as lideranças pretas. Na Bahia, qual o pastor preto consciente que pastoreia uma grande igreja? Se somos 15 milhões, deveria haver pelo menos 650 mil pastores (as) pretos. Acontece que para estudar teologia é necessário ter condições financeiras e nosso povo não possui essas condições.

Ìrohìn - O Encontro Nacional, realizado em abril, reuniu expressivas delegações de diversos estados. Existem singularidades quan-

to ao engajamento por região?

Walter Passos - As diferenças são evidentes. O estado da Bahia é o que sofre a maior discriminação, tendo também a maior organização de juventude afrocentrada e atuante. A Bahia é um imenso paradoxo, porque somos a maioria da população preta que guardamos grandes ensinamentos ancestrais e o estado onde há menos políticas públicas de combate à discriminação.

Ìrohìn - Qual o papel dessa juventude?

Walter Passos - A juventude afrocentrada do CNNC é a espinha dorsal da organização, como está sendo em todo o Movimento Negro Brasileiro. A diretoria do CNNC Bahia é composta de 100% de jovens, sendo um marco na nossa organização no Brasil. Os jovens não aceitam as mazelas que as igrejas têm feito com nosso povo e são os grandes questionadores, não sentindo tanto temor das lideranças das igrejas como os idosos e adultos.

Ìrohìn - E o que é que o CNNC traz para o debate junto a esse público?

Walter Passos - A nossa luta se dá dentro do cristianismo, que participou ativamente da formação

5

RELIGIÃO

ÌROHÌN

- Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

ideológica do Brasil: legitimou, abençoou, traficou, explorou e enriqueceu com tráfico dos nossos ancestrais, mantendo ainda uma violenta discriminação em todas as igrejas, seja a católica ou a protestante. Sendo assim, debatemos a discriminação racial e a sua superação dentro das igrejas cristãs, a luta como entidade preta cristã contra todos os tipos de exploração na sociedade, a organização do povo preto cristão, a propagação e a prática do pan-africanismo, a formulação de uma teologia preta e a questão de gênero, pois sabemos que a mulher preta é a mais discriminada dentro do cristianismo, além de outros temas. Trocamos informações, literaturas, realizamos encontros e aprendemos a ouvir os especialistas negros, porque sabemos que não podemos confiar nos teólogos (as) brancos e seu academicismo, o que é ideológico e visa manter a dominação e escravização mental do povo preto.

Ìrohìn - Um ponto central nesta discussão, para vocês, é a Escola Bíblica Dominical (EBDs). Por que é importante questionar essa Escola?

Walter Passos - A escola bíblica dominical dentro das igrejas históricas e pentecostais tem uma função de grande importância que é a formação do membro da igreja. A EBD é uma escola com objetivo de branqueamento, pois leva as pessoas negras, desde pequenas, à negação de suas origens. Ela reforça os preconceitos, acaba com sua auto-estima. Reforça o machismo, ensina um Deus branco baseado no medo, cópia do senhor de engenho. É necessária uma reformulação das EBDs, mas, nessa estrutura de igrejas que existe, é muito difícil.

Ìrohìn - Por que então não fundar uma outra Igreja, criar uma outra Bíblia?

Walter Passos - A função do CNNC não é formar uma nova denominação evangélica, mas, atuar dentro das igrejas de forma contundente. Queremos fundar a Comunidade Cristã Pan-Africanista, onde poderão atuar livremente e louvar a Yeshua conforme a sua africanidade. O CNNC não é uma igreja, mas uma organização pan-africanista. O cristianismo que te-

mos hoje no planeta, e inclusive em várias regiões da África, é um cristianismo caucasiano deturpado. Os teólogos brancos, com mestrados e doutorados, conhecem a verdade e não ensinam. Há interesse ideológico em se manter um povo dominado. Estamos escrevendo o livro *Cristianismo de Matriz Africana*, objetivando informar o nosso povo preto dessas verdades escondidas.

Ìrohìn - Como é a reação dos (as) negros (as) evangélicos (as) ao serem chamados para este debate em suas igrejas? Há reações mais ou menos adversas em alguma delas?

Walter Passos - As reações são as mais diversas possíveis, porque a catequese católica e a forma de evangelização que sofreram os nossos ancestrais foram violentas e hoje a violência é ideológica. Os negros cristãos no Brasil estão com os olhos vendados e temem o inferno ensinado pelos brancos. Tenho conversado com pastores de diversas denominações e lideranças que sabem da discriminação racial e ficam calados, sendo co-participantes e alimentadores das mentiras. Por isso o CNNC não acredita e não participa do chamado Movimento Negro Evangélico (MNE) porque é um movimento que se apóia em organizações e lideranças brancas. Outro fator importante é que a luta pela emancipação do povo preto tem que ter a base familiar, e ainda não vi a maioria masculina dessas lideranças do MNE levar suas famílias para as reuniões. Será porque as suas mulheres são brancas e eles têm vergonha de suas companheiras? Como podem liderar e falar da discriminação racial se a própria família não é participante? Acreditamos que os pretos têm que trilhar os seus próprios caminhos e ditar as regras de sua própria emancipação.

Ìrohìn - Há a participação da Igreja Universal do Reino de Deus no CNNC?

Walter Passos - A questão da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) é bem interessante. No censo do ano 2000, possuía 2.101.887 membros, possuindo um poder imenso de comunicação. A IURD tem como chamamento a idéia da maldição hereditária. Hoje os ne-

gros lá se sentem amaldiçoados, todos os seus problemas são resultantes do chamado encosto que vem acompanhando a família desde a África. Sendo assim, se toma "fácil" nessas igrejas a comunidade negra enfrentar os graves problemas sociais que a afligem. A presença crescente de descendentes de africanos nessas igrejas é consequência da constante expulsão que sofrem nas igrejas históricas, na conversão forçada ao catolicismo, na falta de reação das religiões de matriz africana e seus paralelismos e sincretismo. São co-locados fora dos muros do bem-estar social e as fronteiras sociais se manifestam também religiosamente. A realidade dos pretos nessas igrejas é de extrema preocupação: explorados financeiramente e crendo numa falsa libertação, vivenciam um processo de alienação de seus problemas. Odeiam sua própria cultura, rejeitam sua história e permitem que a memória de seus ancestrais seja ultrajada, recebendo o rótulo de "demoníaca".

Ìrohìn - E quanto aos adeptos do Candomblé?

Walter Passos - A liberdade religiosa tem que ser defendida. O que notamos é que algumas pessoas querem falar pela religião do candomblé e repetem a prática branca de falta de respeito com os negros. Antes de sermos religiosos, somos pretos. Posso mudar de religião, de opção sexual e de ideologia. Só não posso deixar de ser preto-africano no Brasil.

Ìrohìn - De que maneira o CNNC atua frente à intolerância religiosa de setores evangélicos contra as demais crenças de origem africana?

Walter Passos - A nossa organização é contrária aos ataques perpetrados pelas igrejas evangélicas às crenças dos nossos antepassados e de nossos irmãos. Todas as igrejas evangélicas são desrespeitosas com as crenças de matriz africana. Há vozes proféticas em diversas denominações, mas a prática é de extrema violência e falta de respeito. Os pretos evangélicos não são os culpados pela falta de respeito, muitos são repetidores dos ensinamentos deformados das igrejas.

Ìrohìn - Pan - Africanismo e Religiosidade. Qual a relação e de que forma o CNNC vem integrando ambos os temas pelo Brasil?

Walter Passos - O Pan-Africanismo é a saída para a união do povo preto nessa diáspora forçada. Quando o CNNC se coloca como uma organização pan-africanista é para desmistificar a idéia pregada de ecumenismo das igrejas protestantes, baseado em palavras que mantêm nosso povo afastado de suas decisões "ecumênicas". O Ecumenismo é a grande mentira das igrejas brancas. Temos que ter uma preocupação com o nosso povo e essa preocupação é um ato de espiritualidade e prática. Lutamos por uma organização de autogestão e o CNNC, com seu teor pan-africanista, acredita que o próprio povo tem que se libertar da segunda escravidão que o levou à inércia em relação aos seus próprios problemas.

Ìrohìn - Quais os principais resultados do Encontro Nacional?

WP - O Encontro Nacional foi uma grande vitória do povo preto, independente de religião, mostrando que podemos ter um objetivo de liberdade. As mulheres e homens pretos só podem louvar em comunhão quando aquelas e aqueles que se dizem irmanados na mesma fé de Yeshua reconhecerem que o racismo, antes de ser ontológico, é moral. Que temos o direito de desenvolver os nossos destinos através da nossa identidade africana, representado a nossa corporalidade através da nossa ancestralidade. Enquanto isso não ocorrer e houver a exploração da comunidade branca sobre o nosso povo, a comunhão não existe, porque estaremos mentindo para nós mesmos, enganando nossos jovens e alienando nossas crianças. Não há comunhão sem a real vivência do evangelho de justiça de Yeshua.

Veja matéria sobre o Encontro Nacional em www.irohin.org.br e conheça mais sobre o CNNC em www.negroscristaos.com.br.

***Estudante de Jornalismo da Faculdade da Cidade do Salvador. Jamile@irohin.org.br**

Depoimentos de jovens evangélicos do CNNC:



Aswad Simba Foluke – Igreja Presbiteriana

"Se a escravidão foi banida em outros setores, na Igreja ela continua, oprimindo a mente dos negros que lá estão. Jesus, para mim, foi o maior pan-africanista do mundo, por ser um homem preto que pregou a união do seu povo contra a opressão."

Dilian Passos – Igreja Batista



"São deturpadas as nossas origens o tempo todo. Uso tranças e dizem que é coisa de gente da religião do diabo. Já ouvi isso com 7 anos de idade e se não tenho minha mãe, que é teóloga e me ensinou minhas origens, teria sido devastador. Nós temos que ter voz dentro das Igrejas para quebrar esse tipo de mentalidade. Não vejo Jesus como o que divide, mas como aquele que sempre lutou pela união"



Jorge Felipe Oliveira – Igreja Verbo da Vida

"O que vemos é a demonização dos simbolismos de nossa ancestralidade em vários aspectos dentro das igrejas evangélicas. Jesus Cristo para mim foi o maior socialista que existiu e acreditar no cristianismo de matriz africana é afirmar que essa teologia é africana e que nela podemos resgatar nossa ancestralidade."

Artur da Rocha – Igreja Batista



"Jesus foi o primeiro agente de mudança, foi mestre e nas suas palavras não há espaço para atitudes racistas, muito menos de valorização de um sobre o outro."



Abede Danladi Foluke – Igreja Adventista

"A Teologia sempre nos tachou de amaldiçoados, pessoas sem alma. Quando entramos na igreja, continuamos a nos negar através do que os pastores dizem. Negar nossos gostos, nossa cultura, as crenças dos outros irmãos pretos. Não cabe mais nos ajoelharmos diante de um Jesus branco."

Aidan Dúdú Labalábá Foluke – Igreja Presbiteriana



"Jesus é pan-africanista e é bem mais do que pensamos. Ele é toda a essência do povo preto, para mim



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura, ainda gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou peça pela internet no www.irohin.org.br

Terreiros de Candomblé e Política Pública

Pesquisa em Salvador revela o crescimento e a força do Candomblé (1.123 terreiros) e a grande diversidade de suas atividades sociais, políticas e culturais.

Jocélio Teles dos Santos*

Em março de 2006 as Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação de Salvador estabeleceram uma parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais para a execução do Projeto Regularização Fundiária dos Terreiros de Candomblé. Tratava-se de obter dados sobre localização, condições sócio-econômicas e ambientais, regularização fundiária e infra-estrutura, visando a elaboração de políticas públicas. Além de recursos da Fundação Palmares e da Seppir, tivemos o apoio da Federação Nacional da Culto Afro-Brasileiro e da Acbantu.

Os terreiros de candomblé se espalham por toda a cidade e dois bairros do subúrbio ferroviário – Plataforma e Paripe – têm a maior representação da cidade: respectivamente, 56 e 40 terreiros. A maioria das lideranças continua circunscrita ao universo feminino, mas o crescimento masculino é significativo, principalmente os da nação queto.

Um dado significativo encontrado na pesquisa é que muitos terreiros desenvolvem atividades sociais, políticas e culturais como creches, distribuição de cestas básicas, cursos, palestras, programas na área de saúde, doação de alimentos e brinquedos para crianças, feiras de saúde, e há terreiros que têm infocentro. O que demonstra a inserção desses terreiros na vida da cidade, e lhes confere legitimidade para estabelecer parcerias com as instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais.

A análise preliminar indica um pequeno número de terreiros que têm escritura registrada, e o percentual sem documentação se aproxima de 20%. Isto mostra a necessidade de uma política públi-

Foto: Jamile Menezes



ca voltada para a regularização, pois os conflitos com vizinhos são recorrentes. É surpreendente que, nos últimos doze meses, houve uma migração de indivíduos de outras religiões, pois há adeptos das religiões neo-pentecostais, inclusive da Igreja Universal do Reino de Deus, da Deus é Amor que aderiram ao mundo dos terreiros.

A realização da pesquisa demonstra um fato secular: a força da religiosidade afro-brasileira capaz de resistir a perseguições, do século XVIII ao XX, da polícia, da imprensa, da igreja católica, do poder público e de grupos neo-pentecostais. Isto se traduz no número de terreiros cadastrados. Em 1983, a Secretaria da Indústria e Comércio registrou 1.018 terreiros. O poder das religiões de matrizes africanas é reiterado no número de terreiros cadastrados em 2006/2007: 1.123.

*Diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais-UFBA.



A força da religiosidade afro-brasileira se renova e se perpetua, superando todos os obstáculos



Foto: Alberto Lima



Fotos: Daniel Cardoso

Presidente da OAB é a favor das cotas e contra a redução da maioridade penal

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

Com uma disponibilidade e simpatia raras de se encontrar no ensimesmado meio jurídico, Cezar Britto, Presidente Nacional da OAB, recebeu o Ìrohìn em seu gabinete no último dia 05 de junho. Na pauta, redução da maioridade penal, ações afirmativas e as resistências para se confrontar efetivamente o racismo no Brasil, conforme podemos conferir na entrevista a seguir.

Ìrohìn: Qual é, em sua opinião, a dimensão que o racismo ocupa na equação social brasileira?

Cezar Brito: Os dados estatísticos demonstram que o Brasil tem uma separação no acesso ao saber, aos bens materiais, ao emprego, em razão da cor. Então, no Brasil, a cor é fator de exclusão, embora não se queira assumir. Um teste que todo mundo pode fazer sobre a exclusão ou não da cor é pegar um diploma de formatura das profissões tidas como nobres: medicina, engenharia e direito e se procurar ver quantas pessoas estão formadas e a relação com a cor.

Ìrohìn: Uma questão que nos tem preocupado muito é a que trata da redução da maioridade penal, já em tramitação no Congresso, tendo em vista a atuação flagrantemente racista do sistema penal. Qual a sua opinião sobre o tema?

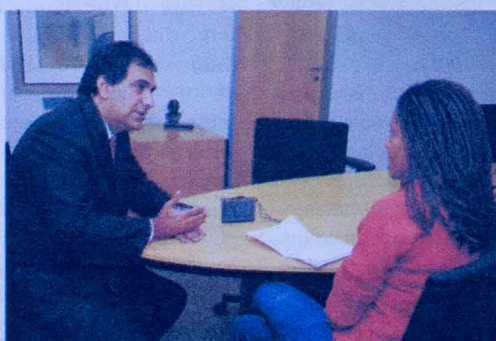
Cezar Brito: A redução da idade penal incide em várias atividades. Às vezes nós ficamos focados somente no criminoso e nos esquecemos de focar a idade penal na comunidade. E quando se foca na comunidade devemos nos perguntar: é melhor para a sociedade, em médio prazo, colocarmos os adolescentes no sistema carcerário brasileiro, que se transformou em verdadeira escola para o crime, onde a dignidade humana fica do lado de fora, ou no sistema educacional? Daqui a dez anos a sociedade ganhará com esse adolescente recém saído do internato ou recém saído do sistema

carcerário? Colocar nossos adolescentes no sistema carcerário hoje é a situação mais cômoda e de curto prazo, porque você pode retirar o "problema", afastando-o da sociedade, mas não percebemos que ele voltará daqui a dez, quinze anos em piores condições. Outra questão relacionada ao foco da sociedade: se nós partimos do pressuposto de que a redução da idade penal para 16 anos decorre do fato de que um adolescente de 16 anos já pode dispor sobre as suas ações, ele poderá também dispor de seu corpo. As crianças prostituídas hoje fazem parte de

uma indústria. Uma indústria que alimenta o próprio turismo sexual no Brasil, que é forte, e passará a ter mais pessoas cooptadas para isso. Então esse é um risco muito grande. Nós vamos ampliar o leque de pessoas a serem prostituídas a título de redução da idade penal. Há também grave equívoco no raciocínio que quer reduzir a idade penal porque os adolescentes estão sendo utilizados para o crime por serem inimputáveis. Ora, se esse raciocínio é correto, a cooptação dos inimputáveis passará a ser dos menores de 16 anos e se for reduzir vai

ser para os menores de 14, 13 e aí perderemos a conta, como ocorre em alguns países.

Então é por essas razões que nós entendemos que não é possível reduzir a idade penal como forma de combater o crime. Até porque no caso que mais chocou o país, no assassinato de uma criança no Rio de Janeiro, quatro dos envolvidos eram maiores e apenas um era adolescente. O fato de se ter uma legislação



mais dura para os adultos impediu que participassem do crime? Não. O que demonstra que não é o volume da pena que implica a

redução da criminalidade. Não tenho dúvida, portanto, que a redução da idade penal é um risco muito grande pelos efeitos colaterais que provocará na sociedade brasileira.

Ìrohìn: Ainda tratando de sistema penal, qual a postura da OAB frente o quadro de dizimação que tem sido imposto à juventude negra brasileira?

Cezar Brito: A OAB criou nesse mandato uma comissão de promoção da igualdade, que será presidida por uma conselheira negra da Bahia, na compreensão de que precisa haver ações afirmativas no com-

bate às desigualdades, principalmente a desigualdade racial. A questão da marginalidade vinculada à cor é muito clara quando se diz que nos presídios só tem os três "p": pretos, pobres e prostitutas. Porque é um preconceito muito grande em relação a essas três categorias apontadas como marginais no Brasil. Aliás, quando a polícia tentou fazer um diagnóstico preventivo de quem eram os possíveis marginais pela forma de abordagem colocou exatamente as pessoas que tinham o perfil da raça negra. Isso tem a ver inclusive com um debate que se tem em relação à Ordem. As pessoas dizem: a Ordem hoje está se movendo para defender o direito de defesa porque há ricos presos. E nós estamos lembrando que no passado, até pouco tempo, dizia-se que a Ordem, os Direitos Humanos só se mexiam para defender bandidos. Agora se fala que é para defender os brancos, os fortes, os poderosos, mas antes diziam que nós somente defendíamos os bandidos. E quais os bandidos que nós defendíamos? Os pobres, os pretos e as prostitutas, vítimas do sistema de exclusão. Então a defesa nossa é sempre a mesma. O Brasil é um país campeão em injustiça, campeão em desigualdade e essa desigualdade se reflete na ação penal.

Ìrohìn: Outro assunto que nos interessa tratar com o senhor é o que versa sobre ações afirmativas dirigidas à população negra. Qual o posicionamento da OAB em relação a essa política?

Cezar Brito: A OAB não tem opinião firmada sobre o sistema de quotas, por exemplo, embora tenha defendido que nós temos que ter ações afirmativas para combater todos os tipos de preconceitos. Não só preconceito de cor, mas o preconceito social, todos eles que possam gerar desigualdade num país que quer ser democrático. Na questão da inclusão pelas cotas, pessoalmente sou favorável. Tenho dito isso por acreditar ser uma forma de acabarmos com a desigualdade. A cota tem que existir enquanto a desigualdade ocorrer. Há um princípio no direito que nós repetimos o tempo todo, como verdade absoluta, até porque é absoluta: "nós temos que tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida em que se desiguam". Ora, se não há igualdade no acesso aos cargos, no acesso ao saber, e não há igualdade de competição, porque o acesso para uns é diferente do que para outros, o Estado tem a função de tratar com desigualdade, na busca da igualdade. As ações afirmativas têm o objetivo de alcançar a igualdade, são benéficas e constitucionalmente protegidas.

Ìrohin: E por que tanta resistência por parte do institucional, da opinião pública e da intelectualidade diante de medidas resguardadas constitucionalmente?

Cezar Brito: Má compreensão. Talvez "instinto de sobrevivência". Se nós temos um sistema desigual, para conquistar a igualdade alguém tem que ceder e alguém tem que crescer e é muito difícil para quem tem que ceder. É muito mais fácil ser socializante no discurso que na ação. O exemplo das cotas nas instituições públicas de ensino é ilustrativo. Quando você diz que vai estabelecer cotas, estamos deixando claro que aquelas pessoas que têm acesso às escolas privadas, ou as que têm o benefício de serem privilegiadas, vão ceder para aquelas outras marginalizadas e é muito difícil aceitar essa situação. Eu tenho que admitir, e tenho quatro filhos, que meus filhos vão concorrer a um número menor de vagas. Essa é a dificuldade das pessoas em ceder. Mas eu deveria compreender também que, caso meus filhos não entrem nas instituições

de ensino, devido à cota, tenho condições financeiras para pagar uma instituição privada.

Ìrohin: Por causa da defesa das cotas nas universidades públicas, o Movimento Negro tem sido acusado de querer construir uma sociedade segregada pela cor...

Cezar Brito: Argumento há para tudo. Por que os dados estatísticos mostram que as casas mais pobres das periferias são aquelas de propriedade dos negros? Por que os salários continuam sendo menores? Por que nas instituições de ensino os negros continuam não



sendo representados? Se isso é sinônimo de igualdade, nós temos que procurar aperfeiçoar esse conceito. Há dados que são corretos. Quando, por exemplo, se fala que as mulheres ganham menos do que os homens, é certo que as mulheres negras ganham muito menos. Uma vez houve uma discussão aqui no Conselho Federal sobre esse dado e eu levantei uma tese de que se deve olhar nos convites de formatura e ver a cor das pessoas. Aí o palestrante disse para não olhar apenas as profissões de nível superior, mas também aquelas destinadas às classes mais pobres. Vá olhar quem são os cabos de turma e quem está no trabalho braçal. Vá olhar quem é garçom e quem é *maître* para ver se não há a prevalência da cor nessas profissões também. Então há de se convir que existe no Brasil esse tipo de separação. E você só consegue corrigir o erro, reconhecendo o erro.

Ìrohin: Sobre o episódio recente, em que dois irmãos gêmeos foram tratados de modo diferenciado, quanto ao direito à matrícula no vestibular por cotas na Universidade de Brasília, gostaria de saber sua opinião. O Sr. acha que o episódio deslegitima o processo?



Fotos: Daniel Cardoso

Cezar Brito: Ninguém pode negar que ali houve um erro. Um erro visível. Um erro de interpretação. Mas nós não podemos fazer no Brasil que um erro justifique outro erro. Um erro pontual. Um erro de interpretação de algumas poucas pessoas não pode prejudicar o esforço que apenas começou de superação do erro histórico que se cometeu contra os africanos e seus descendentes no Brasil. Pegar um ponto para transformar num todo é, isso sim, o grande erro.

Ìrohin: Como tem atuado a Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB, de que o Sr. nos falava há pouco? Já há um levantamento sobre o perfil do advogado no Brasil? Pretende-se investigar as dificuldades e barreiras dos profissionais negros no trato com juízes, membros do Ministério Público, policiais, etc?

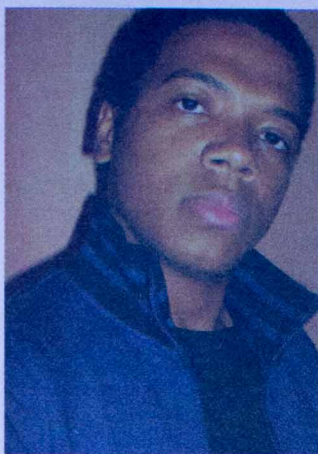
Cezar Brito: Essa comissão foi criada há um mês e há um interesse em fazer esse levantamento. A intenção clara é a de que para promover a igualdade você tem de ter consciência da desigualdade. Então esse é um pouco dos questionamentos que vamos fazer a partir de agora. Mas já há um

exemplo de uma ação afirmativa que acabamos de praticar. Há um colapso do ensino jurídico brasileiro. São mais de 1.049 faculdades, mais de 2.049 mil vagas/ano. Somos 600 mil advogados, correspondentes a 20% dos advogados do mundo. Então há uma crise muito forte. No entanto, nós autorizamos algumas instituições de ensino desde que elas apresentem um projeto pedagógico de qualidade e um compromisso social muito forte. A última que nós autorizamos foi a Universidade Zumbi dos Palmares, que tem justamente esses requisitos que estamos procurando. É uma instituição de ensino destinada aos negros, de professores negros, tutores negros, com essa visão de inclusão social muito forte. Nós autorizamos na compreensão de que é preciso políticas afirmativas para tirar o Brasil dessa situação de desigualdade.

Ìrohin: Recentemente, a OAB homenageou Luiz Gama, um grande advogado negro. Gostaria que o senhor fizesse um comentário sobre a importância desse personagem para a história do Direito e do Brasil.

Cezar Brito: Temos que resgatar os personagens negros que foram importantes, ainda mais numa época em que o preconceito era legalmente reconhecido e que a cor era sinônimo de escravidão. E Luiz Gama mostrou isso. Mostrou como poucos mostraram à época, que a inteligência, o saber não têm relação com a cor, mas com a oportunidade, com a ousadia. E Luiz Gama foi um advogado brilhante, um defensor brilhante, numa época em que havia enormes obstáculos à afirmação da cidadania do negro. Então essa foi a homenagem no mês em que se comemora a abolição da escravidão, mostrando que a abolição não foi obra apenas dos brancos, uma concessão espontânea e voluntária da princesa Isabel, mas o resultado de todo um processo de luta, de contestação e de compreensão de que não se poderia mais continuar tolerando esse crime contra a humanidade.

*Mestra em Direito e professora do Uniceub (DF).
analúza@irohin.org.br



Salvador protesta contra redução da maioridade penal

Ato público na praça da Piedade, em Salvador, reage à proposta do senador Demóstenes Torres de reduzir a idade penal de 18 para 16 anos.

*Juracy dos Anjos**

Vozes negras de diversos cantos da cidade de Salvador se encontram na praça da Piedade para gritar não à redução da maioridade penal, proposta pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O *Ato Político-Religioso pela Vida, Contra a Redução Racista da Maioridade Penal* foi realizado na tarde de 17 de maio, em um dos pontos mais movimentados da cidade, e chamou a atenção de quem passava pelo local. Com cartazes, apresentações artísticas e depoimentos calorosos, a militância negra da capital baiana reivindicou que a população civil tomasse conhecimento do real sentido do projeto do senador democrata, provado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no último dia 26 de abril.

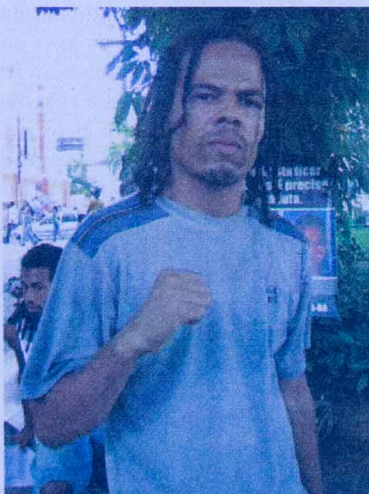
Os gritos de protesto contra a redução da idade penal, de 18 para 16 anos, vieram de todos os lados da Praça, que logo foi tomada por mais de 200 pessoas (entre crianças, adolescentes, estudantes, intelectuais, religiosos, comerciantes e curiosos). Para Marcus Alessandro, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), "a redução racista da maioridade penal é mais uma ação da elite branca brasileira que entende que a os problemas relacionados à violência e à desigualdade social têm que ser resolvidos com o genocídio da população negra".

Ele destaca a relevância do ato político-religioso e a participação da população, dizendo que é importante mostrar à opinião pública que a população negra no Brasil não concorda com a redução da maioridade penal. "E mais do



que não concordar, denuncia a existência de um processo de genocídio contra o povo negro do Brasil, que é engendrado e executado pela elite branca brasileira,

tendo como ferramentas os poderes públicos, na medida em que a polícia militar e a civil estão matando jovens, mulheres e homossexuais negros", denuncia.



Walter Aldino



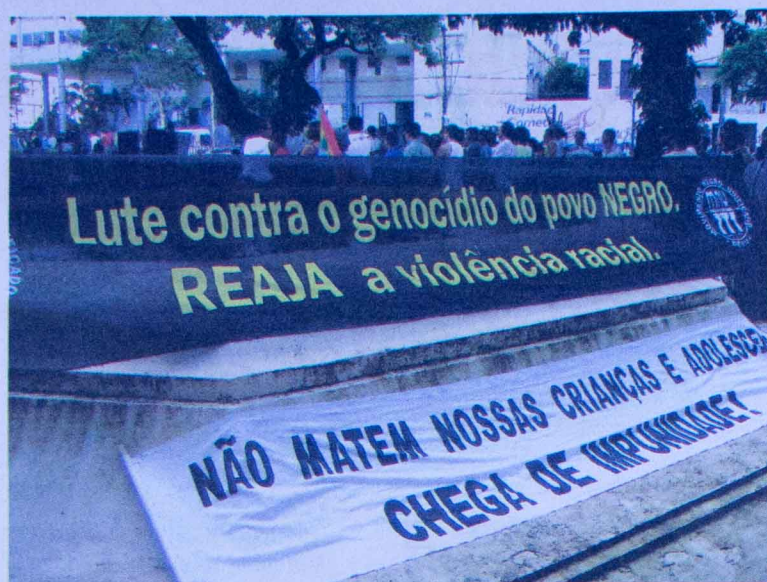
Vilma Reis

Marcos Rezende, do Coletivo de Entidades Negras (CEN), acredita que o ato de redução representa o pensamento da elite branca do país, que utiliza a política de tolerância zero contra as comunidades periféricas e negras, resultando em um extermínio da população pobre. Ele argumenta que esta prática não é nova.

"É a mesma política que aconteceu no pós-abolição, que permitia que crianças a partir os 9 anos pudessem ser presas pela força da polícia. Percebemos, nestas condições, que as únicas pessoas que serão presas, com a aprovação do projeto de lei, são os negros da periferia, demonstrando o caráter racista deste Estado, que tem apenas a preocupação de manter o status de um determinado grupo", enfatiza.

Para Valdecir Teixeira Barbosa, mais conhecida como Mãe Val, que participou do ato ecumênico representando a religião do Candomblé, "a manifestação é muito importante porque precisamos de medidas para combater as ações dos parlamentares que querem regulamentar o projeto de redução da maioridade penal, e, consequentemente, o extermínio do povo negro".

ENGRENAGEM DA MORTE - Vilma Reis, do Ceafro - Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero, afirma que o projeto de redução da maioridade penal vem para legitimar a manutenção da juventude negra brasileira. Segundo ela, o projeto de lei foi decidido em debate monolítico, feito exclusivamente pela elite branca do país. "Não vamos ficar



em silêncio diante da arbitrariedade que o congresso está fazendo para prestar conta à classe média branca e aos poderosos deste país, mostrando cadáveres de jovens negros", afirma.

Segundo Nairobi Aguiar, do Quilombo Educacional Milton Santos e do Núcleo de Estudantes Negros da Ucsal, em Salvador, a cada noite, morrem em média quatro jovens negros, vítimas da violência do racismo. "Quero denunciar que a nossa sociedade é racista, porque mata jovens negros todos os dias. Estou aqui para dizer que isso não é coincidência. Todos nós somos contra o extermínio dos negros na periferia, contra o genocídio da população negra promovido pela sociedade branca e hipócrita, que está preo-



Nairobi Aguiar

cupada com sua segurança e não com a do conjunto da população", relata.

O sociólogo e coordenador de formação pedagógica da Atitude Quilombola, Walter Aldino, atribui aos próprios legisladores a responsabilidade pela falta de uma solução objetiva para a redução da criminalidade. "A redução da maioridade penal se explica por uma tendência da cultura política brasileira de colocar sempre a poeira para debaixo do tapete. Ou seja, uma sociedade hipócrita que não resolve as causas, verdadeiramente, dos problemas sociais. Mas quando vai tratar dos problemas o faz pelas seqüelas e não pelas causas", ressalta.

PROJETO - Em face dos últimos acontecimentos relacionados a atos bárbaros de violência praticados por jovens, como no caso da morte de João Hélio, os jornais brasileiros têm pautado com mais ênfase a discussão sobre a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos. O projeto contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que diz, no Título III, Capítulo I, Art. 104, que "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei".

Para a estudante Mirian Santos Lima, 17 anos, do Núcleo de Mulheres da Rede Aiye Hip Hop, "é preciso que se cumpra o ECA, em vez de se criar um projeto de lei para redução da maioridade penal, que prejudicará a população negra".

Ao se pensar em redução da idade penal, segundo ativistas do Movimento Negro, é necessário se ter o mínimo de clareza a respeito do que é vivenciado pela juventude, que ao mesmo tempo em que são autores são vítimas da cruel realidade social. "Queremos fazer uma discussão qualificada de uma perspectiva diferenciada no que diz respeito à segurança pública, não só na Bahia como no Brasil. Porque na verdade quem são as vítimas? É isso que precisamos perguntar. A vítima é quem recebe o tiro ou quem aperta o gatilho? Isso é que o CEN vem colocar", destaca Marcos Rezende.

ENQUETE - Qual sua posição diante da proposta de redução da maioridade penal?



Iaracira Nascimento, 20 anos, do movimento Art' Kizumba

"Certamente, contra. Nós sabemos quem vai ser atingido por esta nova lei. A

gente sabe que a maioria da população de Salvador é negra, mas não é a maioria que está ocupando os espaços de poder, as universidades, e sim a maioria que está nas prisões. A nova lei só vem para oprimir ainda mais a população negra. O que temos observado, até hoje, é a criação de leis e novas formas de exclusão e de eliminação de nossa gente".

Mirian Santos Lima, 17 anos, do Núcleo de Mulheres da Rede Aiye Hip Hop

"Sou totalmente contra, porque as pessoas que mais vão

sofrer com a redução da maioridade penal serão os jovens negros e da periferia, que são excluídos de todo as formas pela sociedade".



Elienilson Reis, 22 anos, do Centro de Referência Integral do Adolescente (Cria).

"Primeiramente, pensando como jovem negro morador da periferia, acredito que com a aprovação da redução da maioridade penal a gente vai sofrer muito. Porque não existem políticas públicas para os jovens, para dar assistência para que a juventude não entre no mundo da criminalidade".

* Estudante de Jornalismo das Faculdades Jorge Amado (BA) juracydosanjos@hotmail.com



Estudantes africanos sofrem tentativa de assassinato na UnB

Após atentado, instituição acena com possibilidades, mas ainda não desenvolve ações concretas de combate ao racismo.

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Na madrugada do último 28 de março, três apartamentos de africanos residentes na Casa do Estudante Universitário da Universidade de Brasília (CEU/UnB) foram alvo de incêndio criminoso. Os estudantes acordaram sufocados pela fumaça que vinha das portas em chamas. Os agressores utilizaram tijolos, toalhas e gasolina para provocar o fogo e dificultar a saída. E mais, esvaziaram a maioria dos extintores do lugar. Em razão do atentado e após algumas reuniões com autoridades da UnB, estudantes e ativistas do Movimento Negro deram impulso a uma série de denúncias acerca da negligência da Universidade perante as queixas anteriormente apresentadas ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e protestos contra a reprodução do racismo no dia-a-dia da instituição.

Na avaliação de Lino Vaz Moniz, cabo-verdiano, cientista político e mestre em Tecnologia da Educação pela UnB, que mora no Brasil há dez anos: "Não se trata de crime, mas sim de terrorismo. O crime muitas vezes é motivado pelo capricho individualizado; e o terrorismo, pelos conflitos coletivos. Há uma ação terrorista, e isso não se resolve, se administra. A UnB não é um espaço em que africanos e afro-brasileiros se sentem tranqüilos para exercer o direito de ir e vir. Se alguém é capaz de atear fogo na porta, é normal que atire com uma arma de fogo. Temos que procurar uma articulação muito forte entre nós mesmos. Não dá mais para andar isolado, temos que andar em grupo".

Atualmente, na UnB existem cerca de 25 mil estudantes. Entre esses, apenas 457 são estrangeiros, vindos por meio do Programa de Estu-

dantes Convênio de Graduação (PEC-G), sendo que os africanos somam aproximadamente 20% do total. Ocorre, porém, que a presença desses não passa despercebida nas sa-



Lino Vaz Moniz

las, corredores e demais espaços da Universidade. Num relato sobre sua experiência como estudante africano no Brasil, por ocasião de audiência pública no Senado, Lenine da Silva, estudante de Sociologia, afirmou: "Eu devo muita gratidão ao povo brasileiro. Mas vou falar de racismo, sim, porque as pessoas não falam sobre isso. Para quem diz não haver racismo, eu digo: Vira preto para ver se você não vai sofrer".

Panorama – Na tarde que se seguiu ao atentado, foi realizada uma

passada pelos principais espaços do campus, contando com a adesão de centenas de pessoas. No calor da hora, os manifestantes reivindicaram a hospedagem e a proteção para os dez es-

tudantes diretamente afetados pelo incêndio e para os outros dez também moradores da CEU, bem como a efetiva apuração do caso, seguida da expulsão dos responsáveis pelo incêndio. Em termos de ações cotidianas, demandaram pela criação de um programa de combate ao racismo institucional na UnB, com a participação de organizações de estudantes e professores africanos e ou-

tras entidades da sociedade civil presente na Universidade, como o EnegreSer – a fim de envolver toda a comunidade acadêmica e não somen-



Reunião do Grupo de Trabalho contra a Discriminação Racial

te os estudantes negros.

A UnB, na figura do reitor Timothy Mulholland, logo incorporou tais reivindicações em seus pro-

nunciamentos, porém, negou-se a apresentar em público um pedido de desculpas da instituição para com os estudantes africanos, de modo a reconhecer, por meio do gesto, suas limitações para prevenir ou mesmo coibir o que chegou a ocorrer. Algo nessa direção foi verificado apenas durante a audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizada em 3 de abril. Durante o ato de desagravo, Mulholland, tal como antes o fizeram o senador Paulo Paim e a deputada Janeth Pietá, apresentou pedidos de desculpas aos estudantes africanos pelo ocorrido: "Se há uma causa que merece ser abraçada no mundo de hoje, essa é a causa da igualdade diante da diversidade. A UnB, portanto, quer seguir o exemplo do Senado, da Câmara e outros e pedir desculpas a esses jovens pela violência que sofreram dentro da nossa Casa". De todo modo, o fato é que o mesmo gesto não se repetiu no dia seguinte, 4 de abril, quando estudantes e ativistas promoveram outra manifestação na Reitoria com o intuito de garantir o debate público sobre o caso e obter explicações acerca das medidas adotadas.

Até o momento, a UnB dirigiu os seguintes encaminhamentos: (1) registro do 28 de março como Dia da Igualdade Racial na UnB; (2) criação do Grupo de Trabalho contra a Discriminação Racial, com o objetivo de estabelecer um Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia; (3) substituição do antigo decano de Assuntos Comunitários, Reynaldo Tarelho, pelo professor Pedro Sadi Monteiro, doutor em Ciências da Saúde, afro-brasileiro, nascido no Rio Grande do Sul.

Logo após o atentado, a UnB chegou a hospedar cerca de dez estudantes em um hotel da cidade, porém, ainda em meados de abril, esses já haviam sido reencaminhados para a CEU, a despeito de as investigações não terem sido concluídas. Por sua vez, as Polícias Federal e Civil, depois de concedido o pedido de prorrogação do prazo para as investigações, ainda não apresentaram seus respectivos relatórios sobre o caso. A princípio, trabalham apenas com a possibilidade de crime contra o patrimônio público federal e atrito entre vizinhos, ou seja, as ações de racismo e xenofobia dirigidas a africanos tendem a se tornar secundárias ou mesmo esvaziadas.

Grupo de Trabalho – Criado com a responsabilidade de estabelecer ações em resposta ao ocorrido nos últimos dias de março, o Grupo de Trabalho contra a Discriminação Racial existe, oficialmente, desde 9 de abril, sob a coordenação do Decanato de Extensão (DEX). Formado por professores, funcionários e alunos da Universidade, representantes de entidades do Movimento Negro, do Núcleo de Estudantes e Professores Africanos (Neepe) e de instituições do governo federal, como Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), entre outros, o GT trabalha na elaboração de um Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB. Conforme o documento de fundação, o prazo previsto para o trabalho do GT é de apenas um ano e não foram dimensionados recursos prévios para o desenvolvimento das ações a ser desenvolvidas. Até o fechamento desta edição, o projeto do referido Programa também não tinha sido finalizado.

Para Deborah Santos, Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial do DEX, os atuais resultados do GT estão de acordo com as expectativas da instituição. "Embora as coisas estejam um pouco lentas, nossa previsão era de que o projeto fosse fechado em torno de dois ou três meses. Um ponto bastante positivo deste GT é a diversidade de segmentos reunidos. Agora, quanto à questão de orçamento para o programa, os recursos serão buscados após a aprovação do projeto e das ações. Entendemos isso como um segundo momento do trabalho do grupo. Para cada ação, bus-

Foto: Roberto Fleury - Ag. UnB



A reação indignada dos estudantes agitou o campus da UnB



caremos identificar a origem do apoio, seja da UnB ou de instituições parceiras".

Guilherme Neves Pinto, representante dos bolsistas do AfroAtitude, também tem acompanhado as reuniões e expôs outra percepção. "A dinâmica estabelecida neste GT é bastante confusa. Em primeiro lugar, o tempo previsto para a execução é bastante reduzido, principalmente quando se trata de ações de sensibilização e capacitação para prevenir e punir práticas racistas no cotidiano da instituição, ou seja, de mexer com o cotidiano da instituição. Não temos garantia de prorrogação. Além do mais, os papéis de cada segmento participante no GT são pouco precisos. Não se tem a medida das possibilidades de intervenção de sujeitos externos à Universidade, como é o caso das entidades de Movimento Negro. Esse quadro de indefinições acabou produzindo essa lentidão durante os en-

contros do grupo. A quantidade e a qualidade do tempo desperdiçado dizem muito do significado do GT como ação efetiva de enfrentamento do racismo na UnB. O tem-

po é um elemento precioso nesses processos" – pondera o ativista e estudante.

Política do tapete? – Em seu oitavo número, de janeiro de 2005, o Irohin publicou a reportagem "Universitários africanos vivenciam opressão racial em silêncio". Naquela ocasião, os depoimentos apresentados pelos estudantes davam as linhas gerais de um problema que a UnB se atentou somente diante do atentado contra os africanos, em 28 de março. Enquanto os estudantes falavam em situações de discriminação racial e xenofobia, tanto Timothy Mulholland, então vice-reitor, quanto José Flávio Sombra Saraiva, diretor da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) à época, afirmavam não ter conhecimento de qualquer caso registrado ou comprovado nesse sentido. Negligência ou não, o fato é que as hostilidades silenciadas se reverteram em tentativa de assassinato em 2007.

Contrariando a tentativa dos veículos da imprensa hegemônica em enquadrar o acontecimento como "briga de vizinhos", o que sobressai em vários daqueles depoimentos é um cenário de intolerância contra africanos, tal como expresso nesta declaração de um estudante guineense: "Quando cheguei à Casa do Estudante, dividia um apartamento com um brasileiro. Nós discutíamos por conta de coisas como a arrumação da casa. Um dia ele começou a dizer: 'Você tem de voltar para o seu país! Aqui não é o seu país! Esse país é dos brasileiros, seus pretos da África', e coisas desse tipo. Fui à Reitoria reclamar. Pouco depois me chamaram para dizer que nós africanos teríamos de sair do apartamento. Caramba! O cara me chama de preto e todo nome e eu que tenho de sair do apartamento?!".

No bojo dessas tentativas de silenciamento, deparamos ainda com a postura adotada pelas Embaixadas dos países africanos que contam com estudantes na UnB. Nas atividades que seguiram ao atentado, não se viu a presença de qualquer representante oficial. Nem mesmo fizeram um pronunciamento público a respeito. Apareceram apenas no evento de abertura da Semana em Comemoração ao Dia da África (25 de maio). Na solenidade da terça-feira, 22, os embaixadores Martin Mbarga Nguete, de Camarões, e Daniel António Pereira, de Cabo Verde, bem como o professor de Relações Internacionais José Flávio Sombra Saraiva se mostraram bastante resistentes a travar debate acerca das situações de conflito levantadas pela platéia, encerrando bruscamente a atividade e encaminhando os convidados para um coquetel. No início do evento, o reitor chegou a declarar que "a Universidade de Brasília acolhe a todos os estudantes de forma igual e democrática", mas, uma vez terminada sua fala, se retirou, a despeito da presença dos embaixadores de aproximadamente quinze países africanos.

Os diálogos efetivos ficaram por conta dos próprios estudantes africanos e afro-brasileiros, que se reuniram novamente no dia 25 de maio.

* Jornalista, ativista do EnegreSer e mestre em História pela Universidade de Brasília. anaflavia@irohin.org.br



Trabalhadores negros continuam excluídos

Apesar de serem quase metade da população em idade ativa, os trabalhadores negros ainda são minoria no mercado de trabalho formal. Projetos de inclusão no mercado de trabalho ainda são tímidos.

Ana Cláudia Mielki*

Compartilhar experiências de inclusão de trabalhadores negros no mercado de trabalho, esse foi um dos objetivos do "Diálogo sobre Diversidade nas Empresas", realizado no Museu Afro-Brasil, em São Paulo no dia 9 de maio. No evento, duas empresas brasileiras e quatro transnacionais apresentaram o que vêm desenvolvendo como ações de inclusão. No entanto, a falta de exemplos concretos serviu para reafirmar uma estatística constrangedora: os negros – apesar de somarem 46 % da População Economicamente Ativa (PEA) – correspondem a apenas 26,4% do quadro funcional das empresas.

Esse dado foi apresentado pelo Instituto Ethos que elaborou em 2005 o relatório "Perfil Social, Racial e de Gêneros das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativa". Segundo o relatório, além de pouco representados no quadro funcional, os negros somam apenas 3,4% do quadro executivo

das empresas.

Durante o evento, poucas empresas apresentaram exemplos concretos. Entre as brasileiras, o exemplo veio da Camisaria Colombo, primeira empresa brasileira a criar um sistema de cotas para contratação de funcionários negros. O projeto, formalizado em dezembro de 2003 junto ao Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, garante vagas para trabalhadores afro-descendentes em pelo menos 20% do quadro de funcionários.

Segundo Nelson Kheirallah, diretor geral da Camisaria, a idéia surgiu a partir de outras iniciativas, como a de contratação de adolescentes aprendizes. O objetivo era trabalhar em prol de uma maior integração social. "A partir do momento em que as empresas passarem a se preocupar com o abismo que existe entre as classes e começarem a incluir as pessoas menos favorecidas, poderemos acabar com essa divisão social existente na so-

cidade", afirmou.

A empresa tem 90 anos de existência e é considerada tradicional pelo mercado. No entanto, deu um importante passo para incluir grupos historicamente discriminados. Atualmente, dos 1.200 funcionários, 30% são afro-descendentes. Além disso, a empresa também tenta garantir a equidade de gênero: 55% dos funcionários são mulheres, enquanto 45% são homens.

Mesmo com iniciativa como essas, a discriminação no mercado de trabalho continua evidente. Em alguns setores, a presença de negros chega a ser ínfima. Na região metropolitana de São Paulo, o número de trabalhadores com idade ativa que se declaram pretos e pardos é de 33,3% (Pesquisa Mensal de Emprego 2006 – IBGE). No entanto, segundo Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, nos shoppings da capital os negros representam menos de 1% do quadro de funcionários.

Entre as transnacionais participantes, a estadunidense IBM demonstrou acúmulo no debate de diversidade. A empresa, que contratou sua primeira funcionária com graduação universitária ainda em 1935, nos Estados Unidos, pôs em prática também um programa interno de equidade salarial entre homens e mulheres.

De acordo com Oswaldo Nascimento, gerente executivo da IBM, a diversidade é um dos imperativos de negócios da empresa, uma vez que, a diversidade de pessoas e idéias garantiu à transnacional maior capacidade de inovação. Atualmente o programa de diversidade da IBM abarca quatro grupos: negros, mulheres, portadores de deficiências e GLBT's (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais).

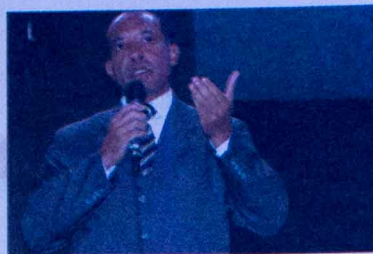
Em 2001, a empresa criou o Conselho de Diversidade, que é presidido pelo próprio presidente da IBM. Entre as ações da IBM está a realização de negócios com Empre-



sas Fornecedoras de Integração (EFIs), cujos proprietários são negros, índios ou deficientes físicos. No dia-a-dia a empresa também costuma incluir na programação ações e eventos que tenham como objetivo incentivar a pró-atividade dos negros, como a Semana da Cultura Afro-brasileira.

A brasileira CPFL Energia estabeleceu metas. Até 2009 a empresa pretende aumentar em 100% o número de funcionários negros, que devem chegar a 25% dos funcionários totais da empresa. As metas, no entanto, não estão pautadas sobre uma ação prática, uma vez que o Programa Oportunidades, desenvolvido pela empresa, visa apenas a inclusão de portadores de deficiência. Ao todo, 50 profissionais portadores de alguma deficiência física estão sendo beneficiados pelo programa.

Já as alemãs Volkswagen, Faber-Castell e Basf restringiram-se a tratar o tema dentro do debate acerca da sustentabilidade ou da responsabilidade social, sem apontar para ações efetivas que garantam o acesso e a permanência de trabalhadores negros nas empresas. Na Volkswagen, por exemplo, existe apenas uma "Carta Social", que fornece as diretrizes de atuação da empresa. A Faber-Castell destacou o compromisso com o meio ambiente e a conscientização de seus funcionários. Já a Basf se propõe a aumentar o número de afro-descendentes, mas não estabelece cotas



Oswaldo Nascimento (IBM)



Nelson Kheirallah (Camisaria Colombo)

porque acredita numa mudança cultural mais ampla.

Apesar das poucas ações concretas, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – órgão que promoveu o encontro – avaliou positivamente as iniciativas das empresas. "Acho importante existir não apenas a intenção, mas uma ação conjugada entre as empresas e a realidade que estamos discutindo. Não podemos de forma alguma dizer que nossos processos estão firmes e acabados e sim que nós iniciamos. É importante sair do zero", disse a ministra.

A Seppir pretende, em data



Segundo representante do Instituto Ethos, os negros são 3,4% do quadro executivo das empresas.

próxima, realizar uma reunião pragmática com diversas entidades, incluindo as empresas, para elaborar uma agenda pública para o próximo ano de trabalho, tendo em vista que o "Diálogo sobre Diversidade", faz parte da "Campanha Diversidade no Mercado de Trabalho", promovido pela Seppir. Segundo a ministra Matilde, "é importante sensibilizar as empresas para que os processos admissionais atendam a essa realidade e possam acelerar processos de inclusão da população negra" e também "positivar a presença de mulheres, portadores de deficiência e GLBT's".

A pouca participação das entidades no debate e a incipiência das ações, demonstram, no entanto, que ainda há muito que avançar, tanto nos setores privados, quanto em políticas públicas de responsabilidade do governo federal, e dos estados e municípios para que haja uma efetiva inclusão de grupos historicamente excluídos no mercado

de trabalho.

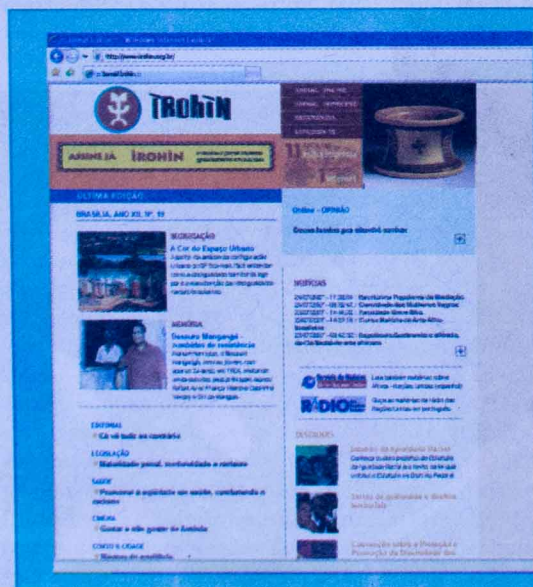
Mercado segregador

Se já é difícil ingressar em um mercado de trabalho tão segregador, mais difícil ainda é alcançar respeito e equidade salarial. O diferencial no rendimento médio entre negros e brancos persiste mesmo quando comparados dentro do mesmo agrupamento de atividade, ou da posição na ocupação ou de faixa de escolaridade. É o que mostra o relatório "Igualdade no Trabalho: Enfrentando os Desafios", lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no dia 10 de maio.

Segundo o relatório, em 1995 os homens brancos ganhavam em média R\$ 715,00 enquanto os negros recebiam a média de R\$ 402,00. Em 2005, os brancos passaram a ganhar R\$ 632,00 enquanto os negros ganhavam R\$ 420,00. A pequena diminuição da diferença entre os salários se deu mais pela perda de 11,6% dos rendimentos dos homens brancos do que pela elevação de 4,7% dos rendimentos dos homens negros.

O relatório aponta ainda que, a discriminação da população negra no trabalho é sofrida em duplicidade pelas mulheres negras, que mesmo tendo alcançado um patamar maior de ocupação (40,8% nos últimos 10 anos), elas ganham em média apenas 50% dos rendimentos dos homens brancos.

*Jornalista e ativista dos direitos humanos (SP)



Ìrohìn na internet !

Informe-se e participe, acessando www.irohin.org.br

O Ìrohìn on line é atualizado diariamente:

Opinião, notícias, clipping, artigos e enquete.

Aproveite e faça sua assinatura, ainda gratuita.

www.irohin.org.br

Reforma política é limitada e insuficiente

O jornal Ìrohìn conversou, no dia 04 de julho, com a Deputada Luíza Erundina (PSB-SP) sobre a reforma política. Erundina defende uma reforma estrutural do sistema político brasileiro e aposta na mobilização da sociedade civil organizada. Para ampliar o debate e estimular a participação dos movimentos sociais, Luíza Erundina acredita na Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, criada em março deste ano, uma proposta inovadora na articulação do Parlamento com os movimentos sociais organizados. Para Erundina, esgotou-se um ciclo no relacionamento desses movimentos com os partidos políticos, iniciado na resistência à ditadura militar, e os movimentos devem defender sua autonomia, sua independência dos partidos, exercer seu papel histórico e fazer acontecer.

Ìrohìn: Nós queríamos sua opinião sobre a proposta de reforma política que está sendo votada neste momento na Câmara.

Luíza Erundina: É uma proposta limitada e insuficiente. Isso foi uma decisão de maioria da Comissão Especial que trabalhou em 2002 e formulou a proposta que está em debate agora, a partir do seguinte acordo: não temos número de votos suficientes para mexer naquilo que está na Constituição. Uma reforma estrutural do sistema político brasileiro mexe, deveria mexer, precisaria mexer no texto constitucional. Então como não havia relação de forças favoráveis a uma alteração na Constituição, que supõe quorum qualificado e condições que não havia naquele momento. No âmbito daquela comissão especial, só era possível aprovar alguma coisa no limite da legislação ordinária, da legislação infra-constitucional. E daí saiu essa proposta que não é só eleitoral. Evidente que o centro dela é mexer nas regras eleitorais, mas mexe um pouco também na questão partidária.

Ìrohìn: Em quais pontos exatamente?

Luíza Erundina: A proposta prevê, por exemplo, a fidelidade partidária. Prevê o fim das coligações partidárias. Para garantir

que a vontade do eleitor seja respeitada ao escolher um determinado candidato. A formação da federação de partidos, que, de certa forma, camufla um pouco o fim das coligações. Você termina com as coligações para cargos proporcionais e cria o mecanismo da federação de partidos, que



Luíza Erundina coordena a Frente Parlamentar da Reforma Política

junta diferentes partidos, de diferentes portes, e até diferentes ideologias e propostas políticas, para se viabilizar eleitoralmente. Portanto, é substitutivo disfarçado da coligação que a proposta elimina.

Ìrohìn: E o financiamento público, ele coíbe de fato o financiamento privado nas campanhas eleitorais?

Luíza Erundina: Com certeza não, porque supõe inclusive um sistema de fiscalização que eu acho que dificilmente a justiça eleitoral e os partidos teriam. Até porque os partidos, estes que estão aí, ainda não passaram por uma mudança. A gente imagina que mesmo pontos limitados de uma reforma possam intro-

duzir alguns elementos de mudança de comportamento, na relação das pessoas com seus partidos. Mas sabemos que a mudança de um sistema que é orientado por uma cultura, por uma prática, por uma tradição, por comportamentos, exige um tempo muito mais largo, é processo.

Ìrohìn: Numa sociedade com tantos interesses em disputa, acir-

rados no processo eleitoral...

Luíza Erundina: Com certeza. Mas o sistema político, da forma como é estruturado e como funciona, só reforça isso. A dominação do poder econômico, o tráfico de influências, os interesses que, ao financiarem uma campanha eleitoral, vão cobrar depois sob a forma de emendas ao Orçamento, um sistema promíscuo, absolutamente imoral, sem nenhum compromisso ético. A lógica que predomina é: olha, se uns fazem, eu preciso fazer porque senão eu não me viabilizo. E aí se nivelam partidos de história de esquerda, socialista, de centro, de direita, não tem diferença. Por isso que essas denúncias de corrupção pegam gente de todos os partidos.

Ìrohìn: E os meios de comunicação não têm muito interesse em estabelecer diferenças.

Luíza Erundina: Eles não têm respeito e compromisso com a democracia. Quanto mais desmoralizam as instituições democráticas, melhor para os interesses deles. Os partidos ditos de esquerda, democráticos, populares, e que têm uma história de luta, e que nasceram da luta democrática, da luta de resistência ao arbítrio, à ditadura militar, nós temos a missão e o dever de preservar os valores democráticos e que supõem evidentemente à ética na política, e que, certamen-

Fotos: Daniel Cardoso



te, esses setores da mídia não têm, ao contrário, são elementos a favorecer essas distorções, esses desvios, essa desigualdade das diferentes lideranças políticas ao disputar um mandato. O número de parlamentares aqui na Casa com real compromisso com os setores populares, e com um mandato absolutamente independente em relação a quaisquer outros interesses, é muito reduzido.

Ìrohìn : A reforma reflete essa composição desalentadora...

Luíza Erundina: É uma reforma limitada, insuficiente, cheia de defeitos, portanto ela não dá conta dos desafios que estão colocados no sistema político-eleitoral e partidário. Eu diria que não só por essas questões éticas que exis-

tem, mas se devem considerar ainda as transformações pelas quais a sociedade brasileira passou nesses últimos vinte anos, que torna de certa forma as conquistas e as normas, o marco regulatório desse sistema, à luz da Constituição de 88, no mínimo, insuficientes, superadas, porque a realidade brasileira foi impactada por fatores internos e externos que colocam outros dilemas, outros desafios, outras dificuldades, e outras possibilidades também. Por exemplo, a gente pensa no processo de globalização econômica. Impactou a realidade econômica, social e política brasileira. A revolução científica e tecnológica se incorporando ao sistema produtivo, ao setor de serviços, substituindo, portanto, a força de trabalho com tecnologia, isso na metalurgia, no

sistema bancário, categorias que eram fortes, politicamente organizadas, e que eram protagonistas do processo político-social e econômico do país, e que hoje estão reduzidos a um terço. Isso tem um impacto importante até na própria composição de classe da sociedade. Por exemplo, o programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, da forma como foi feito, transferiu no mínimo 15% do produto interno bruto. Você tem uma realidade sócio-econômica, política e cultural impactada por fatores externos e internos, que indicam a necessidade de se rever o marco institucional que rege a vida da sociedade.

Ìrohìn: Uma nota divulgada esta semana por diferentes segmentos do movimento social, in-

clusive a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, reivindica que seja instalada imediatamente uma Comissão especial para tratar da reforma do sistema político, o que a senhora pensa a respeito?

Luíza Erundina: Concorde, porque isso estava previsto quando aquela comissão especial se reuniu em 2002. Em face das limitações que existiam naquele momento, não foi possível fazer prevalecer uma proposta mais estrutural e mais sistêmica, pela correlação de forças que havia na comissão e, conseqüentemente, no próprio plenário. Tivemos que aceitar uma proposta mais reduzida, como primeiro passo, para acumular, mas já propondo a necessidade de que aquela comissão especial, ou outra que viesse a ser

criada, retomasse daquele pátio. Ou seja, as questões que estão no texto da Constituição federal, que se referem ao sistema político-eleitoral e partidário, deveriam ser objeto de uma agenda, de uma pauta, de uma comissão especial que desse continuidade àquilo que havia sido iniciado. Isso é absolutamente pertinente, necessário, oportuno e no momento essa proposta é encaminhada por um fórum de entidades que integra a Frente Parlamentar da Reforma Política com Participação Popular, que hoje já tem uma participação importante na relação com os parlamentares. Eu acho que o movimento da sociedade civil organizada tem que, além de reivindicações pontuais, fazer propostas e tomar posições a respeito de questões mais estratégicas, mais estruturais. Até para reverter essa relação entre o Congresso e a sociedade, esse divórcio quase absoluto. E só haverá mudanças, no sentido de se reverter esse quadro caótico, triste e vergonhoso que está aqui, se a sociedade civil organizada puder exercer amplamente seu protagonismo em relação às mudanças que precisam ser feitas e certamente elas não se farão com base nisso que está sendo debatido no plenário neste momento. Já caiu a lista fechada, ou a lista pré-ordenada, o financiamento público sem lista pré-ordenada vai ser um desastre, porque aí vai conviver financiamento público com financiamento privado, o que piora o quadro na minha avaliação. Portanto, até aquela proposta minimizada, reduzida, ela não se viabiliza. Porque os interesses individuais, corporativos, não partidários, porque os partidos não têm peso nenhum nisso tudo...

Ìrohìn: O Estatuto do Negro e o Estatuto do Índio estão parados na Casa há muito tempo. Os movimentos sociais que representam esses segmentos estão convencidos de que os partidos não têm o menor interesse em institucionalizar suas demandas. De que maneira, em sua opinião, se poderia conseguir uma maior participação do movimento social nas decisões do Congresso Nacional?

Luíza Erundina: Acho que, primeiro, a sociedade civil tem que voltar a se reorganizar, a se mobilizar, se politizar. Porque os movimentos sociais organizados já tiveram projetos. Por exemplo, projeto que se gestou no bojo da luta de resistência à ditadura militar. Nós viemos da luta de resistência à ditadura militar e alguns partidos emergiram dessa luta. Portanto com uma forte presença dos setores populares da sociedade.

Ìrohìn: Mas a dificuldade hoje não estaria exatamente na partidização do movimento social, no controle do movimento social pelos partidos?

Luíza Erundina: Isso ocorre porque aqueles partidos que nasceram dessa luta, e que tinham projetos de mudança, chegaram a espaços de governo - para não dizer poder, que poder sem o povo, que poder é esse? - e transferiram militância, aquela militância mais combativa, mais experiente, mais ativa, que vivia dentro dessa Casa. Estou no meu terceiro mandato e me recordo de que, no meu primeiro mandato, quando Lula ainda não era presidente, esta Casa vivia cheia de movimentos sociais. A meu ver, é um ciclo histórico-social que se esgota. Um ciclo que nasceu da luta de resistência, da redemocratização do país, cuja expressão máxima é a Constituição de 1988, e que até hoje 2/3 (dois terços) dela não foram regulamentados. Por quê? Porque a sociedade conquistou os direitos que estão na Constituição e depois se desativou, não completou a obra. Por exemplo, o artigo da Constituição sobre a democracia participativa, a democracia direta, até hoje não foi regulamentado (Art. 14). Há projetos de lei, tanto na Câmara como no Senado, que não saem das gavetas, propondo que a Constituição de 88 tenha eficácia. Ou seja, regulamentando aqueles mecanismos que foram criados pra garantir a democracia participativa, a democracia direta. Por isso que essa relação entre Congresso e movimentos sociais não se dá. Concorro que o movimento tem que construir sua autonomia, sua independência em relação a partidos e em relação a qualquer coisa, porque



Foto: Daniel Cardoso

a lógica e a história têm demonstrado isso. Os partidos aparelham os movimentos, ou então os governos desses partidos aparelham os movimentos e não se renovam.

Ìrohìn: A senhora vê ainda alguma possibilidade de avanço com essa reforma política de horizontes tão estreitos?

Luíza Erundina: A minha esperança, o meu otimismo, se coloca na possibilidade de que esse movimento de organização popular em torno da reforma política tenha continuidade. E que se fortaleçam as frentes parlamentares que estão se reproduzindo nos estados e nos municípios. A Frente Parlamentar da Reforma Política com Participação Popular tem, por exemplo, uma característica diferente, Acho que nem

perceberam a diferença dessa Frente, se não eles teriam impedido sua criação. É uma Frente que se compõe de parlamentares e de representantes da sociedade civil com igualdade de direitos, sem hierarquização nenhuma, com uma direção colegiada. A expressão reforma política é ainda muito abstrata para a maioria das pessoas e precisamos atrair o interesse do cidadão e da cidadã comum para um tema que mexe profundamente com o cotidiano da vida das pessoas. Eu tenho uma fé profunda na força do povo. Quando esse povo acorda, quando ele assume o protagonismo da história, ele faz acontecer. Nossa vida foi tudo isso, não é mesmo?

(Luíza Erundina conversou com Edspn Cardoso em seu gabinete no Anexo IV da Câmara dos Deputados - 04.07.2007)

Direito à cidade



Fotos: Daniel Cardoso

Mobilidade urbana negra: transporte público para um público de cor

Paíque e Rafa Kaaos*

Ativistas do Movimento Passe Livre, Paíque e Rafa analisam o transporte público do DF e como sua precariedade integra a estrutura de segregação sócio-racial, montada segundo os interesses da elite do DF.

Montgomery, Alabama, EUA, 1º de dezembro de 1955: a costureira negra Rosa Parks desobedece à lei e não cede seu lugar no ônibus a um branco. Este ato de resistência vai levar ao boicote, durante um ano, dos transportes públicos que discriminavam negros e pôr fim à legislação segregacionista. Tal atitude, aparentemente inofensiva, vai ser também o estopim de um amplo movimento pelos direitos civis da população negra estadunidense e cria referências em todo o mundo. "A verdadeira razão de eu não ter cedido meu banco no ônibus foi porque senti que tinha o direito de ser tratada como qualquer outro passageiro. Agüentamos aquele tipo de tratamento por muito tempo", disse Rosa, em 1992, a respeito de seu ato. A luta partiu da negação do cerceamento cotidiano do direito à mobilidade urbana de negros e negras.

Reservando as devidas dimensões, levantamos a reflexão sobre que possibilidade teríamos hoje, no Distrito Federal, de fazer chamado semelhante à população negra local. Existe aqui uma realidade de segregação espacial direcionada à população negra? Tentaremos neste artigo aprofundar minimamente esta questão, buscando fatos da realidade cotidiana, análises do espaço urbano da capital e da própria situação dos transportes coletivos urbanos no DF.

Começamos com um elemento cotidiano a moradores e mora-

doras da capital: a interrupção quase total do fluxo dos transportes coletivos, a partir do começo da madrugada, impõe-se um claro toque de recolher a quem não tem veículo próprio (carros, motos, etc.). Isso porque é justamente a este tipo de transporte, de tipo individual motorizado, que a organização urbanística da capital

gros/as, construíram em precárias condições de trabalho uma cidade planejada para outras pessoas, majoritariamente brancas.

Assim, quem construiu Brasília não pôde desfrutar das belas festas da inauguração: sobrou, após o término das obras, a opção ou de voltar para seus estados de origem ou resistir em ocu-

tempo características de cidade e de bairro. Classificaremos, em concordância com Marcel Sant'anna (Mestre em Planejamento Urbano - UnB), estes diferentes conjuntos habitacionais em "territórios negros" e "territórios brancos" do DF, uma vez que se constituem com maioria proporcional da população sendo afro-descendente ou socialmente branca. Atualmente contamos no DF com 29 regiões administrativas, sendo as mais brancas o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Setor Sudoeste, Setor de mansões Park Way. As cidades mais negras são Brazlândia, Estrutural, Itapuã, Recanto das Emas, Paranoá, Planaltina, Santa Maria, Gama, Ceilândia, Riacho Fundo, São Sebastião, Sobradinho etc.

Notório é observar que as marcas raciais das cidades denotam também características das próprias regiões administrativas: as mais brancas possuem maior índice de escolaridade, infra-estrutura, renda etc. Às cidades de grande concentração negra reserva-se todo o azar de más condições urbanas: policiamento ostensivo, escolas precarizadas, ausência de espaços de lazer, etc. Todavia, mais que pensar isso como simples lógica de reprodução do racismo pelos meios institucionais (Estado, políticas de governo etc.) - que certamente ocorrem com grande intensidade - podemos também perceber movimentos da própria população branca para manter esta segregação espacial:



Rodoviária do Plano Piloto (DF)

vem atender: grandes e largas ruas, poucas calçadas, inexistência de ciclovias são características marcantes da "Cidade dos Homens Iguais" proclamada por Oscar Niemeyer, arquiteto da capital. Esta construção não teve unicamente aspectos paisagísticos: ela reflete o projeto de espoliação racial levado a cabo pelas elites nacionais, em que os/as migrantes candangos e candangas, em sua maioria ne-

pações de espaços vazios da cidade, duramente reprimidas. Deste movimento de resistência e repressão surgiram as chamadas cidades satélites, caso notório sendo a C.E.I.lândia (Centro de Erradicação de Invasões). Outras diversas cidades surgiram neste e em posteriores movimentos migratórios (de promessas de terras, renda e emprego), consolidando no DF diferentes aglomerados habitacionais que têm ao mesmo

Foto: Augusto Areal

seja através de abaixo-assinados contrários à construção de escolas públicas (Sudoeste), panfletagens massivas pela não construção das pontes que ligariam o Lago Norte - península privilegiada do DF - ao Paranoá (no caso, o panfleto dizia claramente que "Não podemos ligar o Lago Norte com os bolsões de pobreza do DF") etc. A população branca do Distrito Federal sempre se organizou e pressionou o poder público para que o direito à cidade fosse restringido e que a mobilidade urbana fosse cerceada a algumas áreas. No caso do Lago Norte, a ponte não foi construída, após a realização de plebiscito local e, no Sudoeste, o projeto de construção da escola pública não caminha há algum tempo.

Nesse espírito, refletiremos agora sobre um terceiro caso, aparentemente mais subliminar, ligado à estrutura da mobilidade no DF. No período da construção do sistema de transporte metroviário no DF (que ligaria as regiões administrativas da parte Sul, fazendo linhas da periferia ao centro), comentava-se no Setor de Quadras Sul (Asa Sul, parte do Plano Piloto) que, a partir da construção do metrô, os apartamentos da Asa Sul teriam seus preços desvalorizados em função do maior número de assaltos, estupros, homicídios, roubos, que ocorreriam nesta parte nobre da cidade. Coinci-

dentemente ou não, as obras do metrô não foram concluídas em sua totalidade: das estações da Asa Sul, que seriam 10, somente 4 foram concluídas e o trajeto do veículo, que era previsto para ir até o Gama (que concentra em seu redor Santa Maria e o entorno do DF), chegou só até Taguatinga, sendo expandido muito tempo depois.

O argumento especulativo da desvalorização dos apartamentos a partir da mobilidade - em forma de ponte, escola pública ou transporte - que esteve presente na argumentação dos três casos relatados, apresenta uma forma de pensar dos territórios brancos do DF, onde se crê que a maior circulação de pessoas no centro da cidade traria prejuízos morais, materiais e econômicos à cidade, em todos seus aspectos. Estranho pensar isso, uma vez que a educação é colocada por qualquer demagogo/a como solução aos problemas do país (por que então ser contra a construção de uma escola pública?) e em grandes cidades como São Paulo, a construção de viadutos ligando os espaços de elite ao centro são regra e os locais próximos às estações de metrô, em grandes cidades, são justamente as áreas mais valorizadas? Em uma cidade alicerçada na diferença, construída a partir da segregação espacial de cunho racial - não. Aqui, a população das áreas no-

bres inclusive se mobiliza e se organiza para manter a estrutura excludente. Mais que planejada, a segregação no DF é reconstruída constantemente pela ação e uso do poder político.

A partir disso, avançamos, a estrutura urbana construída a partir da separação clara de espaços de brancos/as e negros/as, com largas distâncias entre eles, precisa de um elemento a mais, importantíssimo na coroação desta estrutura: um sistema de transportes deficitário, de péssimas condições, controlado por uma pequena oligarquia ligada historicamente aos governantes que mantêm antigos/as negr@s candang@s, migrantes e despossuíd@s movendo-se ao centro somente para as funções de subserviência, servidão. Daí uma possível explicação para o alto preço das passagens de ônibus e metrô no DF, combinado à precariedade dos veículos, ao informal toque de recolher noturno, etc.

E se um grupo social expressivo rebela-se contra essas condições de transporte, lembrando-se de Rosa Parks e diversas outras lutadoras, nega-se a permanecer em seu estado de subserviência pré-determinada, recusando-se a pagar as tarifas dos ônibus e metrô? E se este grupo lutar por transportes coletivos que sirvam às vontades e interesses diferentes dos que detêm o poder na sociedade? Aí temos uma situação

onde a luta por transportes efetivamente públicos, gratuitos e de qualidade não é inimiga unicamente dos empresários do transporte. Neste caso luta-se também contra a estrutura racista da cidade. E esta rebelião não pode pertencer a nenhuma sigla, grupo ou movimento, por mais íntegro e puro que seja: deve ser apropriada por diferentes setores sociais, inclusive os de negras e negros em organização. Está feito nosso chamado... por uma vida sem catracas, por um mundo sem racismo.

***Paíque e Rafa Kaaos, militantes do Movimento Passe Livre do Distrito Federal. O Movimento Passe Livre é uma organização nacional que luta por transportes efetivamente públicos, servindo aos interesses da população. No DF o movimento existe desde outubro de 2004, já tendo como pautas o passe livre para estudantes, a luta contra o aumento das tarifas rodoviárias e ações com movimentos sociais diversos. Atualmente o movimento no DF está desenvolvendo diversas oficinas de discussão da estrutura do sistema de transporte na sociedade capitalista, assim como lançando a discussão da "Tarifa zero" nos transportes coletivos.**

Blog: www.vidasemcatracas.blogspot.com
Contato: mpldf@riseup.net



Ajude a manter a imprensa negra

Sua colaboração é decisiva

O Irohìn é uma organização não-governamental sem fins lucrativos com dois produtos de mídia: o jornal impresso e um sítio na internet. Desde a retomada de agosto de 2004, edição nº 6, o jornal impresso já triplicou sua tiragem, alcançando nesta edição 16.000 exemplares. Considerando, muito por baixo, dois leitores para cada exemplar, já atingimos 32.000 leitores em todas as regiões do país. A demanda diária por assinatura gratuita já atinge uma média de 8 solicitações/dia e cadastramos cerca de 9.000 assinantes no Brasil e no exterior. Está disponível na internet, desde o dia 29 de maio de 2006, o Irohìn on line (www.irohìn.org.br), com atualização diária, que já alcança 23.459 visitas/mês.

Os custos de elaboração, impressão e distribuição são crescentes e queremos, com sua contribuição, continuar a informar e fortalecer a luta contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais. Sua doação deverá ser depositada na **conta Irohìn, Banco Itaú, agência 1584, conta corrente 18100-0, valor mínimo de R\$15,00**. É importante remeter o comprovante da doação para nossa Caixa Postal 04372, CEP.: 70904-970, Brasília-DF, ou através do fax: (61) 34471729.

**Irohìn
Banco Itaú
Ag.: 1584
CC: 18100-0**

IROHÌN

- Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

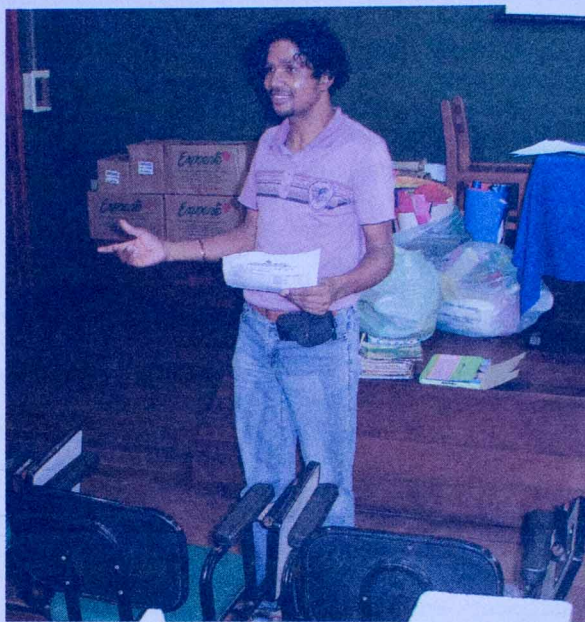
História da África avança em Ji-Paraná (RO)

Na cidade de Ji-Paraná, no interior de Rondônia, está em curso uma experiência de execução da Lei 10.639¹.

Paulo Dutra* e Renata Nóbrega**



Renata Nóbrega



Paulo Dutra

Desde 2006², a Coordenação de Formação Continuada em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (HCABA), ligada à Secretaria Estadual de Educação, já formou 380 professores da região de Ji-Paraná, em um curso de 60 horas/aula. O curso de formação continuada da HCABA atende professores de 1ª a 4ª série no primeiro semestre e no segundo semestre, o trabalho é com professores da 5ª série até o Ensino Médio. Em agosto, deve-se iniciar a próxima turma.

Uma das atividades da formação é a análise de material didático, em que os professores são convidados a examinar os livros comparando as representações de pessoas brancas e negras. A frequência de pessoas negras representadas em situações subalternas e degradantes é uma oportunidade para discutir o racismo e as formas de combatê-lo. No curso estão previstas atividades de intervenção, em que os professores são estimulados a atuar em suas escolas. Em uma das escolas, foi criado o concurso "Garoto e Garota Afro". Nessa escola, um aluno

pediu para a professora fazer "aquele negócio de novo" (se referindo ao censo étnico-racial que ela aplicara no início da atividade) para que ele pudesse se auto-identificar como negro e assim participar do concurso.

Além do curso de formação de professores, a HCABA também promove um ciclo de palestras nas escolas estaduais. Até agora, 21 já foram visitadas. Em algumas, o trabalho voltou-se para os professores, e em outras, para estudantes de séries variadas. Há também a produção de material didático com a temática negra para ser trabalhado em sala de aula com os alunos.

A HCABA já promoveu as oficinas "Literatura Infantil e Infanto-Juvenil com Personagens Afros" e "A sala de aula como espaço de construção da identidade do sujeito". Para agosto de 2007, estão previstas uma oficina de Dança Afro Contemporânea, o Concurso de Cartazes com o tema "Diversidade Étnico-Racial" e a realização de um Festival de Vídeo Temático em Diversidade Étnico-Racial.

Além disso, com o apoio do Grupo de Consciência Negra de Rondônia (GRUCON), foi realizado em junho de 2006, o I Seminário de Formação Continuada em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O II Seminário está previsto para o segundo semestre deste ano.

A HCABA atua também nas situações de conflitos raciais, intervindo junto às famílias e contribuindo com a atuação dos educadores nos trabalhos voltados para o melhoramento das relações raciais no ambiente escolar. Não obstante, nota-se uma resistência de muitos educadores em discutir, participar das formações e dedicar-se a trabalhos em uma ótica que contribua com a resolução desses conflitos. Existe uma grande dificuldade em desconstruir o imaginário racista presente nas escolas em que se trabalha.

A recepção do trabalho da HCABA é variada, de acordo com o grau de comprometimento dos professores e da administração das escolas. Há escolas que enviam um ou dois professores para o curso, prejudicando assim um trabalho mais integrado da temática racial. Por outro lado, há escolas que apoiam o projeto e enviam quase todos os professores para formação, se comprometendo com a temática de forma mais concreta.

Há que se lembrar que a Coordenação atua apenas nas escolas estaduais, pois não há, até agora, espaço na rede municipal de ensino para a implantação de um projeto semelhante. Os alunos e professores das escolas municipais estão desassistidos nessa área.

***Professor e Coordenador de Formação Continuada da HCABA.**

**** Mestranda em Sociologia (Unicamp).**
renata@irohin.org.br

¹ A Lei 10639 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nas escolas públicas e particulares de todo o Brasil.

² A Coordenação foi criada em 2006, mas os trabalhos foram iniciados, de forma voluntária, em 2005.



Website maduro conquista cada vez mais leitores

Com pouco mais de um ano na rede, o Ìrohìn chega a junho de 2007 com sete vezes mais visitas do que em julho 2006, primeiro mês de monitoramento do Website.

*Fabiane Souza**

Construir um site e colocá-lo no ar não é tarefa fácil. Muito mais difícil, porém, é mantê-lo atualizado e concorrer pela atenção no espaço infinito da Internet. O Ìrohìn não se intimidou e com um projeto inicialmente modesto acabou sendo descoberto e aprovado pelos internautas que se interessam pelo movimento negro.

Digo isso porque o Ìrohìn Online setuplicou o número de visitas desde seu segundo mês na rede. Em julho do ano passado esse número foi de 3.435 e passou para 23.459 no mês de junho de 2007. Nesse período foram 100.119 visitas e 257.906 páginas visitadas.

Além disso, hoje muitos entram no site por outras páginas que não a página principal, diferentemente do que ocorria no ano passado. Isso significa que não só as pessoas que acompanham o jornal impresso lêem a versão digital, mas muitas pessoas descobrem o site por conta própria em sistemas de busca ou o encontram em links de ou-

tras páginas na Internet.

Os conteúdos mais acessados continuam sendo as notícias e os clippings. Entretanto, nesse ano, muitas páginas com matérias do jornal impresso foram acessadas. Isso também reforça a idéia de que muitas pessoas que freqüentam o site não tiveram contato com a versão impressa. Em 2007, quase setecentas assinaturas foram feitas na página de cadastro na Internet. Ou seja, se antes os leitores do jornal iam para rede para conhecer o site, agora há o movimento inverso.

Alguns documentos disponíveis no site também chamam atenção. O mais procurado ainda é a tradução do "Relatório do relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, Doudou Diène, em sua missão no Brasil (17-26 de outubro de 2005)". Documento esse que foi traduzido pela equipe do Ìrohìn e disponibilizado na página dado a sua relevância. Outros que também são

bem acessados são o Manifesto da Marcha Zumbi e o Estatuto de Igualdade Racial da Câmara Federal.

A razão para a popularidade do Website é compreensível e com certeza só tende a aumentar. O site conta com atualização diária e os visitantes percebem isso. Por ser altamente especializado, trata dos temas de interesse muitas vezes antes que outros meios de comunicação e também de forma mais aprofundada.

A média do tempo de permanência no Website é de seis minutos. Quando os visitantes entram no acervo do jornal impresso, esse número chega a passar de meia hora. A explicação é simples, visto que matérias do jornal impresso são, por vezes, bem extensas, o que requer mais atenção por parte de quem a está acessando.

O Google ainda é o sistema de busca que mais envia pessoas ao Ìrohìn (e para qualquer lugar na Web!). Também Yahoo, o sistema de buscas da Microsoft e o Orkut tam-

bém são responsáveis pelo aumento de visitas no site. O www.educafro.org.br também criou um link para o Ìrohìn e são muitos os que conhecem a página por meio do mesmo.

Curiosidades

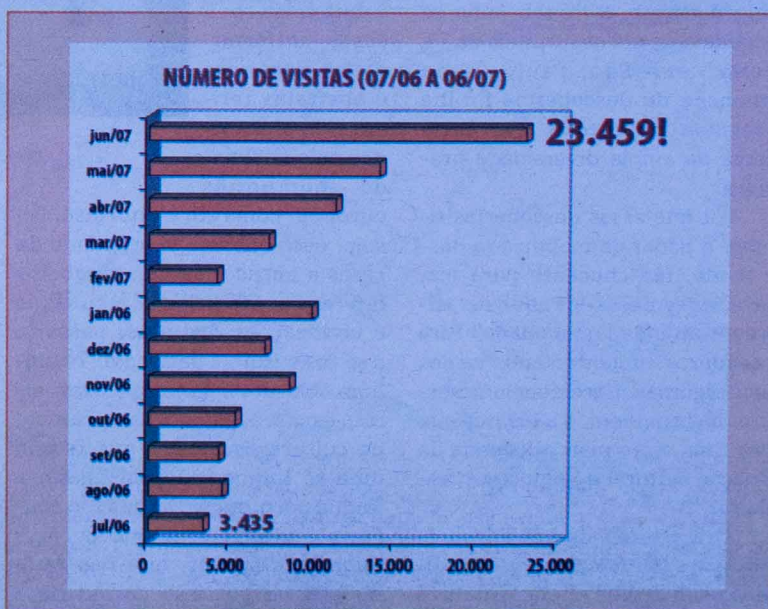
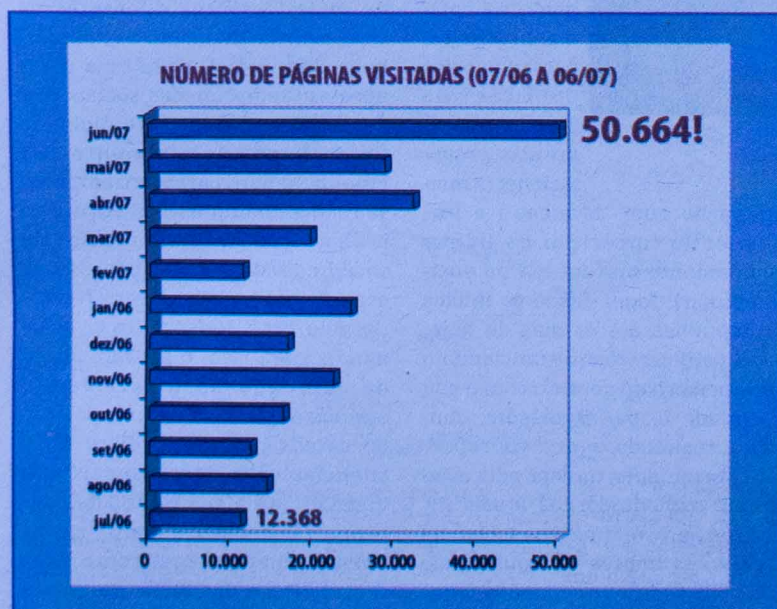
- O dia de maior tráfego na página foi dia 03 de julho de 2007. Na ocasião, o site recebeu mais de 1.369 visitas;

- No dia 8 de junho, o site teve o maior número de páginas acessadas. Esse número chegou a 3.296;

- Além de visitantes do Brasil e Estados Unidos, o site recebeu bastantes visitantes de Portugal, China, Argentina e Alemanha;

- Entre os países africanos com mais visitantes, destaque para Angola, Moçambique e África do Sul.

* Web designer e estudante de Pós-graduação em Eng. de Software na Upis – Faculdades Integradas (DF).





Digressões sobre a diversidade brasileira

*Ah! Pangloss... Pangloss... Ah! Martin... Martin... Oh! Ma chère Cunégonde...
Qu'est-ce que ce monde-ci? Voltaire, Candide.*

Péricles Cunha*

No jornal "O Globo" de domingo, 24 de junho de 2007, Miriam Leitão, a todo-poderosa jornalista econômica da Rede Globo, que faz análises e prognósticos sobre a economia do país, distribuindo conselhos ou censuras, até mesmo ao presidente da República, confessou, em sua coluna Panorama Econômico¹, candidamente, é certo, mas, por outro lado, corajosa e lucidamente, desconhecer o que chamou de 'instigante diversidade brasileira'.

No exercício de sua profissão, necessitava entrevistar apenas um dos dois índios que a acompanhavam - Domingos Tukáno ou André Baniwa - pois, achava, não deveria haver nenhuma diferença entre eles, já que eram respectivamente presidente e vice-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Mas, durante o trajeto do hotel, onde se hospedavam, até os estúdios da TV Globo, em São Paulo, uma avalanche de descobertas foi-lhe revelando a sua total ignorância acerca da ampla diversidade brasileira.

Por que essas descobertas tiveram o poder de mobilizá-la desse modo, tão chocante para ela, que a fez confessá-las aos seus leitores, com toda honestidade? Para entender e comentar isto, vamos fazer algumas digressões que, espero, nos auxiliem, e a ela mesma, a ter uma visão mais adequada da situação cultural e lingüística brasileira.

Ora, o que subjazia às representações acerca dos povos indígenas construídas pela jornalista

Miriam Leitão é, na verdade, o que subjaz freqüentemente às representações do comum dos brasileiros, não apenas em relação aos povos e culturas e línguas indígenas, mas também em relação às diversas etnias, culturas e línguas africanas para cá transplantadas. O índio, como o negro, é sempre referido assim, por este singular universalizante que, apagando todas as diferenças, vai permitir, facilitando-os, os processos de exclusão, os únicos que realmente interessam aos segmentos dominantes na 'sociedade' brasileira. O Índio é uma coisa só. O Negro é uma coisa só. E essas uniformidades genéricas e abstratas teriam sido absorvidas pelo civilizado português europeu, concreto e vitorioso. Ou seja, essa enorme diversidade de cores e bocas e narizes e cabelos diferentes, de línguas e culturas e civilizações distintas, passaria a se constituir, a partir daí, o também abstrato e genérico 'brasileiro', essa entidade quase mítica, de cultura singular e que falaria uma só língua, não por acaso, a língua portuguesa, língua tão concreta e vitoriosa quanto os seus falantes originais, que não teria dialetos, e por isso permitiria a

comunicação sem problemas, em toda a extensão de seu território...

O nivelamento das diferenças, 'sincritizadas' no interior da herança européia, é, efetivamente, a consequência mais desejada das políticas denegatórias de apagamento das culturas, de silenciamento das línguas, da exclusão de seus falantes, a grande maioria da população, dos benefícios sociais implícitos na organização das sociedades... Desde o tempo do Marquês de Pombal e de sua guerra iluminista contra o uso real e universal da língua geral indígena, na colônia brasileira, passando pelas políticas de embranquecimento populacional (a miscigenação com 'brancos') e lingüístico (a imposição da língua pseudamente portuguesa no ensino escolar), logo, desde os inícios da República até os dias de hoje, essas políticas vêm distanciando o ser brasileiro do contato com a sua alteridade e, por aí mesmo, com toda a realidade, o que vai repercutir fortemente na sua educação formal, explodindo nos atuais índices de aproveitamento escolar, irrisórios, aviltantes e insultantes, que vêm sendo anualmente jogados

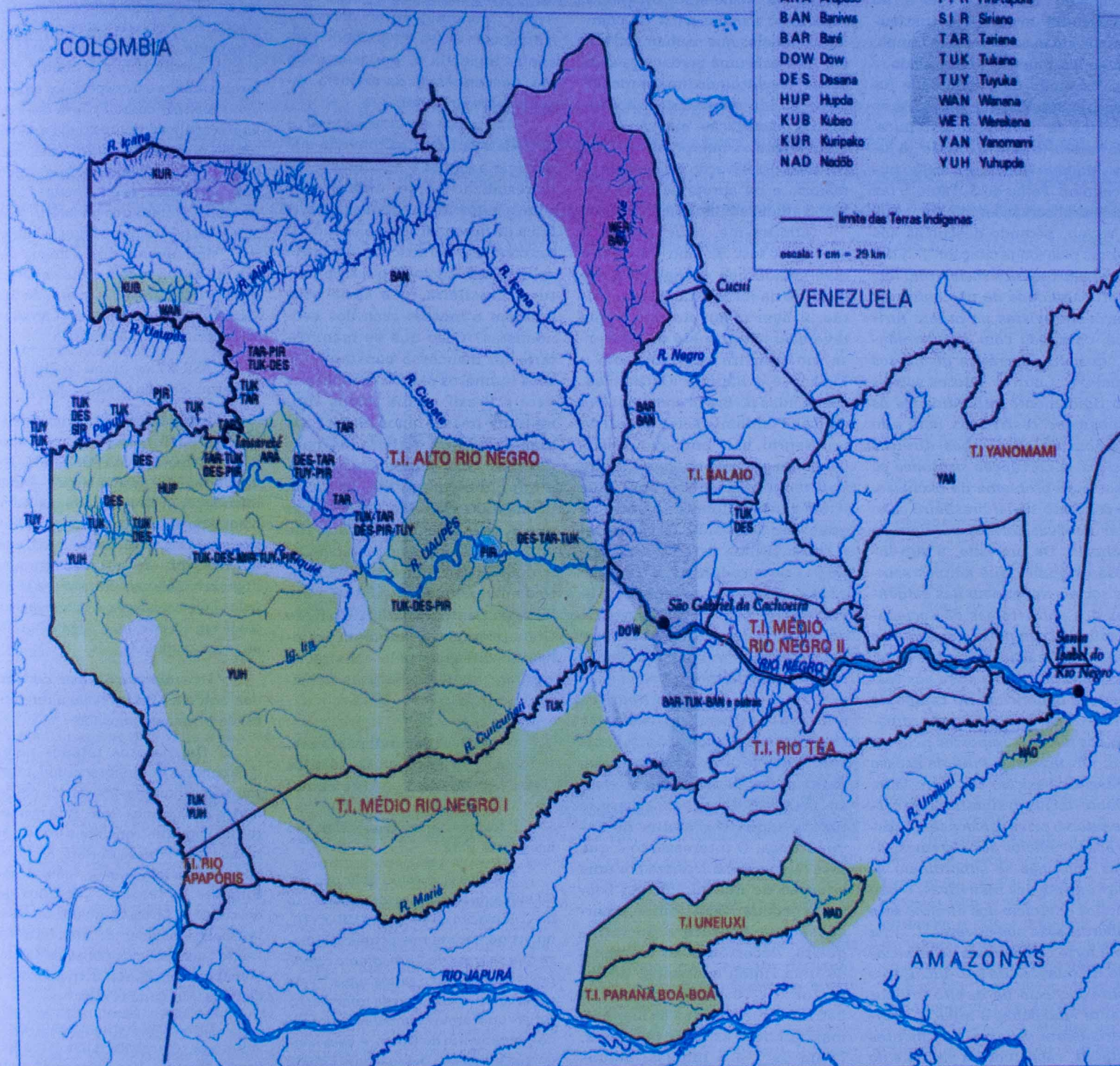
na nossa cara², como se disso fôssemos os únicos responsáveis.

O apagamento de toda a diversidade de povos, culturas e línguas pré-existentes à chegada da frota de Cabral e ampliada, posteriormente, pelas levas e levas de negros, e suas culturas e suas línguas, trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, está associado à imposição de uma abstrata língua portuguesa. A instituição escolar é que foi empregada para este fim, o que fez com que passássemos a utilizar os nossos vernáculos (nossa língua materna) apenas nas situações mais familiares e começássemos a 'gaguejar', nas situações mais formais, uma suposta língua 'de cultura', que nunca dominamos e que jamais dominaremos. Este fato é referido na literatura (sócio)lingüística como **diglossia**. Isto é, o emprego, em uma mesma comunidade de fala, de duas variantes diferentes de uma mesma língua (ou de duas línguas diferentes), cada uma delas apresentando funções sociais distintas. Esse conceito de diglossia foi utilizado inicialmente por Froehlich, para caracterizar a nossa realidade lingüística, em artigo brilhante de 1976, no começo da sociolingüística entre nós. Nessa ocasião, foi enfaticamente repellido pelo Prof. Nelson Rossi, acionando, para isso, o bordão antigo da 'unidade na diversidade', enunciado do alto de sua posição de cátedra. O efeito disto foi o silenciamento dessa importante questão, até a sua retomada contemporaneamente pelos gerativistas, em prosseguimento à sua descoberta e descrição da língua



Miriam Leitão

ALTO E MÉDIO RIO NEGRO: ETNIAS



dos brasileiros. Esta questão da diglossia língua(s) vernácula(s) / língua 'portuguesa', assim como as questões do embranquecimento populacional e do embranquecimento lingüístico, encontram paralelo (são reflexo ou se refletem) na questão jurídica da dita 'sociedade' brasileira, isto é, no 'apartheid' brasileiro, institucionalizado mas, ao mesmo tempo, convenientemente dissimulado.

Tratando da impunidade jurídica no Brasil, a que relaciona os aspectos da 'corrupção sistêmica' e da 'sobre-(e sub-)inclusão', o jurista Marcelo Neves, em artigo publicado na 'Folha de S. Paulo'³, faz algumas observações que transcrevo seguir, pedindo desculpas aos leitores pela longa citação: "[...] determinados setores sociais têm forte probabilidade de não sofrer as sanções previstas na ordem jurídica, contando com a impunidade, quando da prática de ilícitos penais; [...] outros setores sociais são rigidamente subordinados às imposições restritivas mas não dispõem de acesso aos direitos básicos. A corrupção sistêmica se associa ao problema da exclusão. No contexto social brasileiro cabe falar de duas formas parciais de exclusão. De um lado, a sub-inclusão significa que amplos setores sociais dependem das exigências dos subsistemas da sociedade mundial complexa (ter conta no banco, educação formal, saúde, etc), mas não têm acesso aos respectivos benefícios. No campo do Direito, isso implica a subordinação aos deveres impostos pela ordem jurídica, mas falta de acesso a direitos básicos. De outro lado, a sobre-inclusão significa que certos setores privilegiados têm acesso aos benefícios dos sistemas sociais, mas não se subordinam às suas imposições restritivas, o que implica exercício dos direitos sem subordinação aos deveres. [...] há uma forte tendência à generalização de relações de sub-inclusão e sobre-inclusão no direito intimamente vinculadas à atuação arbitrariamente seletiva dos agentes estatais, sobretudo da polícia e do judiciário. [...] em regra, contra os sub-incluídos, se pratica o legalismo fetichista, o autismo jurídico aparente, a intolerância ju-

rídica; para os sobre-incluídos, a permissividade jurídica, a impunidade." O que se depreende do que acabamos de ver é que essa fratura no sistema jurídico corresponde às mesmas fraturas apontadas nos sistemas cultural e lingüístico, isto é, nos vários domínios da 'sociedade' brasileira, separando a maior parte da população, aqueles que sonham em tornar este país uma verdadeira sociedade, constituindo uma verdadeira nação, da minoria dos 'herdeiros' da colonização, que são justamente aqueles que persistem nas políticas de privação de direitos da maioria e na apropriação do trabalho alheio em benefício próprio.

Limitei-me, aqui, apenas a esses pontos, mesmo porque, a diversidade que despertou a admiração da jornalista Miriam Leitão, é bem maior do que a que teve acesso por meio da conversa, no trânsito paulista, com o Tukáno e o Baniwa. Os Baniwa, conhecidos no Brasil como Baniwa do Içana (afluente setentrional do Rio Negro), são um povo constituído de pequenos grupos que habitam as margens dos rios Içana e seus afluentes, dentre os quais se sobressaem os rios Aiari e Cuari. Falam cerca de 17 línguas, pertencentes à família Aruák, que guardam muita semelhança entre si.⁴ O ramo oriental dos Tukáno se estende da Colômbia ao Brasil, principalmente ao longo do rio Uaupés (um dos maiores formadores do Rio Negro) e em seus afluentes Tiquié e Papuri, região onde são faladas cerca de 12 línguas, também muito semelhantes entre si. Nessa área do Uaupés, a língua tukáno adquiriu o 'status' de língua franca. O interessante é que essa região se caracteriza por uma situação de multilingüismo bastante peculiar, com grande repercussão na literatura sociolingüística, decorrente do exercício de uma rígida exogamia, no interior de uma organização patrilinear. Aí, não só os homens, mas também as suas mulheres, falam de 3 a 5 línguas, alguns chegando mesmo a falar de 8 a 10 línguas.⁵

Essas cerca de 29 línguas, a que nos referimos, representam

pouco mais de 10% das aproximadamente 200 línguas indígenas faladas atualmente no Brasil. Se acrescentarmos a isso os dialetos marcadamente influenciados pelas línguas africanas⁶, os dialetos populares rurais do Brasil, as línguas européias e asiáticas minoritárias, também faladas no Brasil⁷, podemos então perceber a dimensão dessa diversidade brasileira apagada e, por isso mesmo, desconhecida da maioria absoluta dos brasileiros.

Não posso encerrar este artigo sem levantar uma questão que me veio à mente e que insiste em materializar-se: se, uma pessoa com a autoridade profissional e ética de nossa jornalista econômica, confessa tal desconhecimento da realidade sócio-lingüístico-cultural brasileira, não seria esse também o mesmo caso dos economistas? Caso que se manifestaria no insucesso constante de seus inúmeros planos econômicos para o Brasil, a que fomos submetidos nesses anos todos? Os planejamentos elaborados para um país cuja população é totalmente desconhecida de seus planejadores? Resta-nos esperar que o exemplo de honestidade demonstrado pelo reconhecimento público de seu desconhecimento da diversidade brasileira, feito pela brilhante jornalista da Rede Globo, contamine também aqueles responsáveis pela elaboração e cumprimento de nossas políticas públicas.

***Pesquisador independente,
mestre em Lingüística
(Unicamp)**

¹ Índios no trânsito. Caderno Economia. p.32

² Quanto à questão da língua geral indígena falada disseminadamente na Colônia até os séculos XVII-XVIII, no artigo de que nos ocupamos diz-se que se trata de "Um idioma criado pelos jesuítas, com raízes tupis." Vale observar que esse tipo de informação é mais uma arma apontada na direção do apagamento do Outro, e vem sendo veiculada por pessoas que jamais se deram ao trabalho de estudar as línguas indígenas, sobretudo as línguas tupi-guarani. Mesmo a observação mais superficial desses temas,

nos revela que o trabalho dos jesuítas, sobretudo o desenvolvido por Anchieta, foi um trabalho de verdadeiros lingüistas descritivos, apresentando a realidade observada por eles com objetividade e precisão, referindo-se, inclusive, às variações dialetais mais relevantes. Agora, a esses que insistem nessa conversa de 'criação' jesuítica, apenas uma pergunta: se o objetivo dos padres da Companhia era o de 'catequizar' os índios, ensinar-lhes a doutrina da igreja católica e incorporá-los ao convívio cristão, como fazê-lo em uma língua artificialmente criada e não na língua própria dos índios, que, para tal, deveria ser aprendida, e muito bem aprendida, pelos jesuítas? Desse modo, é claro que os padres missionários não criaram língua alguma, mas, sim, aprenderam a língua que era falada em toda a costa então conhecida, do Brasil, e que ia de São Vicente (SP) até a Bahia e, já no século seguinte, até o Maranhão.

³ FSP. 27 de junho de 2007. 1º. Caderno. Secção Opinião. Fl. A3.

⁴ Informações mais detalhadas sobre os Baniwa podem ser encontradas no mapa-livro da FOIRN/ISA, Povos Indígenas do Rio Negro – uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira. 3ª ed. atualizada, 2006, e no livro do Prof. Aryon D. Rodrigues, As línguas brasileiras, editado em 1994, pelas Edições Loyola, e que se encontra já em 4ª. edição, e na bibliografia ali recomendada.

⁵ Para informações mais detalhadas sobre os Tukáno vale a referência dada na nota anterior.

⁶ Os dialetos falados pelos quilombolas, dos inúmeros quilombos remanescentes que vêm sendo descobertos nos últimos anos. Para melhores informações consultem-se os trabalhos das Profas. Carlota Ferreira, Yeda Pessoa de Castro e, mais recentemente, o 'Projeto vestígios de descrição de comunidades afro-brasileiras isoladas' de Alan Baxter e Dante Lucchesi, e os trabalhos desenvolvidos na USP, sob a coordenação da Profa. Margarida Petter.

⁷ Para o seu conhecimento, consultem-se os trabalhos pioneiros dos Profs. Paulino Vandresen, Jürgen Heye, Mary Kato, dentre outros, e, mais recentemente, O Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul).



A busca incansável do conhecimento

Nei Lopes esteve em Brasília, no dia 29 de junho, para duas apresentações no Feitiço Mineiro e conversou no intervalo com o Ìrohìn sobre sua impressionante produção intelectual. Além de autor e intérprete de música popular brasileira, Nei Lopes escreveu diversos livros sobre o samba, fazendo e pensando, descobrindo, narrando e contando. Poeta, contista, dicionarista e pesquisador independente, com mais de vinte títulos publicados, é infatigável na busca do conhecimento das línguas e das culturas africanas e de suas influências profundas na cultura brasileira.

Ìrohìn: Nei, nós sabemos que você não quis ser advogado, mas como foi o começo?

Nei Lopes: Eu formei em Direito em 1966, na antiga Faculdade Nacional de Direito, num período de turbulência da vida estudantil e, depois que me formei, fiquei muito pouco tempo advogando. Procurava o caminho de um trabalho mais criativo e comecei a mexer com textos de um modo em geral, com publicidade e tal. E da publicidade cheguei à música.

Ìrohìn: Mas você, de algum modo, já vivia o mundo do samba...

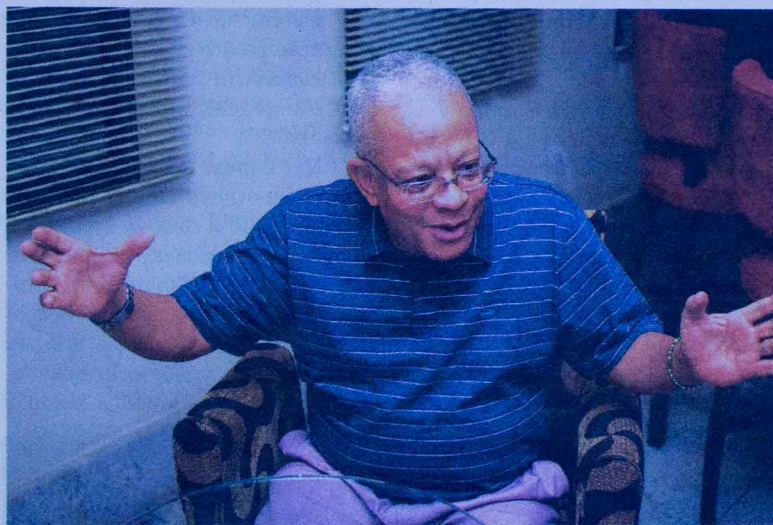
Nei Lopes: Claro, mas nunca com a perspectiva profissional. Nunca imaginei que viria a ser um profissional da música. Tocava aquela coisa caseira, não via isso como uma possibilidade de vida, mesmo. E aí eu saí do Direito, vou para a publicidade. Dentro da publicidade, de repente, me descobri fazendo jingle e o mundo do jingle me levou para o mundo do disco. Isso foi em 1972 e estou aí até hoje, são 35 anos. Essa foi a primeira grande guinada. Houve outras, é claro, e a partir de 1981 já começou outra história, uma reflexão sobre as coisas que estava fazendo e por esse caminho comecei a produzir uma obra escrita.

Ìrohìn: Qual foi seu primeiro trabalho?

Nei Lopes: A editora Vozes fez um número especial de sua revista

sobre a abolição, se não me engano de 1979 para 1980, e me recomendaram uma pequena reflexão sobre o samba. Depois Muniz Sodré, que era o coordenador da edição especial, perguntou: "Você

blicados. E com incursões por todos os gêneros. Já publiquei poesia, já publiquei contos, o último lançamento foi o livro de contos pela Record, no ano passado, que está agora como finalista do Prê-



não quer estender isso pra gente publicar num livrinho?" Então estendemos e publicamos pela Codecri, que era a editora do Pasquim (**Samba, na realidade** - 1981). Essa foi a minha primeira incursão pelo mundo do ensaio. E aí, então, tomei gosto, sempre procurando escrever coisas, não no sentido de produzir conhecimento para publicar, eu queria era produzir conhecimento para a minha própria compreensão. E a gente acabou publicando, publicando, e estou aí numa faixa de 20 livros pu-

mio Portugal Telecom, chama-se **20 contos e uns trocados** (Ed. Record).

Ìrohìn: Fale sobre as obras de referência, Nei.

Nei Lopes: Tem a **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**, tem o **Dicionário Banto do Brasil**, tem, saindo agora, o **Dicionário Literário Afro-brasileiro**, e para breve, pela Record também, o **Dicionário da Antiguidade Africana**, com o aval do Alberto Costa e Silva, que leu e gostou muito. Está em fase final de produção também um livro sobre racismo, que sairá pela

editora Agir. Numa coleção me coube tratar o tema do racismo, o livro é **O Racismo Explicado a Meus Filhos**. Escrevi vários livros sobre o samba, o **Sambeabá - o samba não se aprende na escola** (Casa da Palavra), **Partido Alto - Samba de Bamba** (Pallas), **Zé Kéti - o samba sem senhor** (Relume Dumará). Estamos completando 20 títulos e fazendo coisas.

Ìrohìn: E ainda sobra tempo para as excursões...

Nei Lopes: Para vir a Brasília cantar uns sambas. Estou lançando um DVD no mês que vem, gravei ano passado no Itaú Cultural, em São Paulo, a gente vai fazendo...

Ìrohìn: Você acredita que a TV Pública, que o governo vem anunciando que representará nossa diversidade cultural, vai abrir espaço para o samba?

Nei Lopes: Acontece uma coisa extremamente contraditória com relação ao samba. Primeiro que as pessoas têm muita dificuldade de entender o que é o samba. Quando você fala em samba, a primeira coisa que vem à cabeça das pessoas é escola de samba e carnaval. E não tem nada a ver uma coisa com a outra. Quando a instituição Escola de Samba nasceu, o samba já existia há bastante tempo e já era um modo de vida, já era uma filosofia. Ontem uma pessoa disse uma coisa lá no Feitiço Mineiro que foi de uma certeza... Ela estava muito

emocionada com a minha apresentação e falou assim: "eu vejo o samba como uma entidade, uma coisa espiritual que a pessoa ou recebe ou incorpora, ou não. Então é isso que as pessoas têm que entender.

Ìrohìn: Mas na origem a palavra samba não está associada ao universo religioso?

Nei Lopes: Uma das hipóteses que eu não endosso, não. Existe a palavra muito clara no quicongo e no quicongo, que é samba, que é dança de umbigada, é bater corpo com corpo. Tem uma palavra samba que está ligada ao universo religioso, mas a etimologia não é a mesma. Então, o que acontece é que, por força dessa confusão e dessa dificuldade de compreensão, respondendo sua pergunta sobre a TV pública, o samba das escolas de samba foi perdendo representatividade enquanto veículo de nosso povo. Veja o samba da Mangueira desse ano.

Ìrohìn: O que se pode dizer? Foi apropriado, foi assimilado pela indústria cultural?

Nei Lopes: Não foi nem assimilado. Ele está sendo, vamos dizer assim, usado num determinado momento, numa determinada circunstância, quando interessa, e está sendo substituído por produtos de extração externa. Se você pegar na raiz do próprio exercício da chamada técnica (se é que é chamada), a técnica do rap, você tem isso na cultura brasileira, você tem o repente nordestino, o coco de embolada no Nordeste, uma coisa tipicamente dele que, se fosse o caso, poderia estar sendo usada nesse repente. A gente percebe que o samba não vende tênis Nike, o samba não vende boné, não vende camiseta de time de baseball, então é preciso, e essa denominação da cultura "globalizada", que eu vejo como puramente colonizadora, e está em todas as partes.

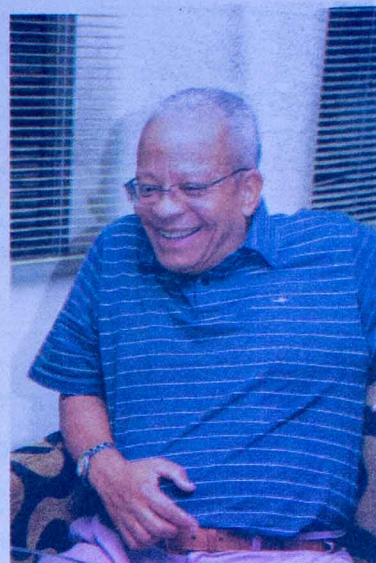
Ìrohìn: Você não vê chances então para o samba na TV Pública?

Nei Lopes: Eu não vejo muita possibilidade. Acho que está sempre se pensando numa suposta modernidade, que está sempre atrelada a alguma coisa de fora, não vejo com muito otimismo, não, principalmente por essa incompreensão que eu te falei. Quando, por exemplo, o



governo Lula resolveu recentemente condecorar e promover ações no sentido de uma maior visibilidade do samba, o que está sendo focalizado é o samba da escola de samba. Quando existe uma outra coisa, que não tem nada a ver, que em determinado momento histórico esteve junto. Mas a partir de um determinado momento, divórcio total. E esse momento está muito claro que foi a década de 70, onde tudo aconteceu.

Ìrohìn: Você tem acompanhado o Ìrohìn, nós temos procurado enfatizar, nos espaços abertos pela Lei 10.639/03, a importância da contribuição das línguas africanas para a língua falada no Brasil. A professora Yeda Pessoa de Castro afirma claramente que a grande mudança na língua portuguesa no Brasil se deve ao povo banto. O povo banto, na verdade, criou o



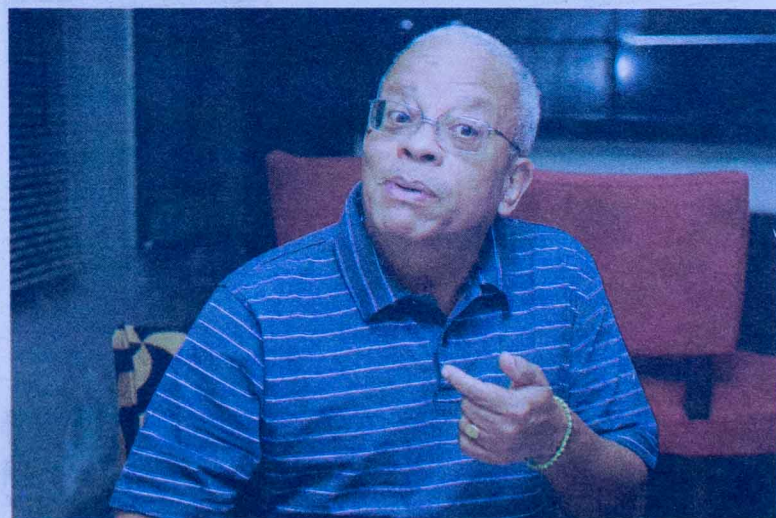
Fotos: Daniel Cardoso

povo brasileiro e a língua brasileira.

Nei Lopes: Eu não tenho dúvida quanto a isso, uma presença que se deu no Brasil inteiro, até mesmo na Amazônia. Não só na língua como na música, nos folguedos, nos instrumentos, tudo. Eu não tenho formação na área, mas o que me chamou a atenção...

Ìrohìn: Apesar de você não ter formação na área, fez um dicionário (**Dicionário Banto do Brasil**) e isso é louvável, merece todos os louvores.

Nei Lopes: Na época o dicionário foi motivo de muito falatório – como é que o cara se mete a fazer uma coisa dessas – mas aí houve o aval do saudoso professor Antônio Houaiss, que acolheu centenas de propostas minhas em seu dicionário. Aí o falatório acabou. Mas o que me chamou a atenção



foi a presença de remanescente dessas línguas banto nos chamados remanescentes de quilombos. Você não tem uma comunidade, dessas reconhecidas como remanescentes de quilombos, que tenha em seu patrimônio lingüístico algo que não seja banto. Não vi ainda uma comunidade remanescente que tivesse guardado resquícios de línguas da África Ocidental.

Ìrohìn: Sem falar que o povo banto na África teve também uma ampla dispersão...

Nei Lopes: Esse meu **Dicionário da Antiguidade Africana**, a ser publicado em breve, vai ficar muito bom porque o corpo do livro vai ter 16 mapas. Lingüistas africanos identificaram os períodos dessa dispersão dos bantos, que começa lá quase na Nigéria e vem até a África do Sul. Os mapas vão ajudar a compreender esse e outros temas importantes.

Ìrohìn: E a dispersão nas Américas?

Nei Lopes: O que me chama muito a atenção nas chamadas Américas negras, é que há um contínuo mesmo, há uma identidade muito nítida em todos os aspectos culturais. Na música, na língua, da mesma forma que os povos bantos influenciaram o português do Brasil, influenciaram também o espanhol das Américas, o francês das Américas, o inglês das Américas.

Ìrohìn: E o estudo comparativo disso seria riquíssimo, não é?

Nei Lopes: Eu tenho vontade de fazer isso, mas estou sempre sozinho, nunca fiz nada com patrocínio de ninguém, é tudo por minha conta – uma brincadeira que eu faço: minha mulher tem em casa um crioulo sambista, que sai pra cantar samba pra ganhar dinheiro, pra bancar as pesquisas da produção do intelectual. É isso. É uma brincadeira, mas é isso. De certa forma eu dei uma pernada no racismo quando fiz isso. Nunca tive nenhuma possibilidade de apoio, nada, nada, e vou fazendo. Esse trabalho é um trabalho que eu tenho muita vontade de fazer, essa comparação.

Ìrohìn: Existe aí um vasto campo de conhecimento...

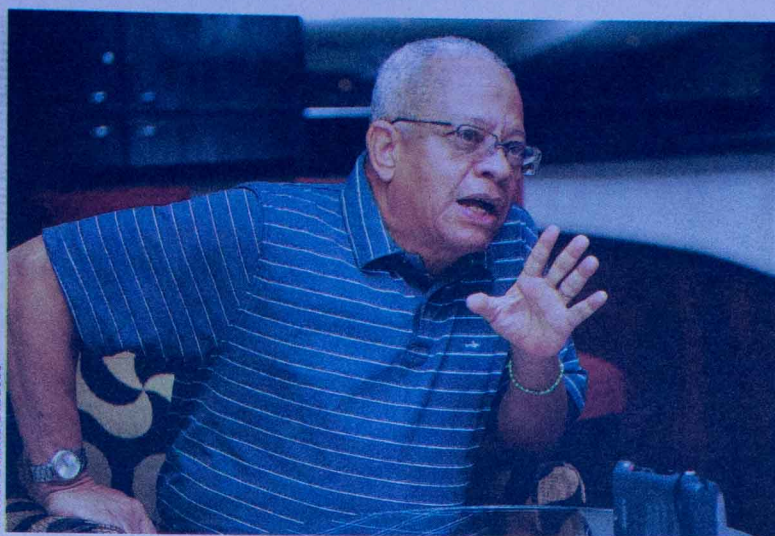
Nei Lopes: Muito, muito vas-

to. Você sabe que Xangô é cultuado na América inteira? Coisa impressionante. Na Jamaica tem Xangô. Eu tenho ido a Cuba com certa regularidade, até por compromisso religioso. Cuba é hoje a Roma dos cultos africanos, vai gente das Américas todas, é um incentivo também. Cuba, pelo fato de ser um país pequenininho, as coisas ficaram muito bem delineadas, o que é gêge, o que é congo, é tudo muito separado. Evidentemente que tem um entrelaçamento, mas você identifica com muita clareza. Tem um predomínio banto, mas evidentemente que os outros componentes étnicos estão presentes também. O que impressiona também na questão da religiosidade é que muitos cânticos são os mesmos aqui e lá.

Ìrohìn : Nei, sabemos que daqui a pouco você se apresenta no Feitiço Mineiro. Queremos te apresentar Cristiane Pereira, ativista do EnegreSer, cantora, intérprete talentosa do samba de melhor tradição, aluna do mestrado em História na UnB. A bola é sua Cristiane.

Cristiane: Nei, você disse que o sambista, com seu trabalho, cria as condições para que um outro lado seu, mais voltado para a pesquisa, possa se manifestar. Há uma abertura dentro do próprio ambiente do samba, entre os sambistas, para que estas questões intelectuais, até mais políticas, mais coletivas sejam colocadas? Você percebe o ambiente do samba como um espaço aberto para esse tipo de provocação?

Nei Lopes: Com relação ao samba há uma outra contradição que é a seguinte: já deixando de lado a escola de samba, falando de samba como produção musical mesmo, independente de outro envolvimento cênico, de carnaval e tal, a grande preocupação da preservação dos valores do samba hoje não está mais com os artistas negros. É uma juventude que não é negra, uma juventude de formação universitária, em geral não negra, que por razões políticas toma essa bandeira. Isso não é a primeira vez que acontece, isso já tinha acontecido na década de 60, quando Cartola, Zé Kéti foram reabilitados, quando surgiu Paulinho



Fotos: Daniel Cardoso

da Viola, naquele contexto do Zi Cartola, do Teatro Opinião, quem deu sustentáculo a isso foi a juventude não negra e universitária. A gente está assistindo isso de novo, isso é uma coisa que me incomoda também profundamente, a exclusão do nosso povo passa por aí também, e passa por falta de escolaridade, por falta de preparo intelectual.

Ìrohìn: Cristiane, além de cantar samba, quer pesquisar e refletir, por isso o mestrado.

Nei Lopes: Você é uma exceção, já vi pessoas como você, com essa preocupação, mas são exceções.

Cristiane: A gente percebe o incômodo. Fiz um espetáculo há 2 ou 3 anos e a nossa pauta era justamente essa, reunir sambas que falassem de identidade negra. E a gente percebia, conversando com

nossos próprios colegas músicos, certo estranhamento: -Olha, gente, o projeto é esse e tal... - O quê? Esse projeto? É sempre uma bandeira um tanto solitária.

Nei Lopes: Você não tem um volume, fica parecendo uma atitude isolada sua. Em Belo Horizonte tem uma professora que é cantora também, chamada Dóris Santos, que faz um trabalho também nesse sentido, "Cantando a história do samba" é o nome do projeto. E está faltando unir essas pontas. Transformar essas iniciativas em movimento negro, para que a coisa tenha uma consequência. Tem outro aspecto que é o seguinte: quando a minha produção, que é a produção politicamente mais consequente, quando escrevo alguma coisa, não consigo gravar, há uma barreira. Isso não vende, etc.



Ìrohìn: É a mesma barreira que existe com a língua também. Não se pode dizer que os bantos fizeram com que o português no Brasil se tornasse o que ele é, ou seja, a língua brasileira, diferentemente de Portugal. Isso é proibido. Uma proibição que não está em lugar nenhum, mas todo mundo sabe. Por exemplo, os estudiosos da língua brasileira jamais podem se referir à influência clara das línguas banto. Sempre vão buscar numa mítica origem românica a fonte de todas as transformações que se deram aqui e não se deram em Portugal. Por tudo isso, queremos expressar o enorme respeito que temos pelo seu trabalho.

Nei Lopes: Não tenho nenhuma vaidade nesse sentido, a minha formação acadêmica é incompleta, eu fiz o curso de bacharel em Direito, na época a graduação era bacharel em Direito e Ciências Sociais. Fiz o curso e nunca mais voltei aos bancos escolares. Tudo que tenho feito depois disso é fruto de uma curiosidade intelectual e de um compromisso político. Então, quando as pessoas das respectivas áreas se dirigem a mim para orientar - estou dizendo isso para exemplificar com a recente colaboração do professor Alberto da Costa e Silva, isso é muito bom. Esse **Dicionário da Antiguidade Africana** é um dicionário afro-centrado. A gente inclui o Egito todo dentro do dicionário, dando ênfase a uma origem núbica da cultura egípcia que ninguém discutiu até agora no Brasil, e imaginei que o professor Costa e Silva fosse ficar de pé atrás. Mas não, ele abraçou a hipótese.

Ìrohìn : O dicionário chega em muito boa hora.

Nei Lopes: Vai vir por uma ótima editora, vem pela divisão Civilização Brasileira da Record. Os mapas e as referências foram para a mão do desenhista ontem. É sinal que o trem está andando aí. E eu estou muito contente com isso tudo que está acontecendo, está sendo um ano de efervescência.

Cristiane Pereira (do EnegreSer), Péricles Cunha e Edson Cardoso conversaram com Nei Lopes no dia 30 de junho de 2007.



Mulheres negras e cultura midiática

A autora propõe o conceito de ialodê para visibilizar a atuação de mulheres negras e suas formas de participação na cultura de massa, em especial no samba e na música popular.

Jurema Werneck*

No dia 19 de março de 2007 apresentei, na escola de Comunicação da UFRJ, minha tese de doutoramento intitulada "O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática". Esta tese visava analisar a participação das mulheres negras na cultura brasileira através de sua atuação no mundo do samba. A perspectiva que norteou a pesquisa foi a necessidade de se explicitar (e analisar) a atuação das mulheres negras em sua capacidade de agenciamento e realização, de confronto e negociação, de modo a superar a invisibilidade que impregna os estudos culturais (e não apenas eles).

O primordial nesta pesquisa foi trazer as mulheres negras em posição de centralidade, o que certamente obriga considerar o contexto desfavorável em que se desenvolvem, ou seja, a cultura fortemente marcada por racismo, sexismo e suas graves consequências materiais e simbólicas. Mas, principalmente, requer analisar as formas como as mulheres negras enfrentam tais contextos e se colocam em posição protagonista capaz de recuperar posições de agenciamento. Quer dizer, busquei ao longo da pesquisa ir além de visões que apontam a incompetência ou inoperância deste grupo diante das investidas racistas e patriarcais e também daquelas que afirmam e restringem seus movimentos a retratos sintomáticos de sua vitimização, ainda que sob perspectivas tidas como heróicas.

A abordagem partiu de uma análise da cultura, reconhecendo-a como espaço de disputas em torno dos mecanismos de representação dos sujeitos sociais. Ou seja,

JOVELINA PÉROLA NEGRA



Luz do Repente

como lugar onde os sujeitos subordinados desenvolvem estratégias de ocupação de espaço capazes de superar a inferiorização de raça ou de classe social, a partir daquilo que Gramsci definiu como "guerra de posições".

Na tese, o conceito gramsciano de hegemonia foi fundamental para compreender o fenômeno da grande penetração das formas culturais negras na cultura de massas. Uma vez que, como assinalou Stuart Hall, a cultura negra veio a tornar-se, a partir da diáspora, "a forma dominante da cultura global", ou seja, hegemônica. As análises desenvolvidas apoiaram-se no pensamento dos autores citados e também no trabalho de Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Paul Gilroy e Sueli Carnei-

ro. Contato com os aportes reflexivos elaborados ao longo de décadas pelo movimento de mulheres negras, pelo movimento negro, entre outros.

O principal aspecto que a tese buscou abordar refere-se à atuação das mulheres negras e suas formas de participação na cultura de massa, especialmente a partir da música popular brasileira e do samba. Como ferramenta de análise propus o conceito de ialodê, uma adaptação da figura presente na tradição afro-brasileira que, transformada em conceito, deveria atuar como um instrutor do olhar analítico, capaz de transpor visões estereotipadas e visibilizar a atuação das mulheres negras como agentes, detentoras de poderes de

agenciamento da realidade em que vivem.

Através da chave da ialodê busquei facilitar a análise da atuação protagonista das mulheres negras nas disputas culturais com o objetivo de angariar melhores posicionamentos, tanto para seu grupo quanto para a população negra como um todo. Conquistas que tiveram como veículo fundamental a música popular (e o samba), o que se verifica a partir da constatação de ser na música popular que encontramos o maior contingente de mulheres negras com expressão pública em toda a história do país. Repetindo o fenômeno comum a toda a diáspora africana.

A escolha do samba decorre do reconhecimento de ser este o elemento da cultura negra onde as mais intensas disputas em torno da hegemonia cultural (e social) se desenrolam, particularmente entre negros e brancos, como também entre mulheres e homens negros ou não. Democracia racial e racismo, relações de gênero, classe social, orientação sexual, definições de negritude e de feminilidade, estão entre os principais elementos debatidos no samba – debates que têm contado com a participação incisiva e central das mulheres, ainda que invisibilizadas ativamente ao longo de toda a história deste gênero musical.

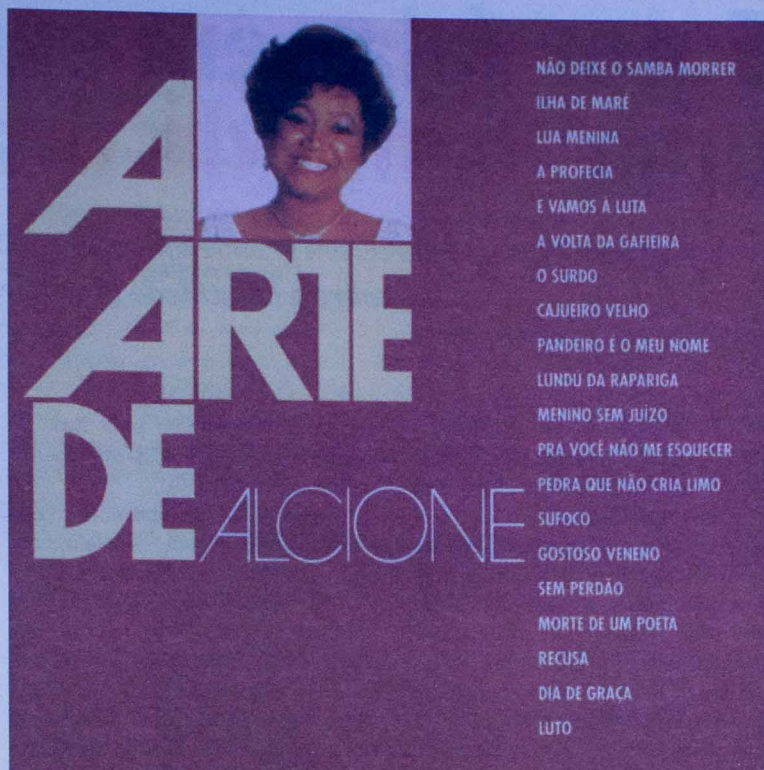
Dentre o grande contingente de mulheres negras atuantes no samba e na música popular, esta tese destacou três mulheres negras contemporâneas cujas trajetórias percorrem diferentes momentos das mobilizações negras e das mulheres. Mobilizações que estiveram e estão ancoradas na constituição e desenvolvimento de teorias e mo-

vimentos sociais anti-racistas e feministas. São elas: Leci Brandão, Alcione e Jovelina Pérola Negra. Através da leitura dos conteúdos veiculados em seus trabalhos, que incluíam a análise das músicas (principalmente letras e ritmos), da iconografia desenvolvida e também de suas performances, pôde-se analisar de que forma propunham modalidades de representação racial, de gênero, de identidade nacional ou local, entre outras.

Na atuação de cada uma delas foi possível demonstrar seu papel na garantia de espaços de expressão (representação) para as mulheres negras na indústria cultural, bem como visibilizar suas estratégias de negociação e seu diálogo com os conteúdos disseminados pela tradição afro-brasileira e pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro e o movimento feminista.

Um outro aspecto importante que esta chave de leitura (ialodê) oferece é a visibilização de uma (contra)narrativa do samba. Ou seja, de uma forma de compreensão da história do samba (de uma trajetória negra) a partir da perspectiva do protagonismo das mulheres negras, movimento que é capaz de se contrapor às versões correntes do samba como produto mestiço elaborado e disseminado por homens. A partir da perspectiva proposta, as narrativas desenvolvidas permitem apresentar o samba como momento de reordenamento, ou seja, de singularização das tradições negras, o que implicava modernização, onde as mulheres negras, especialmente aquelas que exerciam posições de liderança no interior da comunidade negra, tiveram papel central.

O samba, desse modo, é afirmado como produto negro que participa disputas pela hegemonia; no âmbito da cultura; e que ocupa posições instáveis na mídia e na indústria cultural em decorrência do vigor da atuação do capitalismo racista e patriarcal. Este, investe principalmente na produção e reiteração de estereótipos acerca das mulheres negras e não apenas elas, como ferramenta na disputa pelo poder simbólico de definição do que é o samba e a cultura onde se origina, mas também quais os sujeitos que serão valorizados em seu



Leci Brandão

percurso, especialmente os homens brancos. Nestas disputas, as mulheres negras ocuparam e ocupam diferentes posições, recorrendo aos elementos da tradição para legitimar antigos e novos posicionamentos.

Não se trata de contrapor ao mito de fundação patriarcal do samba outro que simbolize seu oposto radical, quer dizer, que reitere essencialismos e estereótipos com sinais trocados. Ao propor uma interpretação a partir e através das ialodês, o que se pretendeu foi mostrar o caráter contingente do relato patriarcal e racista, naturalizado e reiterado na historiografia do samba, principalmente, recolocar o lugar das mulheres negras e o impacto de sua atuação para a constituição da cultura brasileira, para a atuação da mídia, para a população negra. Como também para as disputas culturais ainda em desenvolvimento, e suas potencialidades de impactar, inclusive, a cultura global onde a cultura popular tem participação hegemônica.

O momento de apresentação da tese para a banca avaliadora, na presença de ativistas e pesquisador@s negr@s, foi emocionante e especial. Pois as reflexões trazidas pel@s Profs Doutores Sueli Carneiro, Julio Tavares, Mohamed Elhajji, Ivana Bentes e a parceria com a orientadora Liv Sovik demonstraram que temas relativos à negritude e as mulheres negras podem e devem ser acolhidos pela academia, desde que contem com aportes intelectuais de pesquisadores qualificados e comprometidos com a aventura do conhecimento democrático e anti-racista. Os debates propostos por eles demonstraram que as formulações desenvolvidas na tese ainda são insuficientes para abarcar todas as possibilidades analíticas em torno das realizações das mulheres negras na cultura. Pesquisas mais amplas e aprofundadas são necessárias. A tese, em breve, vai estar disponível na página da Escola de Comunicação da UFRJ (<http://www.pos.eco.ufrj.br/>). Conto com vocês para que possamos dar um passo adiante.

*Médica, doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ.



E por falar em samba, uma forma de oração

As línguas africanas exerceram grande influência sobre o português do Brasil e sobre a identidade brasileira.

Yeda Pessoa de Castro*

As línguas da família Niger-Congo formam a maior família lingüística do continente africano. São mais de 1.400 línguas e de 400 milhões de falantes concentrados na África subsaariana. Englobam dois grupos de línguas: as oeste-africanas, faladas do Senegal à Nigéria, tradicionalmente chamadas de sudanesas, e as do grupo banto, ao longo das regiões situadas abaixo da linha do equador, com centenas de línguas provenientes de um tronco lingüístico comum, o protobanto, que se supõe ter sido falado há três ou quatro milênios.

Conforme a documentação histórica existente sobre o tráfico transatlântico e dados obtidos no estudo dos aportes africanos no português do Brasil, as línguas do grupo banto foram majoritárias em território brasileiro sob regime colonial e escravista. No estágio atual das pesquisas, destacaram-se, até agora, ou por superioridade numérica e/ou por prestígio sociológico dos seus falantes três línguas litorâneas: quicongo, no Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa e norte de Angola, numa área geográfica correspondente ao antigo reino do Congo, quimbundo, na região central de Angola e Luan-da, nos limites do antigo reino de Ndongo, e o umbundo corrente na região do antigo reino de Benguela no sudoeste de Angola.

Quanto às línguas oeste-africanas ou sudanesas, as mais importantes são as línguas faladas no Golfo do Benim. Seus representantes no Brasil foram os povos do grupo ewe-fon ou gbe, apelidados de *minas* ou *jejes* pelo tráfico, e os iorubás concentrados no sudoeste da Nigéria (ijexás, oiós, ifés, ondôs, etc.) e no antigo Reino de Queto (Ketu), no atual Benim, onde são chamados de

nagôs, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil.

O ewe-fon denomina um conjunto de línguas (mina, ewe, gun, fon, mahi, etc.) muito parecidas, correntes em territórios de Gana, Togo e Benim. Entre elas, a língua fon, numericamente majoritária na região, é falada pelos fons ou daomeanos originários do planalto central de Abomé, capital do antigo Reino do Daomé, também no Benim atual.

Calcula-se que quatro milhões de indivíduos foram transplantados da África subsaariana para substituir o trabalho escravo ameríndio no Brasil, um contingente superior ao número de portugueses e outros europeus durante três séculos seguidos no total da população brasileira. Conseqüentemente, essa vantagem numérica no confronto das relações de trabalho e na convivência diária teria dado também a sua parte de contribuição para a constituição daquela *língua geral* que foi usada no Brasil até meados do século XVIII por bandeirantes e catequistas. Essa língua, segundo Mattoso Câmara *não deve ser confundida com uma suposta persistência dos falares tupis na sociedade européia do meio americano*, e, de acordo com Aryon Rodrigues, já no século XVIII *não era nada mais do que um tupi-guarani simplificado devido à convivência com diversos povos e respectivas línguas* (1). Entre essas, acrescentamos nós, as línguas subsaarianas, em sua maioria as do grupo banto devido à introdução em levadas numerosas e sucessivas de seus falantes durante três séculos consecutivos, à amplitude geográfica e densidade da sua distribuição humana em território brasileiro.

Como testemunho documental

em vários momentos, o contingente banto-falante era de tal ordem na cidade da Bahia do século XVII que instigou o padre Pedro Dias a escrever, em 1663, a gramática *A Arte da língua de Angola*, publicada em 1687, em Lisboa, como meio de instruir os jesuítas e facilitar o trabalho de catequese. Nesse mesmo século e na mesma cidade, Gregório de Matos também comprovava essa influente presença através dos inúmeros bantismos que se encontram na sua poesia satírica, a exemplo de calundu, quilombo, cachimbo, jimbo. Duzentos anos depois, em 1890, o lexema banto milonga com o significado de remédio, talismã, é registrado por Barbosa Rodrigues numa estória contada em língua geral por uma índia munduruku na região amazônica (2). Por sua vez, o dialeto caipira, falado no interior de São Paulo, que foi estudado por Amadeu Amaral nas primeiras décadas do século XX, é considerado de base tupi-quimbundo por Gladstone Chaves de Melo (3). No campo da religião, os candomblés-de-caboclo são provavelmente as mais antigas manifestações de religiosidade afro-brasileira nascidas na escravidão, conseqüência do contato de orientações religiosas ameríndias e africanas com o catolicismo nos primórdios da colonização.

Ao mesmo tempo e desde o primeiro momento, podemos supor que já se formavam na América Portuguesa os falares afro-brasileiros das senzalas, das plantações, dos quilombos, das minas e, tardiamente, o surgimento de alguns falares urbanos localizados. Na primeira metade do século XVIII, Antonio da Costa Peixoto registra um falar de base ewe-fon ou mina-jeje que era corrente entre a escravidão na zona

de mineração de Vila Rica (Ouro Preto) e ao final do século XIX, Nina Rodrigues chama de *dialeto nagô* o que ele define como uma espécie de linguajar do português com línguas africanas que era de uso geral entre a população negra e mestiça da cidade da Bahia àquela época. Não se tratava da língua iorubá, como muitos se deixaram confundir, pelo fato de *nagô*, o dialeto iorubá falado no reino de Queto (Ketu), ser popularmente entendido como uma designação genérica para iorubá ou usado, de maneira também equivocada, para denominar qualquer indivíduo ou língua de origem africana no Brasil (4). Por fim, esses falares terminaram se estabelecendo em diferentes sistemas lexicais negro-africanos como línguas rituais, a chamada língua-de-santo na Bahia, e, dispondo de um vocabulário menos rico, sob a forma de falares especiais de comunidades negras isoladas de matriz banto, como as que vivem no Cafundó, em São Paulo, e em Tabatinga, Minas Gerais (5).

O isolamento social e territorial em que foi mantida a colônia até 1808 condicionou um ambiente de vida propenso à aceitação de aportes culturais mútuos particularmente no âmbito da família colonial pela atuação socializadora do escravo doméstico - os escravos de jó, que jogavam caxangá na conhecida brincadeira infantil, hoje usada por educadores como exercício lúdico para crianças em diversas escolas brasileiras. Nada a ver, portanto com Jó, personagem bíblico que nunca teve escravo e pacientemente, agora, consegue se livrar dessa dúvida que nunca deixou de afligir os pesquisadores do nosso folclore.

Entre esses *escravos de jó* (quimbundo "njó, pl. jinjó", casa, mais o conjunto dos seus moradores) (6), merece destaque a participação efetiva da mulher negra na vida cotidiana do colonizador servindo-lhe de *mucama* ou de "mãe-preta" conjugada ao tráfico de influência exercido pelo escravo ladino, como ela própria, sobre um número maior de ouvintes. Falando rudimentos de português, podia participar de duas comunidades sociolinguisticamente diferenciadas, e influenciá-las, a casa-grande e a senzala, o que deu lugar ao ditado popular *diante de ladino melhor ficar calado*.

Vale também lembrar que o *caçula* é o *dengo da família* na voz africana de quem o criou e a palavra *caçula*, outro bantuísmo, é a única conhecida por todos os brasileiros para denominar o mais jovem ou o último filho nascido de uma mesma família.

Na última fase do tráfico externo, no século XIX, levou numerosas de jejes e nagôs trazidos do Golfo do Benim foram desembarcados na Bahia para trabalhos urbanos e domésticos. Essa concentração no meio urbano, onde podiam desfrutar de uma liberdade relativa, ao contrário do meio rural onde o único recurso de liberdade era aquilombar-se, foi condição favorável para a aceitação de traços culturais mútuos sobretudo no domínio da religião, ainda mais porque jejes e nagôs já traziam uma longa tradição na troca de empréstimos nesse domínio, além de haver entre eles personalidades da sua classe sacerdotal, mulheres em sua maioria que fundaram os mais proeminentes candomblés da Bahia localizados na cidade do Salvador (7).

A partir de então, os orixás do povo iorubá (Iemanjá, Ogum, Xangô, Oxalá, etc.) começaram a ser conhecidos no Brasil através da divulgação desses terreiros por pesquisadores de várias nacionalidades, enquanto nas ruas da cidade o *tabuleiro-da-baiana*, uma tradição mantida até hoje, se enriquecia de *acarajé*, *abará*, *acaçá* e a língua portuguesa se apropriava de novos aportes lexicais, nesse caso, de origem fon-iorubá. Foi assim que o Carnaval deste ano de 2007 abriu alas para falar das línguas negro-africanas no Brasil.

No Rio de Janeiro, apesar da Escola de Samba Mangueira trazer para o desfile no Sambódromo a Língua Portuguesa, de suas origens no latim e expansão pelo mundo através das navegações portuguesas até a sua chegada ao Brasil no século XVI, não destacou como deveria o fato de que no Brasil ela se misturou aos falares indígenas e africanos para tomar uma feição brasileira, mestiça que a diferencia do português de Portugal, uma omissão que foi alvo da crítica de Péricles Cunha no número anterior deste jornal. Ao final, porém, o samba-enredo da Mangueira menciona de passagem o Museu da Língua Portuguesa na Estação da

Luz em São Paulo, único em seu gênero no mundo, onde essa história está visualmente contada, dando relevância às línguas indígenas brasileiras e as línguas da família Niger-Congo que contribuíram para a formação do português brasileiro.

Na cidade do Salvador, o afoxé Filhos do Congo, herdeiro dos Congos d'África, criado em 1920, relembra o povo oriundo de um dos mais poderosos reinos africanos com o qual os portugueses entraram em contato na metade do século XV e chegou a ser exaltado por Luis de Camões no Canto V de *Os Lusíadas*. O tema do desfile foi o livro *Falares Africanos na Bahia* em alusão às línguas negro-africanas que contribuíram com palavras do dia-a-dia para o enriquecimento da língua portuguesa como um todo.

São marcas lexicais portadoras de elementos culturais compartilhados por toda a sociedade brasileira e que comprovam a participação dos falantes africanos na construção do português brasileiro. Entre as centenas de exemplos que transitam livremente em todas as camadas da sociedade brasileira em várias áreas culturais, a grande maioria é de base banto. Além das já mencionadas, temos, entre outras: *mocotó*, *muvuca*, *caçamba*, *cochilar*, *xingar*, *bunda*, *corcunda*, *quitanda*, *cachaça*, *tanga*, *canga*, *sunga*, *calunga*, *cacimba*, *berimbau*, *bagunça*, *molambo*, *maracutaia*, *caxumba*, *carimbo*, *moleque*, *cachimbo*, *muamba*, *capoeira*, *quilombo*, *samba*.

E foi o SAMBA que o Carnaval baiano de 2007 elegeu para homenagear. Gênero musical - dançante considerado autenticamente brasileiro foi recriado e reelaborado no século passado a partir de sua matriz religiosa negro-africana, o *samba*, música-dança em louvor aos deuses e ancestrais que foi contagiado pelo ritmo dançante mais forte e rápido da (mas)semba angolana, antecessora da nossa umbigada.

Quando Noel Rosa, nos anos 30, compôs um samba em *Feitio de Oração* e, três décadas depois, Vinícius de Moraes, em *Samba da Bênção*, afirma que *um bom samba é uma forma de oração*, ambos reiteravam algo absolutamente correto do ponto de vista do significado original da palavra SAMBA, derivada do verbo "kusamba" que significa

rezar, orar. Essa escolha lexical sugere um discurso de resistência onde o SAMBA funciona como um espaço favorável à dramatização da vida, também lembrado nesse sentido na expressão popular *sambou, tem que rezar*. Já em Berlim, a sambista brasileira Genilda Gomes de Souza, em entrevista à *Brazine* de janeiro de 2005, revista bilingüe alemão-português, não hesitou em confessar: *o samba é a minha religião*.

Em resposta às nossas preces, o SAMBA (palavra, dança/música, prece, estado de espírito) vem demonstrar, de forma emblemática, a força da influência que as línguas negro-africanas exerceram sobre o português do Brasil e sobre a identidade brasileira, uma vez que a língua substancia o espaço da identidade como instrumento de circulação de idéias e de informação.

1) CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*, 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954. RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As línguas gerais sulamericanas. *Papia*, 1996, 2:6-18

2) RODRIGUES, J. B. *Poranduba Amazonense*. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1886-1887. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1890, 14:132.

3) AMARAL, Amadeu. *Dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920. MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. São Paulo: Agir Editora, 1946.

4) PESSOA DE CASTRO, Yeda. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Coleção Mineiriana), 2002. RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional (Brasiliana, Série 5,9), 1945.

5) Cf. COELHO, Virgílio. "Os de dentro, os de fora e os outros"..... Luanda: Fontes & Estudos, 1998; 1999, 4-5: 210.

6) QUEIROZ, Sônia. Pé preto no barro branco. A língua dos negros de Tabatinga. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998. VOGT, Carlos, FRY, Peter. Cafundó, a África no Brasil - língua e sociedade. São Paulo: Cia. das Letras; Campinas: Editora Unicamp, 1996.

7) Cf. LIMA, Vivaldo da Costa. A família de santo jeje-nagô nos candomblés da Bahia. Salvador: Corrupio, 2004.

*Doutora em Línguas Africanas, Assessora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Autora do livro *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks Editora, 2001, 2ª. Ed. 2005.

Entrevista: Cuti



Escrita e tradução de uma subjetividade coletiva

Daniela Giovana*

A voz traz uma fala calma, mas não se engane. O conteúdo trazido por ela revela uma postura bastante crítica sobre o cenário de produção cultural do negro brasileiro. "A não expectativa diz realmente isso: eu não espero nada de você, logo eu não quero que você seja nada. Numa sociedade competitiva essa é a pior face do racismo, porque ela agride as pessoas em suas iniciativas, em seu entusiasmo de viver e produzir". De passagem por Belo Horizonte para o lançamento de seu décimo livro individual, "Negroesia. Antologia poética", durante a 1ª Semana do Livro Afro organizada pela Mazza Livraria, o poeta e escritor paulista, Luis Silva, o Cuti, conversou com o Irohin sobre literatura, teatro e cinema.

Írohin – Já são 29 anos de publicação dos Cadernos Negros. Que leitura pode ser feita do mercado editorial brasileiro com relação à literatura negra neste período?

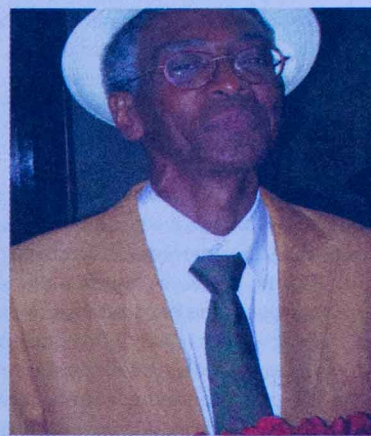
Cuti – Com a evolução do Movimento Negro como um todo, a literatura também acompanhou esta evolução. Hoje nós temos, por exemplo, o 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, praticamente fazendo parte do calendário escolar, com a sociedade brasileira se adaptando aos poucos a essa noção de identidade negra para todos os brasileiros, eu acho que com essa evolução, naturalmente o mercado editorial tinha que se abrir um pouco mais. Hoje a gente já tem a Lei nº. 10.639, que também acena para um mercado, sobretudo na área da educação para a nossa produção. É um enfrentamento difícil, porque o editor também é um agente ideológico, e antes dele imaginar se a obra vende ou não vende, o conteúdo e a postura da obra passam pelo crivo do editor ou de seu conselho editorial. Muitas vezes a obra é travada por causa da atitude que ela assume. O editor, por outro lado, é uma pessoa que aposta muito pouco no leitor negro, ele não o vê como um consumidor possível. Então, quando o texto chega com uma atitude mais veemente o editor tende a bloquear e não aceitar esse texto, porque a única visão que ele tem de leitor é o branco. E que seria um leitor segundo sua visão não muito re-



ceptivo à veemência de um texto, a uma força crítica mais enfatizada. Mas ainda assim penso que temos tido avanços. A área editorial está se sensibilizando e cada vez mais despertando para o mercado. Há um mercado da população negra, sim. Há um mercado étnico, sim. Acredito que, com isso, mesmo sendo uma evolução lenta, ela vai dando seus passos.

Írohin – A maior parte da produção de literatura negra no Brasil hoje é de poemas. Qual é o atual panorama da poesia negra brasileira?

Cuti – Hoje nós vimos aparecendo com muita energia e força uma nova geração de poetas negros que estão na casa dos 20 anos, como Allan da Rosa, Rafão, Elizandra, que são poetas que vêm de uma linha do rap e que agora estão abraçando a poesia propriamente escrita, a poesia de livro, e que têm feito uma



poesia bastante conseqüente, tanto do ponto de vista político e ideológico, quanto do ponto de vista estético. Então eu vejo com muito entusiasmo essa nova geração de escritores negros que vem surgindo. Creio que a abertura que os Cadernos Negros significaram, nesses 30 anos de trabalho, abriu caminhos para que o enfrentamento com a baixa expectativa de êxito que existe na sociedade brasileira com relação aos negros fosse feito com uma força muito maior do que na época que nós começamos a fazer os Cadernos Negros. Quando você tem uma expectativa de êxito negativa, como é o caso da mídia brasileira, dos intelectuais brancos brasileiros com relação a nós negros, é como se não quisessem que nós tivéssemos êxito. A não expectativa diz realmente isso: eu não espero nada de você, logo eu não quero que você seja nada. Numa so-

ciedade competitiva essa é a pior face do racismo, porque ela agride as pessoas em suas iniciativas, em seu entusiasmo de viver e produzir. Hoje temos um cenário mais positivo porque o rap trouxe essa vertente oral e que agora muitas pessoas estão fazendo uma transposição para o texto escrito. E isso é muito bom porque reforça algo que é muito nosso, muito negro, não manter a distância das coisas. Hoje os Cadernos Negros contam com pessoas com 20, 23 anos e com pessoas de 80 anos. Isso marca um traço de origem africana que é a convivência das faixas etárias e também reforça cada vez mais a posição de um coletivo de escritores negros. De uma vontade coletiva de fazer uma literatura que tenha nossa cara, nossa interioridade, nossa subjetividade: algo que você é e que traduz a sua vida interior, aquilo que você vive dentro de você. A subjetividade traduz a outra face do silêncio, o tumulto que não é dito. O dito e o interdito. A literatura vai e busca esses estratos mais profundos da personalidade e aí você consegue transcender para uma dimensão coletiva de consciência.

Írohin – O que você define por literatura negra? É possível fazer uma classificação? Ela é necessária?

Cuti – Toda classificação de uma obra de arte ela tem um objetivo externo à obra de arte. Muitas vezes você quer mostrar uma característica que transcende aquelas questões estéticas. Definir obra de arte é um

esforço que em momento algum na história da arte conseguiu ser completo e definitivo. Toda definição de arte é cambiante e precária, ela vai mudar. E por que isso? Porque é próprio da obra de arte transcender as definições. É próprio dela. Porque mesmo os mais radicais de uma determinada corrente estética, mesmo eles, não permanecem o tempo todo naquela vertente. Então eu creio que por princípio, obra de arte não se define. Agora, por que literatura negra? Ou melhor dizendo, negro-brasileira como eu prefiro? Porque nós estamos diante de uma produção palpável. Hoje é possível pegar os livros, os poemas, os romances, as novelas. É possível você pegar esse material e, através da leitura, observar determinados passos de uma subjetividade coletiva. É possível também você perceber um empenho dos próprios criadores para demarcar o seu território. Então o que eu chamo de literatura negro-brasileira é essa produção capaz de traduzir não apenas os elementos decorativos de uma cultura de origem africana, mas capaz de traduzir uma subjetividade, uma vivência que mergulha nos aspectos culturais menos falados, nos aspectos psicológicos e espirituais de que muito pouco se fala. Porque quando o branco aborda a cultura negra, ele aborda como alguém de fora. Quando um escritor negro fala da cultura negra, ele fala como alguém de dentro, então a visão de mundo, o ponto de vista de emanção do discurso se altera necessariamente e isso significa que o texto também se altera, necessariamente, para refletir essa dinâmica da própria produção. A literatura negra está inovando na expectativa do leitor negro, um leitor a que os brancos não dão a mínima importância. No momento que um negro escreve tendo como leitor ideal um negro, a sua autocensura, que havia diante de um leitor ideal branco, ela começa a se dissipar e essa subjetividade começa a aflorar com muito mais liberdade e se transformar em texto, buscando novas dimensões formais que traduzam esta vida interior.

Írohin – Temos uma literatura africana de língua portuguesa e temos uma literatura afro-brasileira. Elas têm criado canais de interlocução?

Cuti – Na década de 1970, nós temos muito Agostinho Neto, Craveirinha e todo aquele influxo revolucionário que havia na literatura angolana e moçambicana. Isso teve um efeito bastante positivo no nosso fazer literário. Eu creio que a busca de identidade passa pela aproximação com a África. Nós, negros brasileiros, temos uma África mítica e ela vai se tornando cada vez mais distante no sentido de que vamos absorvendo conhecimentos a respeito da África, tanto a do passado quanto a do presente. Então, isso realmente tem uma influência muito grande, sobretudo através das literaturas. Eu não sei se os africanos entendem ou compreendem a nossa literatura. Pelos poucos contatos que tive com alguns deles eu percebo que essa dimensão racial me parece que passa um pouco à margem do entendimento que eles têm do negro no Brasil, me parece até pela própria formação. Essas pessoas de língua portuguesa que são africanas e que produzem literatura, elas tiveram uma formação muito marxista e essa formação nega a questão racial e por tabela me parece que eles acabam não entendendo, não compreendendo muito bem o que é ser um negro no Brasil. Eles têm muitas incompreensões com relação a isso. Assim, a nossa aproximação fica bastante prejudicada. Enquanto eles lutavam pela independência do país deles, nós estávamos independentes, como país, há muitos anos. Há um descompasso muito grande. A nossa independência enquanto país foi elaborada por uma elite que nada significou para a população negra. Nós somos um país que teve uma independência política com escravidão. Sessenta e seis anos depois é que fomos ver o fim teórico da escravidão. Há uma falta de sintonia nos caminhos. Portanto, eu não vejo a literatura afro-brasileira atrelada à literatura africana. Acho que são literaturas diferentes. Eles têm uma realidade de país e nós temos uma realidade de população, de querer transformar o Brasil num país com uma identidade mais firme, generosa e solidária, que passe pelo reconhecimento da nossa participação no processo de evolução do próprio país. Agora, os contatos que estão ocorrendo entre pessoas

dos dois mundos vão acabar influenciando a literatura, mas eu não posso imaginar como isso vai refletir, mas eu acredito que existe uma solidariedade de fundo, pela própria história comum que nós temos. Isso pode refletir num processo de transculturação entre essas duas dimensões.

Írohin – E no teatro? O que tem chamado a sua atenção hoje nos palcos brasileiros?

Cuti – O que de mais recente chamou a minha atenção foi a realização, pela Companhia dos Comuns do Rio de Janeiro, do Projeto Olonadé que está sendo um encontro para se discutir o teatro negro brasileiro. Acho que Hilton Cobra e o pessoal da companhia tem feito um trabalho excelente, sobretudo pelas duas versões do Fórum Nacional de Performance Negra que já foram realizadas em Salvador. Ali, nós reunimos pessoas de todo o Brasil para pensar e repensar as questões que envolvem tanto a dramaturgia, quanto a montagem teatral e a atuação dos atores. Então, eu creio que é um trabalho que vem realmente trazer elementos bastante novos de contribuição e questionamento. Há também trabalhando nesta linha o grupo Caixa Preta, de Porto Alegre, que montou o "Hamlet Sincrético" e já percorreu outros países com a peça, e também o grupo Cabeça Feita de Brasília. Tanto Jessé de Oliveira, do Caixa Preta, quanto Cristiane Sobral, do grupo Cabeça Feita, têm realizado um trabalho bastante significativo no sentido de abordar a montagem teatral a partir de uma perspectiva negra e que se quer negra, não por mero modismo, mas por compreensão de que a partir daí você tem uma visão de Brasil que não foi veiculada ainda e que a partir daí você tem também possibilidades estéticas bastante inovadoras. Quando a gente fala de arte negra você tem um processo de liberalização de padrões estabelecidos que me parece que são muito positivos para o resultado do produto. Como nós não temos o rabo preso com nenhuma corrente estética, nós podemos experimentar com mais liberdade. E como nós temos também uma dimensão de busca interior e cultural, busca de caminho, nós também podemos fa-

zer da arte uma forma de experiência bastante nova, bastante inusitada inclusive.

Írohin – E o cinema? Recentemente dois filmes brasileiros tiveram um maior alcance comercial: As Filhas do Vento, do diretor Joel Zito Araújo, e Antônia, da diretora Tata Amaral. O que você achou dessas duas obras?

Cuti – Falando de uma possível comparação entre As Filhas do Vento e Antônia, a primeira coisa que nós precisamos lembrar é o que há de novo nesses filmes: a presença negra e sem ficar forçando a tendência do derrotismo. São filmes de superação e é isso que precisamos cada vez mais. Por outro lado, creio que o filme As Filhas do Vento traz elementos um pouco mais consistentes do ponto de vista da nossa luta, por buscar a nossa imagem projetada enquanto representação. E por quê? O filme de Joel Zito nos traz para o seio da família, dos conflitos familiares e também dá uma dimensão de humanidade muito mais ampla, porque aborda questões íntimas de relações familiares negras que o cinema brasileiro jamais viu. A relação entre uma neta e o avô, a relação entre duas irmãs negras e também a questão do amor negro. O Joel Zito contempla a relação afetiva e sexual entre negros e a inter-racial, que é mais comum para o cineasta branco. E o que eu acho mais positivo é o olho que vê a personagem negra. Ele demora mais nos nossos traços, valoriza mais o corpo negro e valoriza mais a questão facial dos dramas vividos em família. Foi um filme que a crítica desprezou, como era de se esperar. Tanto a crítica literária quanto a cinematográfica são racistas. Era de se esperar este desprezo, mas o filme está aí com a sua força, com a sua dimensão de humanidade e inovação estética. Às vezes penso que a beleza negra é muito poderosa e eu sinto que as pessoas brancas mais intolerantes, elas não suportam, porque elas sabem que é uma beleza, até mesmo pelo inusitado da representação, que tem grandes chances de ser admirada, de ser amada e invejada como eu acho que já é.

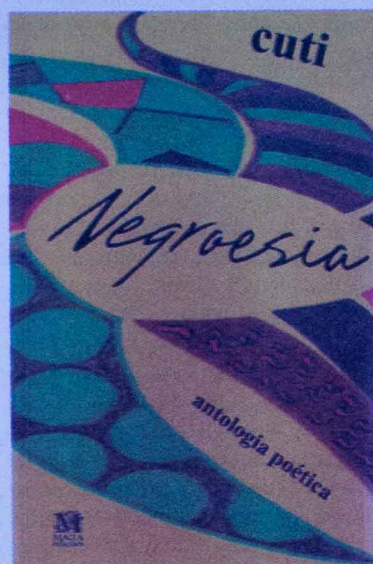
* Jornalista e mestrandia em História pela UFMG.



Tradição exemplar: Negroesia, de Cuti

Jônatas Conceição*

Acredito que a partir do momento que o negro resolve falar de sua realidade e identidade como negro, trazendo as marcas de sua história, mesmo dentro de uma língua portuguesa, ortodoxa, acadêmica, que seja, se ele conseguir fazer isso com arte e se essa literatura estiver sancionada por uma produção, ela existirá. A produção existe. É fato. Portanto, atestada pela produção, a literatura negra existe (Oswaldo de Camargo, in: <http://www.portalafro.com.br>).



E o leitor, ele existe? Creio não ser de bom alvitre começar uma resenha provocando. Por isso deixarei esta discussão para última parte do texto. Me cobrem.

Luiz Silva – Cuti é o escritor exemplar da minha geração, a que começa a se afirmar nos anos 1970. Lembro-me, é apenas um exemplo, que ele fazia cartas com papel carbono para assegurar a posteridade. Isso foi há tempo, o computador ainda não nos infernizava.

Cuti *ebanece* a literatura brasileira, em 2007, com um novo livro: *Negroesia*, a sua primeira antologia poética. Mais uma vez, a Mazza edições marca sua presença em nossa história literária. O que muito nos enobrece. Mas, ainda não falo do livro, falo das pessoas, dos acontecimentos.

Estávamos eu, Cuti e Oswaldo de Camargo, no entardecer de 2006, no apartamento do autor de *Negroesia* esperando o momento

para a Corrida de São Silvestre. Era o segundo desafio, a segunda corrida, que eu e Cuti nos submetíamos, com muito espírito esportivo, nesses anos de convívio. Fui eu quem pediu para chamar Oswaldo para a concentração, com o assentimento geral das famílias. Ele é meu pai literário. Gosto de ouvi-lo, sinto-me ouvindo um Grande Homem. Oswaldo e Cuti falaram de literatura, das nossas dificuldades e das nossas vitórias. A trigésima edição dos *Cadernos Negros*, do Quilombohoje, a sair, foi uma delas. Pedimos para Oswaldo colaborar com um conto e ele se sensibilizou. Depois do almoço saímos. Estava perto do horário da corrida. Oswaldo ficou feliz ao ver a Paulista povoada, sem carros. Ele nos acompanhou até onde a chuva permitiu. Eu fico até hoje querendo guardar a sua presença e as suas palavras sinceras e decisivas. Como estas da epígrafe deste texto.

Isso mesmo, “a produção existe. É fato. Portanto, atestada pela produção, a literatura negra existe”. Apenas quem tem produção se permite antologá-la. E desde *Poemas da carapinha*, de 1978, a produção de Cuti é vital:

escrevo a palavra
escravo
e cravo sem medo
o termo escravizado
em parte do meu passado
criei com meu sangue meus
quilombos
crivei de liberdade o bucho da
morte
e cravei para sempre em meu
presente
a crença na vida.

(“Cravos vitais”, in: *Poemas da carapinha*).

De 1978 a 2007, Cuti fez de tudo em literatura: poesia, conto, novela juvenil, teatro, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado que cito: “A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto”. Mas, é para falar de *Negroesia*.

Cuti condensa a sua exemplar obra poética em quatro seções: *Cochicho*, *Aluvião*, *Chamego* e *Axé*. Os poemas não inéditos foram selecionados de, além de *Poemas da carapinha*, dos seguintes livros: *Batuque de tocaia*, 1982; *Flash crioulo sobre o sangue e o sonho*, 1987; e *Sanga*, 2002. Estão também selecionados para a *Negroesia*, os poemas publicados na série *Cadernos Negros*, da qual o escritor foi um dos criadores e mantenedores de 1978 a 1993.

Uma resenha de livro deve ser feita para motivar o leitor a comprá-lo e a lê-lo. Com a obra de Cuti este fato não deveria ser diferente. Mas, penso também que a sua obra se basta tanto formalmente como na sua perseguição incansável de nos descrever.

E onde se encontra o leitor da literatura negra brasileira? Nós, os escritores, estamos em centenas de livros, em vários sites, em diversas antologias. Fazemos parte de você, mesmo que a história deste país tenha tentado nos afastar da literatura escrita. Mas, nós temos uma grande e bela tradição literária. O próprio Cuti confirma isso:

sob a vasta bigodeira de machado
os lábios da raça escondidos

acho
a lâmina do riso e o discreto
escracho

em cruz fico muito à vontade
para reunir setas de revolta
angústias e cravos
ensaio o arrombamento de portas
com o pé-de-cabra
que me empresta
com o deboche de sua risada
o gama

com o lima afio as facas
entro na trama
solano eu abraço
no boi-bumbado socializado
num salto a-rap-iado
chego junto com os mano
nossa vida
muito tato e tutano.

(“Tradição” in: *Negroesia*).

É com Machado de Assis, Cruz e Souza, Luiz Gama, Lima Barreto e Solano Trindade que Luiz Silva – Cuti se irmana e se perfila. Esta tradição não é peso nem fardo. Ela opera, em Cuti, no sentido de revelar o mundo negro, para nós e todos, em forma de poesia. E todos nós sabemos com o poeta que “a palavra negro / tem sua história e segredo”.

***Jônatas Conceição é professor, escritor e diretor do bloco afro Ilê Aiyê. Publicou *Vozes Quilombolas – Uma Poética Brasileira* (EDUFBA/Ilê Aiyê), 2005.**

PS.: consulte os sites sobre literatura negra brasileira:

www.luizcuti.silva.nom.br

www.lyrikline.org

www.quilombohoje.com.br

www.letras.ufmg.br/literafro



Raízes do sucesso de um livro no Brasil

Lunde Braghini*

Há 60 anos vinha a lume a versão definitiva de Raízes do Brasil. A obra assinalou, para gerações de ensaístas brasileiros, um caminho para se falar sobre o Brasil sem abordar o racismo

A publicação de *Raízes do Brasil* há setenta ou sessenta anos coincide com o momento em que, no plano ideológico, uma acepção crítica de “democracia racial” – afinada com o interesse negro – foi substituída por uma concepção outra de democracia racial, afinada com o interesse branco. Comumente referida à obra de Gilberto Freyre, essa operação ideológica não teria sido possível sem o livro de Sérgio Buarque de Holanda, cujo papel nisso é necessário explorar.

A hesitação na contagem dos anos de publicação da obra tem uma razão. Em 2006, comemoraram-se os setenta anos da publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil*. Todavia, a versão corrente – e consagrada e conhecida e seguidamente reimpressa – só veio a lume há sessenta anos, sendo desconhecida a existência de estudo que assinala, confirme ou questione a extensão em e a profundidade com que Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio de 1947, disse ter modificado o texto original.

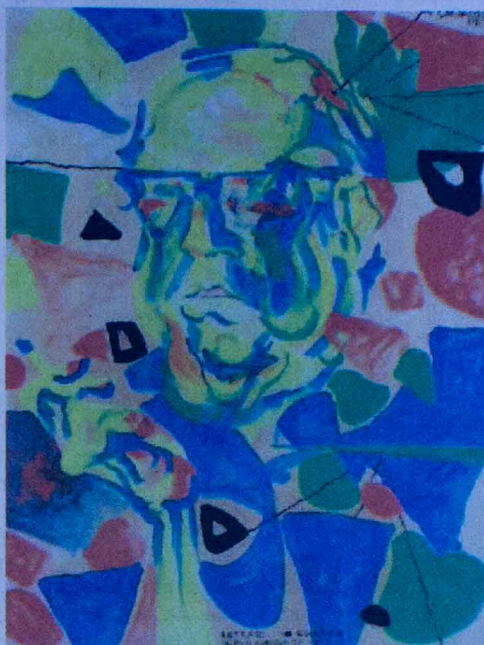
Até 1930, a expressão “democracia racial” podia ser lida como uma coisa que sabidamente não existia na realidade brasileira; que poderia existir, caso obedecêssemos, por exemplo, àquilo que a lei dispunha, cumprindo-a; e que deveria existir, caso quiséssemos de fato fazer jus à palavra democracia. A partir de determinado momento da década de 30, “democracia racial” passou a ser um discurso branco de afirmação de uma coisa que já existiria na realidade. É interessante sublinhar essa mutação presente na evolução do termo.

Como projeto, como aspiração de algo ainda por se realizar, “democracia racial” não seria ideologia em si. A aspiração por construir uma sociedade em que as pessoas vales-

sem por seus méritos e não pela cor de sua pele ganhou essa formulação no Brasil com a primeira tradução mais popular do ideário da Revolução Francesa, ocorrida na Rebelião dos Búzios ou dos Alcaides, em 1798. Dessa data até mais ou menos 1930, a democracia racial figurou como uma bandeira de luta negra, como projeto de uma sociedade a se construir.

Estudiosa da história das idéias no Brasil, Élide Rugai Bastos sugeriu, em artigo dos anos 80, que o sucesso de uma idéia de democracia racial como representação de um dado concreto da realidade existente, presente na obra de Freyre, tinha a ver com a justificação da não-realização da reforma agrária em 1930, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo. Para que reforma, numa situação harmoniosa como a do campo?

Sobretudo, havia o receio (o nunca brando medo branco do bando negro é mais que um trava-língua) despertado pela imensa agitação autônoma negra durante a década de 20, materializada em prolífera atividade editorial de jornais negros que clamavam por direitos básicos. Um sentimento seme-



Retrato do escritor Sérgio Buarque de Holanda (1970) de Flávio de Carvalho

lhante – um medo de ir longe demais essa “história de negro” – ao que talvez experimentem hoje aqueles tantos intelectuais brancos que fizeram nome, algum ou não, estudando a “questão racial”, mas recusaram na dita hora H, ao rechaçar os caminhos políticos apontados pelo Movimento Negro.

Na década de 1930, de qualquer modo, à esquerda e à direita vai se construir – num esforço a muitas vozes – o discurso branco sobre a “democracia racial”.

Tem-se exemplo de como isso se deu, pelo lado da esquerda, na Primeira Conferência de Partidos Comunistas da América Latina, realizada em 1929. O resultado da discussão ocorrida nessa conferência está sumariado no relatório do peruano José Carlos Mariátegui, sobre o problema das raças na América Latina.

A tese básica – de que o problema das desigualdades raciais na América Latina está subordinado à transição do feudalismo para o capitalismo – não é de interesse, mas a leitura da transcrição dos depoimentos dos delegados comunistas presentes sobre a situação racial em seus países vale a pena. O trecho em que o delegado brasileiro (tal-

vez Leôncio Basbaum, presente) questiona a existência de um conflito racial no Brasil foi, todavia, excluído dos extratos publicados, nos anos 80, no volume referente a Mariátegui na coleção Grandes Cientistas Sociais, dirigida por Florestan Fernandes.

Para a esquerda o inferno a combater não estava nas relações raciais, mas na luta de classes; para a direita o nosso racismo era até do bem, cheio de carinho, espécie de paraíso, comparado (retoricamente) com o racismo norte-americano. Mais do que jogar água nessa ou naquela linha, o papel crucial de *Raízes de Brasil*, segundo sua influência nos anos vindouros mostraria, ao que me parece, consistiu em prover o ensaísmo brasileiro com um tema substituto, um outro assunto: a presença entre nós da injustiça do favor, como grande elemento negador da democracia no nosso tecido social.

Raízes do Brasil é um texto fundador, na história das idéias, de um espaço produtivo de discursos “críticos” em que é possível fazer referência a realidades brasileiras do passado, do presente (e do futuro) sem referir o racismo. A força e a produtividade dessa tradição de interpretação do Brasil – que define a matéria social “compósita” do país a partir da combinação entre a injustiça do capital e a injustiça do favor e do jeitinho – foi inclusive responsável por um resgate oficioso de Machado de Assis como grande pensador do Brasil, na linha de uma dialética do localismo e do cosmopolitismo. Mas não se trata de um Machado de Xangô.

*Mestre em Comunicação e jornalista (DF)
lunde@irohin.org.br

37

RESENHA



Pai contra mãe: leituras de Machado, leituras de Brasil.

A partir da leitura de um conto de Machado de Assis, o autor reflete sobre a importância da dimensão racial para a compreensão da hierarquização do poder e a superexploração do trabalho no Brasil.

Rafael Villas Boas*

É possível ler o conto "Pai contra mãe" de Machado de Assis ignorando a dimensão que a questão racial tem na narrativa? Sim, da mesma forma como é possível fazer uma leitura pelo foco exclusivo da questão de gênero, ou da questão racial, etc. Mas leituras com foco fragmentado possivelmente terão dificuldades para estabelecer mediações entre a forma literária do conto e a forma objetiva. Porque há um movimento da estrutura narrativa que diz respeito a um movimento do processo social, e a leitura pelo viés fragmentado teria limites para evidenciar essa conexão.

Há uma possibilidade de leitura à esquerda, que, em nome da totalidade, opera com o conceito de classe para interpretar a relação entre os personagens, e chega à conclusão de que há uma crítica contra o modelo social que estabelece a relação entre opressores e oprimidos, ou exploradores e explorados, sendo generalizável para qualquer grupo oprimido, além do negro.

Analisar a relação entre os personagens por meio do conceito de classe é operar por anacronismo: porque o conceito de classe é contemporâneo do universo de trabalhadores "livres" submetidos ao trabalho assalariado, situação diversa daquela em que se encontravam os negros em condição escrava – força motriz da economia brasileira à época –, diferente também da condição de Candinho, que sobrevive de trabalhos informais, que depende de favores, etc. Podemos falar certamente em coisificação de seres humanos, de mercantilização, de fetichismo da mercadoria, expressões forçadas para compreender significados e descrever a dinâmica do capital em sua materialidade objetiva.

No ensaio "Que pai contra que mãe? A questão do ponto de vista em um conto de Machado de Assis",

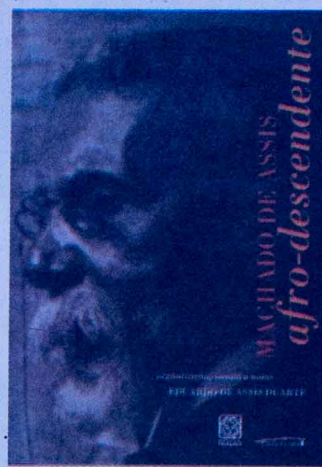
o professor Hermenegildo Bastos ressalta que o texto é "capaz de apreender num país como o nosso e no seu modo peculiar de fazer parte do capitalismo moderno a forma social da reificação. Apreender e criticar".

"Com isso Machado de Assis consegue produzir um ponto de vista outro, mais do que simplesmente um outro ponto de vista. Evidenciando as máscaras, ou seja, a ideologia dominante, "Pai contra mãe" dá a ver a sociedade reificada. Nesse sentido, o título pode ser enganador: a princípio pensaria o leitor que o pai e a mãe são Candinho e Arminda, mas com cuidado verifica-se que há aí muitos pais e muitas mães. O antagonismo é a tônica dessa sociedade¹.

O antagonismo entre explorados e exploradores é erigido, nessa estrutura social, pelo antagonismo entre negros em condição escrava e senhores brancos. No foco intermediário, os homens livres, brancos e negros, dependentes do favor como mediação social. No entanto, o antagonismo não deixa de existir para os negros libertos.

"Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.", conta o narrador, sobre as tentativas frustradas de Candinho conseguir dinheiro capturando escravos fugitivos.

Não há ideal de liberdade do indivíduo, que se efetive para todos, num contexto em que por causa da cor a pessoa é de antemão considerada suspeita. A discriminação pela aparência é um dado cerceador objetivo à esfera do trabalho. A



hierarquização de poder e a superexploração do trabalho da população negra justificada por argumentos racistas é uma evocação moderna, como parte estruturante da fase mercantil de expansão do capital para terras periféricas.

O racismo, portanto, não é algo alheio, paralelo, secundário, ou relativo à dinâmica do ca-

pital. Ele é parte estruturante dela. E antes que fosse justificável descrevermos as relações sociais no Brasil fazendo uso do conceito de classe, a estrutura racista de sustentação da desigualdade e legitimação da acumulação indiscriminada de capital por uma minoria branca já era a regra.

Se Arminda não fosse negra, ela passaria pelo que passou? Se os escravos não fossem negros os caçadores de escravos fugitivos sabiam a quem caçar? No Brasil, objetivamente, podemos dizer que não. A questão é que a estrutura da segregação continua a ser determinada pelo corte racial, ou seja, o racismo continua sendo uma engrenagem fundamental de manutenção das relações desiguais, de marginalização sistemática e extermínio de seres humanos. O direito à suspeita premeditada da pessoa negra, e ao ataque como legítima defesa, é responsável até hoje por vitimar milhares de jovens negros, mortos pela polícia e por grupos de extermínio.

Se o conto atinge uma especificidade universal, ao formalizar esteticamente a dinâmica do capital em sua feição periférica, isso só pôde ser efetivado por conta da particularidade que dá a ver o todo, e

no caso do conto, e do Brasil, a apreensão da dinâmica social passa pela questão racial, sem a qual não podemos dimensionar a crueldade do sistema que mercantilizou seres humanos negros, e perpetua objetivamente as consequências desse processo.

A questão racial é um elemento constituinte da classe no Brasil, e o racismo é um dado estruturante da desigualdade social brasileira. No texto "O protesto negro"², Florestan Fernandes assim definiu a relação entre classe e raça, numa perspectiva de transformação radical da sociedade brasileira:

"O fato nu e cru é a existência de uma imensa massa de trabalhadores livres e semi-livres, na cidade e no campo. É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classes crepita com oscilações, mas com vigor crescente, que a raça se converte em forte fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos "dentro da ordem", que alcançam a classe mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. Como escrevi no prefácio do livro citado, é a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira(...) Os de baixo devem ser vistos como uma totalidade, e seus dinamismos políticos revolucionários, ao se desencadearem, se imporão naturalmente aos partidos que queiram "transformar o mundo" e "criar uma sociedade nova".

Quando falamos da relação imanente entre raça e classe no Brasil não estamos evocando a experiência histórica dos Estados Unidos, bastante diversa da nossa pela proporção de brancos e negros do país, e pela consequente diferença de operação do racis-

mo – por via hereditária e aparência –, tão pouco estamos abrindo mão de conceitos caros à formulação do materialismo histórico dialético. É que a depender da maneira como o raciocínio é construído, a idéia de classe torna-se supressiva e anacrônica. Encarar o pro-

blema racial como uma questão exclusivamente de classe e, portanto, social é não ver que o problema social brasileiro tem como pressuposto o problema racial. A questão de classe não se dilui, pelo contrário, é potencializada quando passa a incorporar esse dado

como pressuposto.

Se nortearmos nossa produção intelectual pela perspectiva da práxis, nos cabe a indagação: como interpretar o mundo de modo que a transformação apareça como uma possibilidade concreta?

***Doutorando pelo Departamento de Teoria Literária da UnB.**

¹ Texto publicado na página eletrônica www.manifestabrasil.pro.br/index.html

² FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989.

Francisco de Paula Brito: cidadania e anti-racismo nos inícios da nação brasileira

Célia Maria Marinho de Azevedo*

Poucos hoje em dia já ouviram falar em Francisco de Paula Brito, cidadão afro-descendente que viveu no Rio de Janeiro entre 1809 e 1861. É provável, porém, que alguns se lembrem de referências curtas e passageiras ao tipógrafo “mulato” que descobriu Machado de Assis quando este não passava de um menino de 15 anos, empenhado já em fazer versos num mundo sem lugar para poetas negros e pobres.

Contudo, em seu próprio tempo, Paula Brito notabilizou-se como um homem de letras, devotado às mais diversas atividades culturais. Além de tipógrafo, editor e livreiro dos mais bem sucedidos, ele se destacou como jornalista, poeta e escritor capaz de transitar com desenvoltura nos salões da Corte com suas gentes empafadas de ascendência européia e nas ruas da capital do Império com suas gentes batalhadoras de ascendência africana. Sua paixão pelas letras e seu gosto em promover a convivência social entre pensadores negros e brancos das mais diversas origens sociais levou-o a fundar a Petalógica, uma animada sociedade informal de literatos e políticos que se reunia nos fundos de sua casa desde 1831 e posteriormente em sua livraria no Largo do Rocio.

É difícil encontrar um homem de letras da época que não tenha participado da Petalógica, destacando-se entre eles, Joaquim Maria Machado de Assis, Francisco Gê Acayaba de Montezuma (o futuro Visconde de Jequitinhonha), Justiniano José da Rocha, Joaquim Saldanha Marinho, Gonçalves de Magalhães, José Bonifácio (“o

moço”), Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida. Para vários deles, ainda longe de alcançarem a fama, a Petalógica deve ter sido uma espécie de berço das letras, onde podiam apresentar seus textos em prosa e verso e ouvir comentários dos colegas, fazer contatos valiosos, tecer relações profissionais e de amizade duradouras, treinar suas habilidades oratórias, inteirar-se das novidades do mundo intelectual, ouvir os fuxicos mais importantes do momento; enfim, exercitar a mente em todo tipo de debate e preparar-se para atuar como cidadãos na vida pública. Vista à distância de quase dois séculos, não é difícil perceber que a Petalógica de Paula Brito, com seus mais de trinta anos de duração, propiciou de fato um nascedouro para a literatura nacional.

Mas como este homem negro nascido em família de poucas posses teria conseguido alcançar uma tal proeminência social em plena era da escravidão? Duas pessoas se destacam em seus primeiros quinze anos de vida: a irmã mais velha que lhe ensinou as primeiras letras; e o avô, ex-comandante do Regimento “dos Pardos” em tempos da administração portuguesa, e depois um reputado ourives de lâmpadas de prata para as igrejas, que introduziu o neto no mundo das profissões da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, pode-se aventar que o passo decisivo para que Paula Brito pudesse iniciar sua vivência no pequeno mundo das elites intelectuais e políticas da Corte foi seu ingresso na maçonaria. É possível que isto tenha ocorrido no início da década

de 1830, época tumultuada da Regência, quando as lojas maçônicas puderam se reestruturar, uma vez terminado o reinado de D. Pedro I e com ele a repressão aos maçons. Paula Brito, assim como inúmeros outros jovens negros e brancos de diversas origens sociais, encontraram na maçonaria um espaço de sociabilidade propício a quem, conforme ele se exprimiu em um de seus versos, não se contentava em simplesmente viver “como outros vivem”. Além de propiciar um espaço ordenado de debate filosófico-existencial, as lojas maçônicas acenavam com uma dimensão filantrópica de auxílio mútuo e de ação social, permitindo o início da construção de uma nova identidade – a de homem público voltado para o bem comum, bem de acordo com as acepções herdadas do Iluminismo, então vigentes entre as elites ilustradas.

O significado da participação de Paula Brito nessas redes de sociabilidade literária, profissional e maçônica pode ser melhor compreendido à luz de suas publicações e escritos, cujo conteúdo crítico aponta para um projeto de cidadania universal. A luta contra o “prejuízo de cor” significou, possivelmente, a porta de entrada de Paula Brito nas lutas sociais e políticas travadas ao longo do período regencial. Desde o início do movimento pela independência em 1821, as rivalidades entre os nascidos na metrópole e os nascidos na colônia contribuíram para construir a idéia de duas identidades raciais opostas no imaginário nativista e popular: os “cabras” ou “pardos”, ou seja, os naturais das terras

brasílicas, e os “marotos”, ou “brancos”, os portugueses. Nos anos 1830, a crise política, acirrada com a abdicação de D. Pedro I, permitiu novo fôlego às erupções nativistas, desta vez acompanhadas de um franco debate sobre a cidadania e a identidade do brasileiro.

Paula Brito foi dos primeiros a participar organizadamente deste debate com o lançamento do jornal *O Homem de Côr* em setembro de 1833. A partir do terceiro número, publicado no mês seguinte, o título foi mudado para *O Mulato, ou O Homem de Côr*. É possível que ele tivesse querido com isso assinalar a figura do brasileiro capaz de integrar em si as “cores”, ao invés de uma só cor, visto que o jornal posicionava-se radicalmente contra qualquer tipo de segregação de “raça”. Aliás, esta era uma luta importante do momento, uma vez que era visível a vontade de diversos políticos e autoridades em restaurar o modelo português de administração baseada numa segregação racial instituída por Lei. Contudo, o universalismo de Paula Brito se impunha limites na medida em que seu jornal de cunho anti-racista silenciava sobre a escravidão. A esperança implícita em suas linhas era que os escravos que porventura se emancipassem pudessem se integrar à sociedade sem ter de enfrentar o preconceito de cor conhecido já de longa data pelos cidadãos brasileiros negros.

***Doutora em História, entre outros livros publicou “Anti-Racismo e seus paradoxos” – São Paulo, Annablume, 2004.**

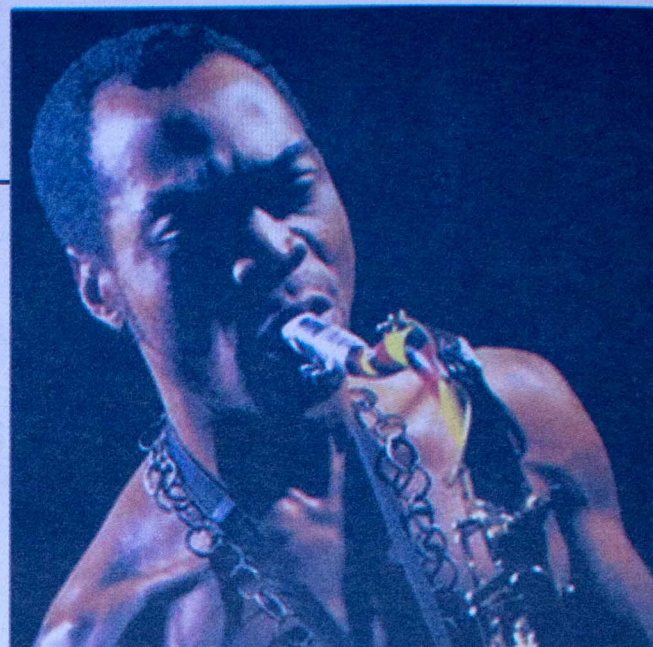


MÚSICA & POLÍTICA

MENTALIDADE COLONIAL

Fela Kuti (Trad. Catarina Brandão)

*Dizem que você é um homem colonizado
Você já foi escravo
Agora eles te libertaram
Mas você nunca se libertou
Colomentalidade
A coisa é assim
É isso o que eles fazem: exageram
Em tudo o que fazem
Se acham melhores que seus irmãos. Não é assim?
É assim que é!
Os negros não conseguem ser bons
Porque gostam de coisas estrangeiras
Não é assim? É assim que é!
Vão ligar o ar condicionado
E esquecer do seu país
É assim que é!
Aquele juiz vai botar sua peruca branca
E prender seus irmãos
Não é assim? É assim que é!
Colomentalidade, agora vocês precisam me ouvir
Sr. Ransome, ouça!
Sr. Williams, ouça!
Alá, ouça!
Maomé, ouça!
Anglicanos, ouçam!
Bispos, ouçam!
Católicos, ouçam!
Muçulmanos, ouçam!
Nós estamos na África, vocês precisam saber disso
Colomentalidade! Ouçam!
Sr. Ransome, ouça!
Nós estamos na África e vocês precisam ouvir isso.*



Fela Kuti

Falecido em agosto de 1997, o nigeriano Fela Kuti entrou para a história da música como o pai do afrobeat - fusão de jazz, funk e ritmos africanos. Ativista político, defensor dos direitos humanos e pan-africanista, Fela foi duramente perseguido pelo governo de seu país. Ele é considerado a mais importante figura da música africana do século XX. Fela Anikulapo Kuti deixou uma extensa obra musical - cerca de 80 álbuns. Para ele, a música era sobretudo uma arma revolucionária, capaz de despertar a consciência. O afrobeat, estilo criado pelo revolucionário músico nigeriano, influenciou compositores brasileiros como Jorge Benjor e Tim Maia.

A produção musical de Fela atingiu o ápice na década de 1970. Acompanhado pela banda África 70, ele lançou álbuns clássicos como "Expensive Shit" (1975), "Up Side Down" (1976), "Sorrow, Tears And Blood", "Zombie", "Opposite People", "Suffering & Smiling" e "Stalemate/Fear Not For Man" (1977). As coletâneas "The Best of Fela Kuti" (CD duplo) e "Fela - King of Afrobeat: The Anthology" (caixa com 3 CDs) são boas amostras da obra do compositor.

ISSN 18085369



9 771808 453600 >